



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (UFCA)
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

BÁRBARA RODRIGUES PEREIRA MARRA

JAGUNCISMO, CORONELISMO E PODER PÚBLICO EM *CHAPADÃO DO BUGRE*

CATALÃO (GO)

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Bárbara Rodrigues Pereira Marra

3. Título do trabalho

"Jaguncismo, coronelismo e poder público em chapadão do bugre"

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Oziris Borges Filho, Usuário Externo**, em 12/09/2022, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **BÁRBARA RODRIGUES PEREIRA MARRA, Discente**, em 13/09/2022, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3156050** e o código CRC **7DF4C8DA**.

Referência: Processo nº 23070.041792/2022-68

SEI nº 3156050

BÁRBARA RODRIGUES PEREIRA MARRA

JAGUNCISMO, CORONELISMO E PODER PÚBLICO EM *CHAPADÃO DO BUGRE*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, do Instituto de Estudos da Linguagem - nível Mestrado – da Universidade Federal de Catalão (UFCAT) em implementação, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem. Área de concentração: Língua, Cultura e Identidade. Linha de pesquisa: Linha 2 - Literatura, Memória e Identidade.

Orientador: Prof. Dr. Oziris Borges Filho

CATALÃO (GO)
2022

Os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* que ainda estavam vinculados à Universidade Federal de Goiás (UFG) já foram migrados na CAPES para a Universidade Federal de Catalão (UFCAT). Entretanto, a UFCAT ainda utiliza o Sistema Eletrônico de Informação (SEI) da UFG. Por este motivo, no Termo de Ciência e de Autorização (TECA) e na Ata de Defesa ainda aparecem a informação e a logo da UFG.

**Ficha de identificação da obra pelo bibliotecário documentalista
Joana Rocha de Souza / CRB-1 1465**

M358j Marra, Bárbara Rodrigues Pereira.
Jaguncismo, coronelismo e poder público em Chapadão do Bugre
[manuscrito] / Bárbara Rodrigues Pereira Marra. - 2022.
CII , 102 f.

Orientador: Prof^o Dr. Oziris Borges Filho.

Dissertação [Mestrado] – como requisito para obtenção do título de Mestrado em Estudos da Linguagem, do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Goiás (UFG) / Universidade Federal de Catalão (UFCAT), em implantação. – Catalão, 2022.

Bibliografia.

1. Chapadão do Bugre. 2. Espaço na literatura. 3. Jagunço. 4. Coronel. 5. Poder público. I. Borges Filho, Oziris, Orient. II. Título.

CDU 821.134.3(813.1).09



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE LETRAS E LINGUÍSTICA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 25/2022 da sessão de Defesa de Dissertação de Bárbara Rodrigues Pereira Marra, que confere o título de Mestre em Estudos da Linguagem, na área de concentração Literatura, Memória e Identidade.

Aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, a partir das dez horas, via Videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada "Jaguncismo, coronelismo e poder público em Chapadão do Bugre", de autoria da mestrandia **Bárbara Rodrigues Pereira Marra**, matrícula 2020100289. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor Oziris Borges Filho (DEL/UFTM) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Profa. Dra. Regina Santos Alves (PPGL/UEL), membro titular externo; Profa. Dra. Ana Maria Costa Lopes (ESEV), membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata (X) Aprovada () Reprovada por seus membros, desde que faça as mudanças sugeridas pela banca antes de entregar o trabalho final na biblioteca. Proclamados os resultados pelo Prof. Dr. Oziris Borges Filho, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois.

Observações:

Banca Examinadora de Qualificação/Defesa Pública de Dissertação/Tese realizada em conformidade com a Portaria da CAPES n. 36, de 19 de março de 2020, de acordo com seu segundo artigo:

Art. 2º A suspensão de que trata esta Portaria não afasta a possibilidade de defesas de tese utilizando tecnologias de comunicação à distância, quando admissíveis pelo programa de pós-graduação stricto sensu, nos termos da regulamentação do Ministério da Educação.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Regina Célia dos Santos Alves, Usuário Externo**, em 02/09/2022, às 07:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Oziris Borges Filho, Usuário Externo**, em 21/09/2022, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Bruno Franceschini, Coordenador de Pós-graduação**, em 22/11/2022, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3102205** e o código CRC **AE007E33**.

Referência: Processo nº 23070.041792/2022-68

SEI nº 3102205

A todos os escritores, leitores e estudiosos da literatura, que se debruçam sobre as letras e livros a fim de tentar explicar e entender o universo.

AGRADECIMENTOS

À Deus, que coloca o chão a cada passo que dou no abismo, que me abençoa com a realização de mais este sonho, que faz de mim o Davi que tantas vezes derrota Golias.

Ao meu pai pelas inúmeras viagens à Catalão, pelo apoio sempre incondicional, por não deixar de acreditar em mim, até quando eu mesma já não acreditava.

À minha mãe que é minha maior companheira na jornada da vida, seja nas dificuldades ou nos passeios

À minha irmã que, desde a infância, juntas, temos enfrentado e aproveitado as dores e delícias da vida

Ao meu marido por tolerar todas as dificuldades, reclamações, ausências, desabafos e pelo auxílio nas questões técnicas que sempre surgem

À minha pequena filha que precisou suportar tantas das minhas ausências

Ao meu sobrinho e sobrinha, meu cunhado, minhas tias e amigas que me ajudam simplesmente por existirem, por estarem presentes, pelas conversas, pelas mensagens

Ao meu orientador que aceitou me auxiliar nessa jornada e a todos os professores que de alguma forma, em algum momento da minha vida, deixaram sua contribuição.

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar o livro **Chapadão do Bugre** sob a perspectiva do espaço dentro da literatura, com bases nas teorias de Bachelard (1989), Lins (1976), Borges Filho (2007), e nas questões de espaço, território e na construção social e na formação cultural de figuras brasileiras históricas do jagunço e do coronel, baseada nas teorias de Candido (1972, 1977), Corpas (2006), Galvão (2018), ressaltando a importância do poder público nessa formação social. O livro, *corpus* deste trabalho, retrata, dentro do universo da literatura, uma realidade vivida por décadas pela população brasileira afastada das capitais e dos grandes centros, onde havia pouca ou nenhuma atuação do poder público e muito poder por parte dos coronéis donos de terras. Estes, controlavam não apenas seus empregados, mas toda a população das proximidades de suas terras. O destino de se tornar jagunço acabava, muitas vezes, sendo o único caminho possível para aqueles que nasciam sem terras e sem família, como o protagonista José de Arimatéia, cuja trajetória dentro do romance por todo o **Chapadão do Bugre**, no lombo de sua mula Camurça, pautou toda a trajetória deste estudo.

Palavras-chave: Chapadão do Bugre. Espaço na literatura. Jagunço. Coronel. Poder público.

ABSTRACT

The objective of this work was to analyze the book *Chapadão do Bugre* from the perspective of space within literature, based on the theories of Bachelard (1989), Lins (1976), Borges Filho (2007), and on issues of space, territory and the social construction and cultural formation of historical Brazilian figures of the jagunço and the colonel, based on the theories of Candido (1972, 1977), Corpas (2006), Galvão (2018), emphasizing the importance of public power in this social format. The book, the corpus of this work, portrays, within the universe of literature, a reality lived for decades by the Brazilian population away from capitals and large centers, where there was little or no action by the public power and a lot of power on the part of the landowners colonels. . These controlled not only their employees, but the entire population in the vicinity of their lands. The destiny of becoming a jagunço often ended up being the only possible path for those who were born without land and without family, such as the protagonist José de Arimatéia, whose trajectory within the novel throughout *Chapadão do Bugre*, on the back of his mule Suede, guided the entire trajectory of this study.

Keywords: Chapadão do Bugre. Space in literature. Jagunço. Colonel. Public power.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1 - O JAGUNCISMO NO BRASIL E SUA REPRESENTAÇÃO EM CHAPADÃO DO BUGRE.....	21
1.1 José de Arimatéia: retrato do jagunço e do jaguncismo no Brasil.....	22
1.2 A divisão do romance em quadros e as relações entre espaço e personagem.....	35
1.3 O cavaleiro e sua mula.....	39
1.4 O percurso espacial de José de Arimatéia e a mula Camurça.....	44
CAPÍTULO 2 – CORONELISMO EM CHAPADÃO DO BUGRE.....	49
2.1 Coronelismo histórico no Brasil e sua representação na Literatura.....	50
2.2 Santana do Boqueirão: reduto do coronelismo.....	54
2.2.1 Espaços em Santana do Boqueirão.....	57
2.2.2 Chacina de Coronéis em Santana do Boqueirão.....	61
2.3 Chapadão do Bugre: cada coronel em seu território e seus respectivos espaços de poder.....	65
2.4 Um jagunço contra um coronel: José de Arimatéia vinga o assassinato de seu valico.....	71
CAPÍTULO 3 - PODER PÚBLICO.....	74
CONCLUSÃO.....	90
REFERÊNCIAS	96

INTRODUÇÃO

Este estudo se propõe a fazer uma análise do romance **Chapadão do Bugre** e de seu protagonista José de Arimatéia, de forma qualitativa sob a perspectiva histórica e literária das figuras, tão marcantes na cultura brasileira, do jagunço e do coronel, passando pelo conceito de espaço literário e da teoria da articulação das três ordens da realidade de Candido (1977). O estudo aconteceu dentro da linha de pesquisa 2, Literatura, Memória e Identidade do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão.

O espaço literário foi conceituado por autores como Bachelard (1989), Lins (1976), Brandão (2005), Borges Filho (2007) e Tally Júnior (2018) que se debruçaram sobre sua importância na construção de sentido na literatura. Muito embora o estudo do tempo pareça ter recebido muito mais atenção dos estudiosos acadêmicos, o espaço também tem reivindicado seu lugar de importância no estudo literário. É válido analisarmos como cada um desses autores conceituou o espaço. Sobre o papel do espaço no romance, Lins afirma que:

Podemos (...) dizer que o espaço, no romance, tem sido – ou assim pode entender-se – tudo que, intencionalmente disposto, enquadra a personagem e que, inventariado, tanto pode ser absorvido como acrescentado pela personagem, sucedendo, inclusive, ser constituído por figuras humanas, então coisificadas ou com a sua individualidade tendendo para zero. (LINS, 1976, p. 68).

Lins (1976) aborda, portanto, a relação espaço/personagem no romance, trazendo o aspecto da intencionalidade, ou seja, tudo que é descrito no espaço tem obra tem alguma razão de ser e alguma provável relação com o personagem. Já Gaston Bachelard (1989) ressaltou a importância do espaço para as memórias e lembranças:

É pelo espaço, é no espaço que encontramos os belos fósseis de duração concretizados por longas permanências. O inconsciente permanece nos locais. As lembranças são imóveis, tanto mais sólidas quanto mais bem espacializadas. (BACHELARD, 1989, p. 29).

Esta passagem justifica o poder psicológico e simbólico dos espaços na concretização da nossa memória, que não é diferente no campo da literatura. Lins (1976), ainda, tocou de maneira mais objetiva na questão do estudo do espaço:

Não deve o estudioso do espaço, na obra de ficção, ater-se apenas à sua visualidade, mas observar em que proporção os demais sentidos interferem. Quaisquer que sejam

os seus limites, um lugar tende a adquirir em nosso espírito mais corpo na medida em que evoca sensações. (LINS, 1976, p. 84).

Deste modo, ele reafirma a importância da descrição do espaço literário na promoção das sensações e na ambientação do leitor ao romance. O autor, ainda, denomina essa *ambientação* como “[...] o interesse dos recursos literários para estabelecer nas histórias, o espaço.” (LINS, 1976, p. 79) e explana sobre os recursos para introduzir o cenário sem comprometer o desenrolar da história. Borges Filho, ao conceituar a Topoanálise, destacou que sua preferência pela forma mais clássica:

Ficamos com a conceituação clássica da teoria literária. Por isso, preferimos conservar o conceito de espaço como um conceito amplo que abarcaria tudo o que está inscrito em uma obra literária como tamanho, forma, objetos e suas relações. Esse espaço seria composto de cenário, natureza e ambiente. (BORGES FILHO, 2007, p. 15).

Essa junção de várias coordenadas espaciais e objetos que compõem e formam essa espacialidade são a própria construção da história, que ambientam o leitor, constroem situações presentes ou futuras na história e formam sentido. Brandão (2005), ao falar sobre a noção de espaço, fala também sobre os percursos, a movimentação dentro dos espaços:

A concepção de espaço sugerida não é apenas de um sistema de determinações prévias que condiciona as possibilidades de delineamento dos percursos – trilhas por onde os passos podem se aventurar. O espaço também surge como sistema resultante, construção que se efetua exatamente a partir dos caminhos trilhados. Daí a noção de espaço como representação, como proposição de um modelo cujas coordenadas produzem um sentido, como um “mapa”. (BRANDÃO, 2005, p. 36).

A noção do mapa imaginário também já foi abordada por Tally Júnior (2018), que compara a criação de mapas reais com mapas imaginários, em que é possível que a pessoa se situe e se oriente no espaço, seja ele real ou imaginário, físico ou literário. Tally Júnior (2018) reforça a função do espaço na construção do romance e formação de sentido no estudo da literatura.

Se o estudo da literatura produz uma imaginação mais requintada, então o estudo literário orientado para a espacialidade, em sintonia com a cartografia literária e a investigação geocrítica, só podem fortalecer a imaginação espacial, uma competência mais do que necessária para dar sentido a nosso lugar, a nosso mundo e, portanto, também a nós mesmos. (TALLY JÚNIOR, 2018, p. 14).

Ao fazermos a Topoanálise do romance **Chapadão do Bugre** a primeira coisa que nos chama a atenção é que o personagem principal, José de Arimatéia, é um personagem politópico,

ou seja, “[...] não possui um lugar que é seu.” (BORGES FILHO, 2007, p. 99), não pertence a nenhum lugar específico e é o fio condutor que liga diversos espaços no desenrolar da história, fator importante na Topoanálise, uma vez que:

Ainda sobre a investigação do espaço na literatura, é bom salientar que ele é naturalmente interdisciplinar. Assim, cumpre ao topoanalista, isto é, ao estudioso do espaço na literatura, a pesquisa da questão espacial também na geografia, na filosofia, na história, na arquitetura, etc. Esses estudos oferecerão ao topoanalista uma compreensão maior da problemática do espaço e, conseqüentemente, dessa questão na literatura, visto que a literatura nada mais é que a investigação do homem e suas relações com o mundo. Essas leituras interdisciplinares também oferecerão pistas teóricas bastante interessantes e que poderão ser desenvolvidas ou verificadas junto ao texto literário. (BORGES FILHO, 2007, p. 6).

Pela impossibilidade de analisarmos a questão especial sob tantos aspectos propostos pelo autor, optamos por nos ater à questão geográfica, observando o percurso espacial que ocorre em todo o livro, que fala justamente sobre a trajetória do protagonista José de Arimatéia pelos caminhos do Chapadão do Bugre, desde sua origem humilde e sem pais, até sua perspectiva de melhora de vida através do acolhimento de seu Valico, um importante coronel, posteriormente, por outro coronel, seu Tonho Inácio, até sua queda com traição, assassinato, fuga e o destino de se tornar jagunço. A circulação do protagonista pelas várias localidades do Chapadão se dá durante todo o romance, poucos são os momentos de permanência e muitos os momentos de andanças. A responsável por quase todo esse deslocamento do espaço do Chapadão é a mula Camurça, personagem coadjuvante do romance que ganha vida e vai crescendo ao longo da história.

Conclui-se que o topoanalista deve estar atento a esses deslocamentos que ocorrem dentro da narrativa. Esses deslocamentos introduzem novas formas de espaço e cumpre observar qual a relação deles com as personagens e ação. A essa seqüência de espaços que servem para o desenrolar do enredo, chamamos, como dito anteriormente, de percurso espacial. (BORGES FILHO, 2007, p. 34).

O percurso espacial do protagonista pelo Chapadão no lombo de sua mula Camurça nos permite formar um mapa mental, desenhando o percurso de José de Arimatéia pelos espaços principais do romance. Permite também visualizar espaços menos frequentes: locais de transição, de passagem, locais de menor importância na vida do personagem, mas fundamentais para amarrar o romance:

Que diferença da Camurça daqueles outros tempos! – pensava José de Arimatéia, ao sentir o passo largo da besta pelo carreiro pedregoso dos primeiros lançantes da serra. Uma toada só, no plaine e na subida! Por debaixo da capa, as rédeas iam soltas por

entre as mãos cruzadas e em descanso no cabeço redondo da boa sela viajeira. Cinco anos, quase cinco anos já passados! Não, não mais adiantava querer evitar, repetir aquelas lembranças que vinham sempre, principalmente quando podia estar assim, sozinho com Camurça, a caminhar no escuro e no silêncio. (PALMÉRIO, 2006, p. 19-20).

Do ponto de vista espacial, o romance se passa em três espaços principais, os espaços de base: a fazenda Curral de Esteio, Capão do Cedro e Santana do Boqueirão (espaços esses que serão analisados no capítulo **Jaguncismo**) e diversos outros espaços secundários (lugares estes que chamamos de “Lugares de passagem”). Um quarto espaço, de notável importância, embora seja também um local de passagem, se destaca por uma lenda que povoa o imaginário dos moradores do Chapadão e por ser o derradeiro local de passagem de José de Arimatéia: o Beco das Três Cruzes onde o protagonista é assassinado. O espaço se faz fundamental na construção do romance desde o seu título que nos remete a um local isolado, a uma grande extensão de terra, a uma grande chapada ou uma sequência delas. O termo “bugre” se refere a um indivíduo rude, incivilizado, tal qual nosso protagonista, José de Arimatéia.

Ainda a partir das ideias de Borges Filho (2007), o espaço no romance tem diversas funções, entre elas caracterizar, influenciar, propiciar ações, situar os personagens geograficamente e outros. E no romance notamos essa relação de José de Arimatéia em cada novo espaço que chega. Em Capão do Cedro, lugar tranquilo, ele também chega homem tranquilo, depois de se tornar violento por força de ocasião vai se estabelecer também em um lugar bem mais violento: Santana do Boqueirão. O espaço também faz a projeção psicológica dos personagens e mais uma vez vemos as duas faces de José de Arimatéia em cada espaço: em Capão do Cedro é funcionário da fazenda, em Santana do Boqueirão é jagunço. Para Borges Filho (2007) o espaço pode tanto refletir um personagem quanto o transformar, no romance vemos as duas coisas acontecendo simultaneamente, tanto José de Arimatéia transforma os lugares por onde passa quanto é transformado por eles. A importância, portanto, do espaço na obra se dá em diversos níveis e analisando a citação a seguir:

Muito romancistas têm o sentimento de lugar – Five Towns, Auld Reekie e por aí fora. Muito poucos têm o senso de espaço, e a posse dele ocupa uma posição de destaque no divino equipamento de Tolstoi. O espaço é o senhor de Guerra e Paz, não o tempo. (FORSTER, 1992, p. 65, grifo do autor).

O espaço também é senhor em muitos outros romances nacionais e internacionais, inclusive em **Chapadão do Bugre** em que as relações de poder estão diretamente relacionadas à questão de espaço e território, recursos naturais e dominação. Tem mais poder quem tem mais

território, o coronel, se sujeita aos desmandos do coronel aquele que não tem território nem recursos naturais, o jagunço:

O poder, isto é, a vontade de um sobre o outro, pode ser exercido de duas formas basicamente: pela coerção ou pela sedução. A coerção acontece quando se usa a penalidade, a punição, seja ela qual for, para que a vontade de alguém seja colocada em prática. A sedução é uma maneira sutil de levar alguém a agir de tal maneira: por palavras, por carisma, por exemplos, por gestos/carícias, recompensa, ou qualquer outra forma que não inclua punição. Outra ideia interessante ligada intrinsecamente à ideia de poder é a de que ele determina a relação entre pessoas, estabelecendo uma separação entre dominantes e dominados. Aqueles que têm e aqueles que não têm poder. Em outras palavras, onde há poder, há desigualdades. (BORGES FILHO, 2007, p. 23, grifo do autor).

Ainda sobre a relação entre espaço, poder e dominação podemos pensar sobre o poder público que precisa dominar todos os espaços, todo o território brasileiro, mas não consegue abarcar todos esses espaços e “nomeia” extraoficialmente representantes de seus interesses em cada canto do país.

De acordo com Candido (1977, p. 146) o romance **Chapadão do Bugre** é construído numa articulação de três ordens de realidade: Primeiramente a representação do destino individual de José de Arimatéia e os motivos que o transformam em jagunço de coronel; depois a representação dos coronéis com seus bandos de jagunços para garantir o prestígio e o poder de suas famílias; e, por último, a força pública atravessando os destinos individuais e a força dos grupos:

Este contraponto envolve três ordens da realidade. De um lado, o jagunço individual, como seu destino e as suas motivações, que o levam a transformar-se em peça do mecanismo dos coronéis, como é o caso de José de Arimatéia, em cuja psicologia somos convidados a penetrar. De outro lado, os coronéis, com o seu destino grupal, o prestígio e a prosperidade de suas famílias, levando ao comportamento político, à formação das clientelas, ao parasitismo em relação ao Estado. Entre ambos, a força pública, que corta o fio dos destinos individuais e procura abalar o sólido feixe de interesses de grupo. Como critério para a ação de todos, o romancista põe em cena alguns atos de jaguncismo, que mostram ao leitor a função do jagunço na sociedade rústica, desde as motivações psicológicas até a inserção da vida coletiva. Assim, temos em *Chapadão do Bugre* uma visão realista e pitoresca do jaguncismo, integrado em seu contexto social, e em seus aspectos pessoais, com a descrição completa da formação, atuação e sentido da ação individual do jagunço, no quadro dos interesses do mandonismo. (CANDIDO, 1977, p. 146).

A partir desta análise teórica foi feita a organização dos estudos e a divisão dos capítulos desta dissertação. No primeiro capítulo, tratamos da primeira ordem: analisamos o destino individual e a trajetória do personagem José de Arimatéia desde sua origem humilde, da ausência dos pais, da acolhida por parte de estranhos de bom coração, de sua busca individual

pelo pão de cada dia e seu destino arrastado pela circunstância de traição, que transforma sua vida para sempre, ao se tornar um assassino fugitivo, se torna também um fora da lei que facilmente viria a se juntar aos demais jagunços de passados incertos.

No segundo parágrafo tratamos da representação da figura do coronel, a linhagem que faz dele quase que inevitavelmente sucessor de seu pai e avô, o poder sobre sua região e o povo que nela vive e o poder do território e da propriedade. No segundo parágrafo também abrimos um paralelo entre ficção e realidade, fato histórico e literário, ao analisar um estudo sobre uma chacina real que aconteceu na cidade de Passos, Minas Gerais, e que, sabemos, foi o evento que serviu de inspiração para que Mário Palmério escrevesse **Chapadão do Bugre**.

Por fim, no último parágrafo, nos debruçamos sobre o papel do poder público (ou a falta dele), tanto no “surgimento” de mais e mais jagunços como também no empoderamento dos coronéis e no combate a eles. Há, portanto, em **Chapadão do Bugre** uma representação da ação individual do jagunço e da exploração de seu trabalho dentro de um panorama de imposição do arbítrio na ordem social comandada pelos coronéis e alimentada pela omissão conveniente do poder público. Candido nos oferece uma rica análise da obra e da forma como ela retrata a ordem social composta por coronéis, jagunços e seus destinos coletivos e individuais:

Chapadão do Bugre começa pela história de um destino individual para se alargar pouco a pouco, em decorrência das vicissitudes que o envolvem e que se enquadram num panorama bem traçado do coronelismo mineiro sob as suas formas mais drásticas, - as que suscitam, organizam e disciplinam o crime como instrumento de dominação política. No desenvolvimento do enredo, surgem diversos fatores do jaguncismo, pois o pretexto de tudo é o dentista prático José de Arimatéia, homem pacato que, traído pela noiva com o filho do patrão e protetor, mata-o, foge e se torna jagunço eficiente do coronel Americão Barbosa. Por causa de José de Arimatéia é morto um velho fazendeiro que o criara, os capangas do coronel se espalham por toda a parte, os crimes puxam os crimes, e é afinal também por causa dele, agente de uma derradeira e sangrenta missão de extermínio, que o delegado militar resolve, depois de algumas violências prévias, a violência final da matança, a machadinha e tiro, dos mandões que o empregavam. Mas, apesar desta moldura individual, deste caso de “amor e sangue” gerando a ferocidade, para o leitor interessando no jaguncismo importa sobretudo o panorama social de Santana do Boqueirão, - nome que deve cobrir uma espécie de síntese ficcional de diversas localidades do Sudoeste de Minas e do Triângulo Mineiro. Aqui, o autor faz a descrição pitoresca e algo caricatural dos costumes sertanejos, mormente a política de campanário, que já tratara com bastante graça no romance anterior, *Vila dos Confins*. A parte mais interessante de *Chapadão do Bugre* mostra de que maneira se instala e procura eternizar-se a ordem social torcida dos coronéis de Santana e vilas vizinhas, tendo por base a imposição do arbítrio e por instrumento o que se poderia chamar exploração do trabalho criminoso do jagunço individual. Trata-se da ordem a princípio necessária, na fase de desbravamento, pois assegura através das instâncias privadas, que são principalmente os grupos familiares e suas clientelas, um funcionamento sucedâneo de instituições que o poder público ainda é incapaz de assegurar. A seguir, esta ordem se torna apenas arbítrio, mantendo o parasitismo dos grupos dominantes e impedindo o progresso. (CANDIDO, 1977, p. 143-144, grifo do autor).

Essa longa passagem de *Candido*, além de oferecer um rico resumo do romance, analisa a obra como um todo sob os três aspectos principais que iremos abordar nesse estudo: jaguncismo, coronelismo e poder público e o entrecruzamento de todos eles nos destinos individuais dos personagens. A riqueza da obra literária de Mário Palmério vem também da descrição do espaço sertanejo, mas também da linguagem, dos costumes e dos contrastes tão característicos das regiões interioranas do país. Esse território sertanejo, nos aponta para uma realidade intermediária entre selva e civilização, um meio do caminho entre o início e a civilização tal qual como a conhecemos hoje:

O território que ontem foi mato bravo, hoje é sertão e amanhã será terra domesticada. O espaço selvagem constitui o futuro da conquista (o que ainda não foi devesado, para onde o colonizador se dirige) e o passado do conquistado (a lembrança e os vestígios do que existia anteriormente). O sertão é fronteira de civilização; assinala uma franja, o ponto de intersecção entre dois tempos e dois mundos. (MARTINS, 2013, p. 74).

O espaço sertanejo nos aponta então também para um tempo passado, a ideia do porvir, de um futuro que já chegou em muitos lugares, mas ainda não chegou por lá: “O sertão é, então, o interior desabitado, distante do litoral e dos centros urbanos.” (MARTINS, 2013, p. 69). O sertão, então, como espaço físico, como lugar, é algo distante de onde a maioria das pessoas quer estar, nos locais mais inabitados e inóspitos. O livro é uma ficção regionalista e retrata muito da realidade ainda hoje vivida em várias partes do país e nos fornece material não apenas de estudo literário, mas também linguístico, sociológico e antropológico. E não deve ser deixada de lado ou rebaixada como uma literatura “inferior”, tal qual defende a passagem, de que refere a essa literatura como “literatura dos estados”:

Na discussão sobre a dinâmica das especificidades locais, as literaturas dos estados não devem ser estudadas como processos autônomos e sim de modo a integrar questões relacionadas, o que permite oferecer um quadro amplo do que seria essa “literatura brasileira”. No entanto, o quadro não deve partir de uma “soma”, e sim do reconhecimento da complexidade de fatores que fazem dessa literatura um sistema. Com tal redirecionamento, justificam-se tentativas de mapeamento em locais onde se configura e onde circula uma produção que tem dificuldade de aparecer nacionalmente. (ARAÚJO, 2013, p. 111).

Acreditamos que estudos como este lançam luz a essa literatura regionalista (ou dos estados) e das figuras do jagunço e do coronel, tão importantes na formação histórica do interior do Brasil, esses temas “secundários” podem muitas vezes ser deixados de lado no ambiente dos estudos literários acadêmicos, mas, sabendo que o Brasil é muito mais que litoral e capitais, reconhecemos a importância da cultura interiorana para a formação da nossa cultura e

identidade, da essência rural do brasileiro que traz consigo valores do período da colonização e mantém raízes até os dias de hoje:

Segundo ele, desde que, no início da colonização, a aristocracia portuguesa internou-se pelos sertões, passou a sofrer um progressivo ensimesmamento, despojando-se de seus hábitos urbanos e adotando valores rústicos. O culto da honra, a valorização da vida familiar e doméstica, o exercício absoluto da autoridade patriarcal, o comportamento cavalheiresco e a índole comedida, a lealdade em torno da figura autoritária do chefe, são alguns dos valores predominantes entre as classes aristocráticas, mantidos ao longo dos séculos e capazes de definir os traços fundamentais da mentalidade brasileira. Na visão de Vianna, as altas classes rurais possuíam também uma característica estabilidade, garantida por sua fixação à terra e pela transmissão dos valores patriarcais ao longo das gerações, de forma que também as relações sociais adquirem um caráter de permanência. As virtudes morais, os padrões de comportamento, os modos de vida e de sociabilidade desta aristocracia rural ter-se-iam mantido na longa duração graças a uma conduta social que valorizava a pureza do sangue ariano. (MURARI, 2011, p. 296).

Nesta breve análise social e comportamental que Luciana Murari fez da obra de Oliveira Vianna podemos enxergar também a tradição comportamental retratada por Mário Palmério em **Chapadão do Bugre**, tanto quando ele retrata os costumes familiares nas casas dos coronéis, da excessiva proteção de seu Tonho Inácio a seu filho Inacinho, embora já fosse um adulto, no patriarcalismo exacerbado nas classes altas e nas famílias donas de terra, em que tradicionalmente se faziam não apenas filhos homens, mas futuros coronéis, na obediência servil de todos que o cercam, os funcionários, as mulheres, os mais pobres.

Portanto, o elogio da tradição patriarcalista pode ser compreendido como uma metáfora da autoridade do Estado nacional centralizado e sua personalização do líder (o pai), destinado a exercer um poder moralizante sobre a família (os cidadãos), transformando seu domínio exclusivista na força disciplinadora e organizadora da vida social, exercendo rigorosa tutela dos incapazes, e estabelecendo a ordem em seu imenso latifúndio (o país), através da condensação do poder em torno de uma única fonte de autoridade. (MURARI, 2011, p. 312).

No trecho, ao traçar o paralelo entre a tradição patriarcal e a autoridade do Estado, percebemos como o Brasil foi terreno fértil para o crescimento e fortalecimento da figura do coronel. Vemos também a importância da honra quando o pacato José de Arimatéia é capaz de assassinar seu Inacinho e passar o resto de sua vida perseguindo e buscando se vingar de Do Carmo e seu Tonho Inácio. Acreditamos que retratar esses valores interioranos, que são ainda base de muitos dos nossos costumes e comportamentos, tenha sido uma das motivações de Mário Palmério (interiorano que era) quando se dedicou aos romances que produziu. Também a linguagem do romance se apresenta como um ponto chave da identidade do povo do interior, com traços marcantes de oralidade e do regionalismo, o que cria um dialeto próprio das regiões

mais afastadas dos grandes centros e ainda possível de ser encontrada em regiões mais afastadas no Brasil, linguagem característica de povos de maioria não alfabetizados, que o contato com a língua acontece apenas através da oralidade:

A tendência dos estudos sociológicos convencionais, de filiação evolucionista, é rotular de *residuais* todas as manifestações habitualmente chamadas *folclóricas*. Estabelecido firmemente esse ponto de vista, tudo o que estiver *sob o limiar da escrita*, e, em geral, os hábitos rústicos ou suburbanos, é visto como sobrevivência das culturas indígenas, negra, cabocla, escrava ou, mesmo, portuguesa arcaica: culturas que se produziram sempre sob o ferrete da dominação. É extremamente importante repensar o processo de formação de toda essa cultura que viveu e ainda vive sob o limiar da escrita. Cada vertente culta, ocidentalizante, de fundo colonizador, estigmatiza a cultura popular como fóssil correspondente a estados de primitivismo, atraso, demora, subdesenvolvimento. (BOSI, 1992, p. 316).

Tanto quando se trata de linguagem quanto quando se trata de espaço e costumes, a modernidade ainda não se instalou. Mesmo nos espaços mais modernos retratados no livro, nota-se que se trata de uma “modernidade” exterior, já que os costumes e as tradições nos lares são religiosamente mantidos. A manutenção de todas essas tradições é favorecida pelo distanciamento geográfico que mantém o ambiente pouco “contaminado” pelos hábitos modernos. O ambiente rural se torna um espaço e refúgio da tradição.

O autor, Mário Palmério, não dedicou toda sua vida à literatura, mas deixou escrito neste livro e em **Vila dos Confins**, alguns anos antes, importantes registros do sertão do Brasil, tanto sobre linguagem e costumes quanto sobre a história de povos que viviam longe dos grandes centros, tal qual foi a vida dele quando jovem e menino.

Para entrar no cerne do problema, só há uma relação válida e fecunda entre o artista culto e a vida popular: a relação amorosa. Sem um enraizamento profundo, sem uma empatia sincera e prolongada, o escritor, homem de cultura universitária, e pertencente à linguagem redutora dominante, se enredará nas malhas do preconceito, ou mitizará, irracionalmente tudo o que lhe pareça popular, ou ainda projetará pesadamente as suas próprias angústias e inibições na cultura do outro, ou, enfim, interpretará de modo fatalmente etnocêntrico e colonizador os modos de viver do primitivo, do rústico, do suburbano. Os equívocos do olhar etnocêntrico e as interpretações, simpáticas, mas distorcidas, da antropologia nacionalista (ultimamente, populista), significam, em última instância, um ver-de-fora-para-dentro; uma projeção, uma estranheza mal dissimulada em familiaridade. (BOSI, 1992, p. 320).

O autor, Mário de Ascensão Palmério, nasceu em Monte Carmelo, na região do Alto Paranaíba em Minas Gerais, em 1º de março de 1916, filho de pai engenheiro civil e advogado, Francisco Palmério e mãe dona de casa, Maria da Glória Palmério. Por ser de família privilegiada, saiu de Monte Carmelo para concluir os estudos em Uberaba e Araguari e,

posteriormente, no Rio de Janeiro. Na capital paulista se dedicou exclusivamente ao magistério até ser atraído novamente pelo progresso que se instalava rapidamente na cidade de Uberaba e em toda região, graças à pecuária que ainda hoje é importante fonte de renda da região.

Fundou em Uberaba o Liceu do Triângulo Mineiro, depois o Colégio do Triângulo Mineiro e a Escola Técnica de Comércio do Triângulo Mineiro, mas já sonhava com uma escola de ensino superior. Em 1947 consegue autorização do governo federal para o funcionamento da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, posteriormente as faculdades de Direito e Medicina, que foram as sementes da UNIUBE, hoje uma das maiores universidades particulares da região do Triângulo Mineiro e a que transformou Uberaba em uma cidade universitária. Mário Palmério exerceu três mandatos de deputado federal por Minas Gerais nas décadas de 1950 e 1960, exercendo simultaneamente funções educacionais e parlamentares. Em 1962, foi nomeado pelo então presidente, João Goulart, embaixador do Brasil no Paraguai

Foi aos 40 anos que Mário Palmério escreveu **Vila dos Confins**, que, de acordo com a biografia do próprio autor: “**Vila dos Confins** nasceu relatório, cresceu crônica e acabou romance...” (PALMÉRIO, 2006, p. 10). O livro, que foi sua obra mais famosa, é a história de uma eleição em um pequeno lugarejo perdido nos confins brasileiros, em que ele revela vários aspectos e costumes da vida sertaneja.

O romance **Chapadão do Bugre**, corpus deste trabalho, foi escrito por ele em um período de isolamento em sua fazenda no Mato Grosso e é o resultado de material linguístico e de costumes colhido durante da produção do livro **Vila dos Confins**. Mário Palmério foi eleito para a cadeira nº 2 da Academia Brasileira de Letras em 4 de abril de 1968, sucedendo a Guimarães Rosa.

Viajou de barco pelo rio Amazonas e seus afluentes durante muitos anos, fazendo um levantamento de dados sobre a realidade da região amazônica. Voltou a morar em Uberaba em 1987, quando se tornou presidente das Faculdades Integradas de Uberaba e quando também recebeu, do Ministério da Aeronáutica, a medalha Santos Dumont.

Mário Palmério faleceu em Uberaba em 24 de setembro de 1996. Hoje, seu filho, Marcelo Palmério, é responsável pela administração da Universidade de Uberaba. Também, em Monte Carmelo, sua cidade natal, existe uma universidade em sua homenagem, a Unifucamp, que é Universidade Fundação Mário Palmério.

Embora Mário Palmério não tenha dedicado sua vida exclusivamente à literatura, suas obras são importantes, pois retratam a realidade dos povos rurais e sertanejos, muitas vezes esquecidos em detrimento das narrativas das grandes cidades ou das regiões litorâneas, para onde primeiro se voltam os olhares. Mas, sua cadeira na Academia Brasileira de Letras e sua

importância na literatura e na educação mineira não nos permitem esquecer sua relevância. Por esse mesmo motivo, ao pesquisar por seu nome no banco de teses da CAPES é surpreendente notar a mínima quantidade de estudos sobre sua vida e, principalmente, suas obras. Lacuna esta que pretendeu ser de alguma forma preenchida por este estudo. Importante salientar também que grande parte dos estudos literários a respeito de Mário Palmério se debruça sobre seu romance mais famoso, **Vila dos Confins**, ficando o romance **Chapadão do Bugre** ainda mais esquecido pelos acadêmicos da literatura. Esta obra foi inspirada em uma chacina ocorrida na cidade de Passos, Minas Gerais, em que jagunços e coronéis foram assassinados pela polícia e o fato ganhou as manchetes de jornais de todo o estado. No livro, o evento semelhante é pano de fundo da narrativa do personagem José de Arimatéia.

Em uma pesquisa no banco de teses da CAPES pelo título do livro **Chapadão do Bugre**, apenas encontramos o estudo “Pelos caminhos e vilas do Chapadão” (FONTES, 2000), uma dissertação de mestrado da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que aborda, de modo geral, a importância de Mário Palmério, sobre a atividade política em **Vila dos Confins** e sobre a atuação dos coronéis e dos jagunços em **Chapadão do Bugre** e sobre o início do sistema político no Brasil, principalmente no sertão, momento em que surgiu a tradição do Voto de Cabresto, em que empregados, jagunços e toda a população pobre e analfabeta é coagida a votar em quem os coronéis mandam, sob armas e ameaças das mais diversas.

O protagonista José de Arimatéia é o retrato do sertanejo brasileiro (ou do caipira) pouco estudo, nenhum dinheiro, sem posses, sem família e se sujeita aos favores e às poucas oportunidades que lhe surgem ao longo da dura vida. Vida esta que o leva à condição de jagunço, objeto de inspiração para Mário Palmério e de estudo desta dissertação

Modernamente, no esforço de conhecer o Brasil, as pesquisas sociológicas e antropológicas conferiram ao caipira o direito de estar entre seres humanos, nem idealizado nem tratado como animal, mas dotado de consciência, cultura própria e, apesar de explorado, participante do processo social. Bernardo Élis, *Ermos e gerais* (1994), *Veranico de janeiro* (1966), e Mário Palmério, *Vila dos Confins* (1956) e *Chapadão do Bugre* (1965), são dois bons exemplos do enfoque moderno que se tem do caipira, embora tenham sido obscurecidos pela presença de Guimarães Rosa. Enfim, o caipira, encarnando anseios e receios dos outros, teve seu significado mudado de acordo com pontos de vista que nele enxergaram apenas a projeção de valores ideológicos. Ora preguiçoso e violento como o índio, ora símbolo do verdadeiro Brasil formado por destemidos bandeirantes, só na atualidade, com o capitalismo plenamente implantado, é que aparece como personagem típico de uma formação social em gradativa decomposição. (YATSUDA, 2004, p. 186, grifo do autor).

Como vemos, poucos intelectuais se prestaram a tentar retratar o caipira brasileiro tal qual ele é, diferente do cidadão em tantos aspectos, com a imagem tão carregada de preconceitos e estereótipos, tal qual retrata Yatsuda (2004, p. 104):

De fato, a circunstância que melhor explicita a oposição caipira x cidadão é a do incremento da industrialização, que traz à tona a chamada ideologia da modernização. Nesse momento, para os defensores da incipiente industrialização, o caipira, enquanto representante do campo, torna-se símbolo do atraso. Mais do que isso, ele é mesmo tido como o elemento que impede o desenvolvimento da nação, agora centrado na zona urbana. Enfim, o caboclo é o entrave para que um país subdesenvolvido torne-se desenvolvido, como ingenuamente acreditavam alguns. Essa ideologia, entretanto, tem suas raízes numa outra, ou, melhor dizendo, ela nada mais é que a versão retomada da ideologia do colonialismo, atualizando-se no colonialismo interno. Um dos suportes para assegurar o funcionamento do sistema colonialista, isto é, a submissão do colonizado – passada a fase do emprego da força – é a fabricação e difusão da ideologia do colonialismo. Basicamente, o conteúdo expressa a superioridade do colonizador: tudo o que se refere a ele e a seu mundo é assinalado positivamente. É dinâmico, sensato, trabalhador, verdadeiro, cristão, participa de uma civilização superior, e seu meio de expressão, sua linguagem, é instrumento de elaboração de alta literatura. Por oposição, o colonizado é marcado negativamente, através de um mecanismo diabolicamente simples: o que é atributo cultural, o colonizador transforma em elemento essencial. Assim, o nativo torna-se, por *natureza*, um indivíduo preguiçoso, indolente, incapaz, idiotizado, sujo, violento, usando um falar rude que não pode exprimir com precisão conhecimentos mais refinados e sentimentos mais nobres. Uma linguagem inadequada à literatura.

Traduzir essa “linguagem inadequada” para dentro da literatura parece ter sido o feito mais importante de Mário Palmério em suas duas principais obras e juntamente com Guimarães Rosa retratar o caipira brasileiro despido de preconceitos e estereótipos e trazer sua linguagem coloquial para o meio artístico:

De fato, a grande produção regionalista do início do século evidencia o projeto realista-naturalista em que se escora, através de sua proposta de fidelidade ao meio ao descrever. E tal atitude deixa clara a intenção de *desexotizar* o caipira, reagindo assim contra a tradição romântica que o fixara como pitoresco. Se de um lado havia essa intenção, de outro colocá-la em prática trouxe um grande número de problemas. Um deles, talvez o de maior relevância, diz respeito à linguagem. Afinal, tratava-se de pessoas cultas, de formação erudita o mais das vezes, que deveriam, se coerentes com o programa, reproduzir “fielmente” a fala do caboclo, o dialeto caipira. As tentativas, de modo geral, resultaram em textos em que se nota o choque da passagem da fala culta do narrador, no discurso indireto, para a rusticidade do dialeto caipira, no direto; quando do uso do indireto-livre, os vocábulos da fala cabocla aparecem aspeados ou grifados, acentuando o contraste entre os dois registros. (YATSUDA, 2004, p. 110).

Mário Palmério dribla esse desafio usando o dialeto caipira em quase todo o romance, porque bem o conhece, em falas do narrador a linguagem tem menos características da oralidade, mas ainda conserva o vocabulário típico. Todo romance é escrito em vocabulário próprio do sertanejo, muitas vezes ininteligível para nós, cidadãos. Uma perfeita compreensão

da obra se dá muitas vezes necessitando de vasta pesquisa inclusive com pessoas idosas que vivem no campo, que se identificam e conseguem “traduzir” com exatidão algumas expressões desconhecidas da norma culta e dos dicionários e gramáticas, como se pode notar no trecho a seguir:

Seu Eulálio grosava a palha com o lombo da faca:

- Me falaram que viram rasto com jeito de ser da besta do seu Isé, porém rasto de cara pra trás, voltando do Porto da Passagem de novo pro Capão do Cedro. Mas diz' que ficaram na dúvida, que a estrada está impossível de tanto lameiro. Que, antes de poderem sair do Capão do Cedro, a chuva apertou e virou num temporal de novamente... O rapaz foi de muita sorte, hein seu Valico? (PALMÉRIO, 2006, p. 73).

Mesmo o narrador usa termos típicos do caipira como “grossava a palha”, por exemplo e, no discurso direto notamos o recorrente uso, além dos termos característicos do dialeto rural, a entonação e o uso de apóstrofe que indica o hábito do caipira de “engolir” pedaços de palavras. Observe o diálogo entre José de Arimatéia e João da Preta, logo na primeira página do romance como já nos ambienta à linguagem e como em alguns momentos parecem estar falando outro idioma:

A montaria mal se encostara à cerca de limão brabo, e o cavaleiro já desapeava. Vazou a tronqueirinha, rumando direto para a janela de frente da meiógua. Chamou:

- João, ô João da Preta!

Teve de bater mais de uma vez com o argolão da taca e chamar de novo:

- João, ô João da Preta! Sou eu, é o José de Arimatéia!

A mulher foi quem veio ver à porta, mesmo assim sem arredar de todo a escora. Meia tirinha só de confiança na fresta mal aberta:

- Seu Isé?

- Sou eu sim. Anda logo, que a friagem aqui no tempo...

Siá Preta acabou de abrir a porta, e o cavaleiro entrou. Treme-soprava:

- Viajinha danada de fora de horas...Qu' é de o João? Recebeu o aviso?

Descalço, encolhido num resto de poncho campanheiro, João da Preta apareceu. Mal salvou, e foi dizendo:

- Recebi de tardezinha, Seu Valério foi quem trouxe. Quer baldear agora, ou dilata um tico pro café? (PALMÉRIO, 2006, p. 15).

O diálogo anterior exemplifica a linguagem do livro, palavras como “tronqueirinha”, “tico”, “viajinha” são características do coloquialismo e mostram um diálogo típico do dialeto caipira, e a utilização de formas orais como “Qu' é de o João?” tem o aspecto fonético bem destacado. Candido aponta sobre o conflito entre o tema relacionado ao sertão e a linguagem convencional da literatura:

Fechando o parêntese, voltemos ao assunto com uma consideração de ordem geral: o Regionalismo estabelece uma curiosa tensão entre tema e linguagem. O tema rústico puxa para os aspectos exóticos e pitorescos e, através deles, para uma linguagem

inculta cheia de peculiaridades locais; mas a convenção normal da literatura, baseada no postulado da inteligibilidade, puxa para uma linguagem culta e mesmo acadêmica. O Regionalismo deve estabelecer uma relação adequada entre os dois aspectos, e por isso se torna um instrumento poderoso de transformação da língua e de revelação e autoconsciência do País; mas pode ser também fator de artificialidade na língua e de alienação no plano do conhecimento do País. (CANDIDO, 1972, p. 86-87).

A adequação dessa relação acontece no livro à medida em que o autor faz uso de sua licença poética para colocar traços da oralidade e do coloquialismo em todo o romance, mesmo nas passagens do narrador e, como vimos, mais destacadamente, nos discursos diretos, ou seja, nas falas dos próprios personagens. Fazendo assim com que a linguagem do homem do campo ganhasse espaço e visibilidade não somente na literatura, mas também, posteriormente, na academia. Deste modo, este estudo objetivou analisar linguagem, espaço e personagens para elucidar o fenômeno da tríade coronel/jagunço/poder público, que permeou a história do Brasil e também a literatura.

**CAPÍTULO 1 - O JAGUNCISMO NO BRASIL E SUA REPRESENTAÇÃO EM
CHAPADÃO DO BUGRE**

1.1 José de Arimatéia: retrato do jagunço e do jaguncismo no Brasil

A partir da Proclamação da República se inicia também a história do jaguncismo no Brasil, segundo Vasconcelos (2002) a figura do jagunço foi condição essencial para a manutenção de uma estrutura econômica baseada em um Brasil de vasto território, grandes latifúndios, em que os donos de grandes terras eram também donos de todo poder e força de trabalho, para tanto, eles precisavam de suporte para manter a estrutura em pleno funcionamento. Esses donos de terra, muitas vezes, foram corajosos homens que desbravaram regiões inóspitas pelo território brasileiro, tomando para si espaços inabitados, trazendo melhorias e valorizando o território, território este que, depois de melhorado e tornado habitável, passava a ser local de desejo de muitos. Essa ocupação territorial no sertão do Brasil foi diversas vezes retratadas na literatura brasileira, especialmente por Guimarães Rosa, mas também por Euclides da Cunha, Bernardo Élis e também Mário Palmério. Este o fez tanto em seu livro mais famoso: **Vila dos Confins** (1974) quanto em *Chapadão do Bugre* (1987), que por ser menos conhecido na literatura, parece justo que receba um estudo mais aprofundado, não apenas por sua rica descrição do espaço do sertão, mas também por sua forma de retratar a linguagem e o modo de vida do homem sertanejo e dos jagunços e coronéis, figuras tão comuns no início da história do Brasil república. O próprio título do livro se trata de um espaço: o Chapadão do Bugre, região fictícia de Minas Gerais pela qual o personagem principal, José de Arimatéia fará todo seu percurso espacial, por vezes buscando melhores condições de vida, por vezes fugindo e se escondendo, mas sempre buscando melhor abrigo e conforto para ele e sua mula Camurça.

Uma das regiões retratadas no livro, região próspera do Chapadão do Bugre, é o vale do Araraúna, de mata virgem, que foi desbravada pelos Inácios, as regiões chamadas de vale são de baixa altitude e normalmente formadas por atividade fluvial, certamente por isso mesmo foi a região escolhida por eles. Os desbravadores dessa região de mata, rio e aves trouxeram com eles o cultivo de gado zebu e plantações de café e cana. “Através de sua cultura, o homem modifica o espaço e o constrói à sua imagem e semelhança.” (BORGES FILHO, 2007, p. 37). Os “Inácios” demarcaram território, transformaram o espaço e trouxeram benfeitorias, cultivos, trabalhadores e, aquele espaço que era exclusivamente natural, passa a ser também cultural, o ambiente inóspito e hostil de mata fechada e animais selvagens, se torna local habitável e agradável. De acordo com Borges Filho (2007), o espaço natural é aquele que não sofreu influência do homem, já o espaço cultural é o oposto. Esse trecho mostra como o espaço do vale foi transformado pela ação do homem e fez fama:

Os primeiros a desbravar o vale do Araraúna – chão superior de mata virgem, massapé roxo sem mistura – foram os Inácios, gente vinda das Gerais. Chegaram e se afazendaram a seu modo: café, cana e zebu. Derrubada a mata, a zona mudou de aspecto: em cada vertente de ribeirão, boa sede assobradada, curralama de lei, engenho de serra e de açúcar. Num curto correr de anos, virou lugar afamado, de muito progresso e fartura. (PALMÉRIO, 2006, p. 23).

O homem transforma o espaço, mas também é transformado por ele, assim como os Inácios trouxeram conforto e fartura para a região, o local foi formando uma nova comunidade de pessoas em torno da fazenda Capão do Cedro, cujo proprietário era Seu Tonho Inácio, descendente desses desbravadores da mata, desta que era a região mais nobre e próspera do vale. Segundo o **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa Aurélio**, um capão é pequeno bosque, uma “[...] porção de mato isolado no meio do campo [...]” (FERREIRA, 2011, p. 178), Cedro é um nome comum de diversas árvores coníferas, grandes e frondosas, boa para sombra e descanso, também muito usada na carpintaria. Viver em regiões de árvores de carpintaria trazia para o homem do campo mais conforto, o de ter à disposição, e em abundância, madeira para a construção de casas, igrejas, currais, sacadas, barracões. No Capão do Cedro viviam muitos trabalhadores, era uma região com pomares, rio, plantação de cana, igreja, armazém, escola, região familiar e de muito respeito.

A casa da sede situava-se bem na forquilha de duas cabeceiras de muita água, no sopé que circundava a baixada; já dali, continuando o pomar, subiam as ruas bem carpidas e sempre verdes do cafezal. As lavouras de cana e invernadadas, essas ocupavam o plaino restante – frescas e muitas léguas de beira-rio. (PALMÉRIO, 2006, p. 23).

A sensação é a de que o Capão do Cedro reunia o melhor dos dois mundos, a fartura e a beleza oferecida pela natureza e as melhorias produzidas pelo homem que tornam o lugar mais agradável.

Foi justamente ali onde primeiro José de Arimatéia buscou asilo, dentista-ambulante, chegou em busca de serviço e de um lugar para se estabelecer. Assim como ele, muitos homens pobres passaram a viver nessas grandes fazendas e pequenas cidades em que já haviam pequenos povoados e demanda por trabalho. O fim da escravidão deixou muitos homens livres, mas sem trabalho, sem terra e sem dinheiro, esses homens buscavam por melhores locais para viver e encontravam nos coronéis a segurança contra ataques de terceiros, além de casa, comida, trabalho, e também cavalos e armas. Em troca, ofereciam segurança ao coronel e sua família, proteção de suas terras, lealdade, voto e manutenção do *status quo*.

A história do Brasil está marcada por um exercício privado e organizado da violência em que uma força armada é colocada a serviço de um proprietário rural ou de um

chefe para prevenir conflitos ou para resolvê-los. No contexto do sertão, entendido geograficamente como o interior do país, a figura do jagunço é emblemática e a instituição da jagunçagem está relacionada diretamente com a questão do poder num Brasil rural e arcaico. (TURCHI, 2006, p. 121).

Para entender o fenômeno do jaguncismo no Brasil é preciso entender a nossa própria história e as relações de poder que se formam em um país que foi sendo colonizado a partir das regiões litorâneas e que seu vasto território Brasil adentro ficou descoberto da guarda do poder público e foi tomado (tanto espaço territorial quanto poder de lei) pelos coronéis capazes de abrir mato e conquistar território. A figura do jagunço se tornou o estereótipo do homem violento, truculento, assassino, cumpridor de ordens em uma terra sem lei. O jagunço é um retrato de seu meio:

A arbitrariedade que rege o convívio no sertão demanda uma “conduta de guerra”, a violência parece muitas vezes a única forma de ação justa. Essa é a chave da leitura proposta por Antônio Cândido: encarar a figura do jagunço como *forma* (“forma de existência”, “modo de ser”, no “mundo-sertão”, “realização ontológica”), e não mera representação de um tipo social, pois as atuações dos diferentes valentões convergem todas para uma mesma lógica de comportamento “ante a desordem e a brutalidade do sertão”. (CORPAS, 2006, p. 10).

E o próprio personagem José de Arimatéia é esse retrato do jagunço em uma terra em que os coronéis poderosos ditam as leis: ele é pobre, sem bens, nem terra, nem família, um andarilho em busca de um lugar para se estabelecer. Como no começo da história ele aparece como dentista ambulante fica claro que ele não tinha, desde sempre, essa função e nem parecia estar em busca dela. Muito pelo contrário, José de Arimatéia nos é apresentado como um pobre-coitado, sem pai, nem mãe, homem honesto, trabalhador e em busca de emprego:

Pois foi ali no Capão do Cedro que um dia apareceu, atrás de serviço, o dentista-ambulante José de Arimatéia. Moço bom, bem afigurado, seu Tonho Inácio logo gostou dele, mandando que o próprio feitor da fazenda o acomodasse em casa – casa da Feitoria e que era também o armazém. (PALMÉRIO, 2006, p. 23).

Vemos nesse trecho um personagem sem as características estereotipadas de um jagunço, apenas alguém vulnerável cujas circunstâncias vão desenhar esse destino. Percebemos também como, logo na chegada, José de Arimatéia já conquista a confiança do coronel Tonho Inácio. Naquele tempo era comum que os trabalhadores da fazenda dormissem em estábulos, junto com os animais, mas José de Arimatéia já alcançou o privilégio, não só de se acomodar em uma casa, mas também de estar próximo e se tornar homem confiável e bem querido pelo coronel.

Quando traçamos um paralelo entre José de Arimatéia e seu Tonho Inácio, ao analisarmos a origem do jagunço e do coronel, esses dois extremos que vivem relações de simbiose e interdependência, entendemos que, além das questões óbvias de dinheiro, terra e poder, é importante notar como o coronel já nasce coronel: é dono de terra, é filho de coronel, e tão logo vire homem, já começa a exercer seu poder. Por outro lado, o jagunço se faz jagunço pelas circunstâncias da vida: a fome, o medo, a falta de terra, trabalho e família acabam levando o homem pobre, muitas vezes, para esse destino. Outra circunstância que é fundamental para fazer do jagunço, um jagunço, é justamente a questão territorial, é o espaço em que ele vive:

Ser jagunço torna-se, além de uma condição normal do mundo-sertão (onde “a vontade se forma mais forte que poder do lugar”) uma opção de comportamento, definindo um certo modo de ser daquele espaço. (CÂNDIDO, 1977, p. 153).

O sertão forma o jagunço, é justamente nesse espaço e nas relações de território e poder que existe o terreno fértil para a formação dessa profissão, em que “manda quem pode, obedece quem tem juízo”, quem nasceu coronel, que assuma seu posto, quem não, que trate de se submeter e logo arrumar proteção nessa “terra sem lei” chamada sertão.

O sertão costuma ser o espaço que não é litoral e, também, que normalmente está longe dos grandes centros, são as regiões em que os homens se espalharam, mas o poder público e a “civilização” ainda não conseguiram alcançar. Em termos de Brasil, entende-se o sertão da seguinte forma:

Na geografia empírica, o sertão compreende uma vasta área de núcleo central do Brasil que abrange os Estados de Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Essa extensa área não se identifica pelo clima nem pela vegetação, muito diversificados, mas por situar-se distante da costa, distante do mar. (TURCHI, 2006, p. 121).

Deste modo, não se ouve falar de jagunço e coronéis em regiões litorâneas e nos grandes centros brasileiros, mas apenas em regiões afastadas do litoral e, conseqüentemente, da ação do poder público. Onde a lei não alcança, o homem faz suas próprias leis. E, muito embora a figura do jagunço esteja ligada à ideia de violência, não é uma violência passional, mas sim da prestação de serviço, o jagunço não mata por disputa de poder, ódio, vingança, mas para cumprir seu papel, para obedecer ao coronel, que é quem, de fato, aplica as leis do sertão, como bem explica Cândido (1977, p. 141):

(...) não se consideram jagunços os ladrões de gado, os contrabandistas, os bandidos independentes. Embora haja flutuação do termo, a ideia de jaguncismo está ligada à ideia de prestação de serviço, de mandante e mandatário, sendo típica nas situações de luta política, disputa de famílias ou grupos. É preciso ainda dizer que banditismo sempre exerceu bastante atrativo sobre a sensibilidade popular, o que explica não apenas o seu papel como fonte inspiradora de *causos* e modas de viola, mas a relativa abundância da sub-literatura a respeito.

Não é possível dissociar a figura do jagunço da ideia de prestação de serviço, tampouco da sua relação com o espaço do sertão, do território, já que não existem jagunços em outros lugares, ele é filho do sertão. A receita para a formação do jagunço precisa de grandes territórios, ermos e hostis, coronéis donos de terra e também donos da lei, um poder público que não alcança (porque não pode ou porque não quer) essa demanda por justiça e bem estar social e homens, que têm o poder, que usam outros homens (que não têm muita escolha) para suprir essa demanda:

[...] jagunço é quem, por algum motivo que não lhe deixa outra alternativa, admite conviver com a iminência do mal ou da morte (e mesmo perpetrar algum mal ou morte) em meio à busca do bem ou da vida plena. Nesse contexto, a ação jagunça pode ser a forma mais justa de comportamento [...] (CORPAS, 2006, p. 73).

Tal qual os faroestes norte americanos, que tanto povoam o imaginário popular e revelam o gosto popular pelas situações em que “se faz justiça com as próprias mãos”, este foi o estado primário vivido por diversas comunidades até que a sociedade conseguiu se organizar através das leis. Nesse sentido, a ação jagunça era a forma de se praticar uma certa forma de justiça e também de manter uma certa ordem de organização de propriedades, territórios e poder, em muitos casos, era um mal por um bem, mesmo que esse mal significasse morte, ameaça, muitas vezes poderia significar também uma certa forma de justiça

Se a violência é algo que vende, que atrai o gosto popular, é importante pensar que o interesse pelo jagunço na literatura parte, não apenas do princípio da violência pela violência, mas pela violência que cumpre ordens, que brota, não da vingança, da raiva ou da inconsequência, mas da simples obediência e do frio cumprimento do dever:

A construção literária do mito do jagunço encarna a própria contradição de sua circunstância e existência no mundo do sertão: caminham lado a lado mitemas da violência, da coragem, da selvageria, da resistência física, da perícia guerreira, da perspicácia, da astúcia, da capacidade de recuar e retornar a luta com mais intensidade, da frieza diante da morte, da cruza, da traição, compondo um retrato físico e psicológico tão amedrontador quanto desconhecido e surpreendente. (TURCHI, 2006, p. 128).

A figura de José de Arimatéia contribui muito mais para a desconstrução do mito do jagunço do que para reforço desta imagem, já que ele, grande parte do romance, mais nos causa sentimentos de pena do que de medo ou pavor, mesmo que ele tenha cometido um crime passional, as injustiças que permeiam sua vida antes e depois de ter cometido o assassinato quase que justificam moralmente seu comportamento e a história mostra o protagonista muito mais como uma peça no tabuleiros dos interesses dos poderosos:

Assim, temos em *Chapadão do Bugre* uma visão realista e pitoresca do jaguncismo, integrado em seu contexto social e em seus aspectos pessoais, com a descrição completa da formação, atuação e sentido da ação individual do jagunço, no quadro de interesses do mandonismo. (CANDIDO, 1977, p. 146).

Pouco se sabe sobre a infância do personagem José de Arimatéia, desde criança sempre esteve bem acostumado ao trabalho duro, teve que seguir a vida sozinho depois da morte dos dois homens que o criaram. Durante alguns anos, recebeu o apoio de seu Valico Ribeiro e siá Domingas, que foram seu esteio e que o incentivaram a se dedicar à profissão de dentista ambulante e, logo que estava pronto, partiu para o Capão do Cedro. José de Arimatéia foi recebido por Seu Tonho Inácio, dono da fazenda, e acomodado na Feitoria da fazenda. Logo estava noivo de Maria do Carmo, afilhada do coronel, com planos breves de casamento, com a benção do patrão. Aquele parece o momento de colocar finalmente um fim em sua vida de homem sem lugar, errante, sem-terra nem território.

Sim, ia mesmo ficar parado pelo Capão do Cedro, de cabeça assentada na fazenda de seu Tonho Inácio – pedia, contente, o coração de José de Arimatéia. Montava o gabinete na salinha de frente da casa grande da colônia que seu Tonho Inácio prometera, a oficina na cobertazinha de telha que ia pedir ao patrão para fazer no quintal. (PALMERIO, 2006, p. 36).

A casa de Seu Tonho Inácio revela a imponência e a importância do coronel. Como era costume das regiões rurais, as maiores casas eram grandes sobrados com alpendres, para abrigar as famílias grandes, em que sempre viviam muitas pessoas e tinham muitos criados. Quando José de Arimatéia entrou pela primeira vez na casa e passou pelo corredor, foi o que viu:

Na sala – quase que sempre fechada, naturalmente por causa disso aquele sossego e o cheiro murcho de coisa velha – a mobília de palhinha, o sofá muito grande, a cadeirona de balanço igual a outra do alpendre. Retrato nas paredes: os homens, de testa curta e barbados, as mulheres de coque enrolado e alto – de pituca -, a gola do vestido justa e abotoada no pescoço à feição do colarinho. Povo dos Inácios dos Gusmões: famílias de seu Tonho e dona Dosolina. Morriam, mas os retratos ficavam para os filhos os mostrarem às visitas – contar como aqueles antigos eram, as manias que cada qual

devia de ter, as proezas deles nos tempos das primeiras derrubadas no sertão da mata dos Mineiros. (PALMÉRIO, 2006, p. 27).

Embora as salas sejam normalmente os locais de reuniões das famílias e de recepção das visitas, no casarão de seu Tonho Inácio o alpendre, que eles chamavam de alpendrão, parecia cumprir mais frequentemente essa função, cumprindo um costume interiorano de ficar de conversa, vendo o movimento da rua, dos vizinhos, enquanto uns apenas passam, outros entram, os assuntos surgem e cada acontecimento pode virar um novo assunto. Esse hábito acabou por deixar a sala sempre fechada e com cheiro de coisa velha. A sala do casarão de seu Tonho Inácio e dona Dosolina, com mobília, cadeirona, alpendre, retratos, revela muito mais que a boa condição financeira de ambas as famílias de origem, revela também outros dois aspectos importantes: a austeridade das mulheres, demonstrada através dos cabelos enrolados em coque e das golas dos vestidos, justas e abotoadas até o pescoço e a tradição familiar representada pelos retratos dos familiares, honrando a tradição, a coragem e a personalidade de cada um deles, um constante resgate da memória e da identidade familiar. Enquanto no mundo jagunço de José de Arimatéia não havia história nem memória, sequer conhecimento de quem eram seus pais e qual era sua identidade, no universo do coronel, tudo era lembrado, representado e exaltado.

José de Arimatéia admirava os retratos na sala de visitas do seu Tonho Inácio, e pensava. Não, não tinha tido família. Nem se recordava mais se era de pai que chamava seu Joaquinção, se tomava bênção dele. Mas que não era filho, disso quase tinha certeza que não era; se fosse, quando morreu seu Joaquinção Carapina, seu Sinésio decerto que não ia ficar com a ferramenta do companheiro, nem uma canivete ao-de-menos deixando para o menino. Seu Sinésio carregou com tudo e campou pé. (PALMÉRIO, 2006, p. 29).

Escancara-se, ainda mais, o abismo entre o universo do jagunço e do coronel, suas identidades, memórias, raízes, posses, familiares. Todo o excesso de um lado, toda a falta de outro. Um ditado popular diz que “dinheiro chama dinheiro” e as famílias tradicionais endinheiradas e com muitas posses, tratavam de sempre tornar isso uma verdade a qualquer custo. A união de seu Tonho Inácio e dona Dosolina se dá entre duas famílias tradicionais, donas de vasto território, normalmente casamentos arranjados pelas próprias famílias, para aumentar as posses, unir os territórios e multiplicar riqueza e poder.

José de Arimatéia, em sua pequenez, sonhava com um espaço próprio, que nunca se concretizou, bem mais modesto que o sobrado de seu Tonho Inácio, humilde, compatível com sua realidade e de Do Carmo, mas que para ele seria a conquista de uma vida modesta e pacata:

Mais tarde, quem sabe, até um sitiozinho ia de poder comprar, ali na Mata, nas divisas do Capão do Cedro, de modo a ficar sempre perto de seu Tonho. O ideal dele, José de Arimatéia, era um punhadinho de alqueires – chãozinho pouco e despresunçoso, mas coisa sua, onde pudesse mandar e desmandar. (PALMÉRIO, 2006, p. 37).

Nesta passagem, o personagem reconhece as relações de território, entre terra e poder. Em seu lugar é você quem manda. “Território é o espaço dominado por algum tipo de poder, é o espaço enfocado do ponto de vista político ou da relação de dominação-apropriação.” (BORGES FILHO, 2007, p. 22). Importante destacar a linguagem utilizada neste trecho, que demonstra não apenas o linguajar típico de sertanejo, principalmente de Minas Gerais, mas também o uso excessivo de palavras no diminutivo que reflete a ingenuidade e ilusão de um José de Arimatéia ainda humilde, apaixonado e inocente. Ainda nesse trecho podemos perceber o personagem principal em uma tentativa de encontrar um espaço para chamar de seu, ter sua casa, seu canto. De acordo com Bachelard (1989, p. 25):

[...] é preciso dizer como habitamos o nosso espaço vital de acordo com todas as dialéticas da vida, como nos enraizamos, dia a dia, num “canto do mundo”. Porque a casa é o nosso canto do mundo. Ela é, como se diz amiúde, o nosso primeiro universo.

Logo, aquele que não teve casa, família, dificilmente encontra sua identidade, seu canto no mundo. Esse canto nosso do mundo que chamamos de casa ou de lar, significa segurança, propriedade, essência:

[...] se nos perguntássemos qual o benefício mais precioso da casa, diríamos: a casa abriga o devaneio, a casa protege o sonhador, a casa permite sonhar em paz. Só os pensamentos e as experiências sancionam os valores humanos. (BACHELARD, 1989, p. 27).

Em busca de um lugar para sonhar em paz, José de Arimatéia parece ter encontrado no Capão do Cedro e em Do Carmo, o que sempre buscou. O espaço do Capão do Cedro, local próspero e bem cuidado, de bons costumes, próximo às belezas da natureza tem relação com o personagem principal, ainda conservando uma ingenuidade. Espaço e personagem, em sintonia, guardam um certo bucolismo, a relação entre personagem e lugar é de identidade.

Na esquina, o armazém cheio de camaradagem mais graúda, e, nas janelas das casas, as mães na tocaia das mocinhas donzelas que, às filas e de braço dado, subiam e desciam pela estrada; subindo e descendo também, em rumo contrário, a rapaziadinha. (PALMÉRIO, 2006, p. 38).

Ambos, espaço e personagem, parecem, de certo modo, alheios ao que se esconde nas

madrugadas escuras da fazenda. Assim também era a casa de Do Carmo e da mãe, siá Gorgota, tudo parecia puro, ingênuo, quase infantil com tantos diminutivos:

Atravessaram, assim de mãos dadas, o jardinzinho. Entraram na salinha de frente, desceram o degrau que dava para a meiação da cozinha. Ninguém: tudo vazio – a sala, o quarto de Maria do Carmo, o outro quartinho pegado onde a mãe dormia. A velha continuava pelo paiol, se demorava ainda: vinha de lá, o cheiro forte de mama-cadela macerado pelo melado, sinal de que siá Gorgota não podia deixar naquela hora o serviço – ponto aquele de depuração do açúcar em que era preciso mexer, remexer sem parar a tachada. (PALMÉRIO, 2006, p. 42).

Interessante analisar o nome de siá Gorgota, mãe de Do Carmo, porque na língua portuguesa é um substantivo masculino, também um nome para marujos veteranos e homossexuais ativos, o que não guarda nenhuma relação óbvia com a personagem em questão, mãe solteira, alcoviteira da filha.

Os paióis, tal como o que havia na casa de siá Gorgota, eram os locais onde normalmente se armazenavam produtos agrícolas, armas e mantimentos, muitos ficavam no fundo das casas e acabam servindo para esconderijo de animais, que se alimentavam do que havia guardado lá. Neste caso, justamente por ser local que ficava vazio, principalmente à noite, era onde Maria do Carmo se encontrava com seu Inacinho e ocorreu o flagrante por José de Arimatéia e o assassinato.

Uma descrição mais inóspita do lugar começa a aparecer no momento em que José de Arimatéia está prestes a pegar a noiva no flagra tendo um caso com o filho do patrão, momento que rompe com a inocência do personagem e muda a relação dele com o espaço em que vivia, de topofilia, uma relação agradável e positiva com o espaço, passa a ser de topofobia, uma relação negativa, de fobia, de repulsa.

Parecia até que se podia ver, escutar o crescimento acelerado do capim, tal a força do chão roxo ali na Mata dos Mineiros. Não havia dente de gado ou de animal que vencesse: poucos dias antes, as pontas das touceiras mal alcançavam os joelhos de Camurça, e hoje, já lá envinha o capim encharcado do orvalho da chuva a ensopar as calças do cavaleiro! (PALMÉRIO, 2006, p. 49).

Aqui o espaço passa a ter uma conotação mais negativa, mostra um certo desconforto, uma região de muita chuva, muito mato e não mais aquele retrato agradável e bucólico. No momento em que José de Arimatéia precisa desistir de sua viagem por causa das fortes chuvas e retorna para casa à noite na esperança de ter tempo de ainda encontrar sua noiva, o espaço que prepara o cenário do flagrante de adultério já se apresenta bem mais hostil que a bucólica fazenda de outrora:

Resolvera não seguir mais pelo corredor, dar a volta pelo centro da colônia, apelar na porta da casa da siá Gorgota. O excomungado massapé virara agora um piro visgo, amassado por casco ferrado de animal e cortado pelas rodas cravejadas dos carroções. A lama se agarrava aos pés e pernas da montaria, impacientando-a, atrapalhando-lhe a marcha. Derradeiro estirão que não se acabava nunca, aquele lance barrento da chegada! (PALMÉRIO, 2006, p. 48).

A mudança de planos, causada pelas intempéries da natureza, que transforma o espaço, prepara o ambiente para o clímax da história e a grande reviravolta na estrutura do personagem. O José de Arimatéia que chega em Capão do Cedro é completamente diferente do José de Arimatéia que sai, o espaço e as circunstâncias o transformam para sempre, o dentista ambulante, agora, se aproxima do jagunço. O personagem, ao chegar na fazenda ainda era um homem pacato, desarmado, longe de seu destino de jagunço. A traição em Capão do Cedro fez dele alguém que ele jamais imaginou se tornar:

Sempre desprevenido, inimigo da arma de fogo que era, nada, nadinha de nada trazia no cinturão, a não ser o canivete pequetito, de uma folha só que carregava no bolso junto ao fumo e à binga de fuzil; por perto, pau nenhum com que pudesse ao menos se defender... (PALMÉRIO, 2006, p. 52).

A pacata Capão do Cedro, por detrás de uma ilusão de bons costumes, casas muito arrumadas, mulheres prendadas e homens valentes, escondia a traição e a hipocrisia:

Ali no Capão do Cedro – José de Arimatéia via claro agora – era tudo uma cachorrada, farinha-de-um-saco-só. Siá Gorgota, seu Tonho Inácio, mais a fingida da dona Dosolina. [...] E ele, inocente que era, acreditando na bondade dos patrões! Enquanto isso, continuava a bancar o cupim, para que o Inacinho se servisse, mais a cômodo, da eguinha da do-Carmo. Passar por tal vergonha, e ainda ter que se mostrar agradecido, ficar devendo obrigação. (PALMÉRIO, 2006, p. 63).

Toda a boa vontade de todos em ajudar para que saísse logo o casamento com Do Carmo era para acobertar o caso dela com Inacinho, o filho do patrão. Finalmente, o protagonista enxerga também toda a maldade por trás da boa vontade do patrão, da inocência da noiva, da solicitude da sogra e da conversinha dos moradores da fazenda. Sai do Capão do Cedro foragido, depois de assassinar Inacinho e sem cumprir seu desejo de assassinar também Do Carmo. Promete voltar a Capão do Cedro apenas para se vingar.

Ao se tornar um fugitivo José de Arimatéia encontra guarida em Santana do Boqueirão, sob os desmandos do coronel Americão Barbosa, começando assim sua trajetória de jagunço.

E um dos serviços para os quais o homem livre que vive de favor se põe à disposição de seu patrão (misto de empregador, senhor, benfeitor, padrinhos e chefe militar) é pegar em armas para defender os limites da fazenda, em disputas mais específicas, ou

para, em disputas de maior abrangência, compor os exércitos para-oficiais que garantem resultados em pleitos eleitorais (...) (CORPAS, 2006, p. 86).

É assim que o pacato dentista ambulante acaba se fazendo jagunço pelas circunstâncias da vida, cumprindo seu destino individual. A história desmistifica a ideia do jagunço corajoso, implacável, mau, sanguinário e mostra o outro lado, o da vítima de suas fraquezas, paixões e faltas.

José de Arimatéia, esse pobre coitado que parece estar muito mais em busca de uma acolhida do que de grandes realizações pessoais e profissionais, mas que acaba se tornando um assassino é o protagonista da história e cavaleiro errante das bandas do Chapadão do Bugre e o fio condutor de toda a história. Cada um dos espaços da história (cidades, fazendas, pontos de parada) são espaços pelos quais José de Arimatéia passou ou irá chegar, perfazendo, deste modo, o percurso espacial do personagem principal pela região do chapadão do Bugre, espaço fictício das Minas Gerais. Embora ele muito circule, não tem lugar algum que possa chamar de seu, é um personagem politópico, é de todo lugar e de lugar nenhum “[...] não possui um lugar que é seu.” (BORGES FILHO, 2007, p. 99), apenas liga diversos espaços dentro da história.

Esses deslocamentos introduzem novas formas de espaço e cumpre observar qual a relação deles com as personagens e ação. A essa sequência de espaços que servem para o desenrolar do enredo, chamamos, como dito anteriormente, de percurso espacial. (BORGES FILHO, 2007, p. 34).

Esse percurso espacial é o caminho que José de Arimatéia vai fazer em sua trajetória de anti-herói que busca por lugares em que possa se encaixar, trabalhar, se esconder e sobreviver. Embora tenha manifestado o desejo de se estabelecer em algum canto, nunca conseguiu viver de modo menos nômade:

Caminhava e pensava, mas já de tenção feita: ia mesmo parar por ali, de cabeça assentada na fazenda. Casava com Maria do Carmo, punha fim naquela vida de judeu-errante, sem futuro – hoje aqui, amanhã sabe Deus onde – acabava de vez com tal desassossego. (PALMÉRIO, 2006, p. 33).

O próprio José de Arimatéia se reconhecia como um “judeu errante”, não tinha residência fixa, nem alguém que pudesse chamar de mãe ou pai, foi criado por dois homens que mal se falavam e que a nenhum deles pôde chamar de pai. E, embora ele tenha essa origem desconhecida, podemos perceber sua origem católica através de seu nome, que faz referência a um famoso e rico judeu, personagem bíblico que se converteu ao cristianismo. José de Arimateia era um judeu contemporâneo de Jesus Cristo, leal e corajoso, que pede a Pilatos para sepultar o

corpo de Cristo em suas terras, sua história é contada de forma similar nos quatro evangelhos do Novo Testamento: Mateus, Marcos, Lucas e João. E uma vez que não é um nome tão comum, como os dos apóstolos, por exemplo, mostra que quem deu nome a José de Arimatéia em seu nascimento, parecia ter certo conhecimento bíblico e apreço pela religião. Porém, muito pouco se sabe ao certo sobre sua origem:

De seus pais, José de Arimatéia nem saber o nome sabia. Lembrava-se mas era só do seu Joaquinção Carapina, comprido e muito magro, sempre de ferramenta na mão (...) O Joaquinção e o seu Sinésio, esse, esse um, um meio carapina também, ajudante. E ele, José de Arimatéia, menininho de tudo ainda, mas já agarrado no serviço, (...). E aqueles eram os únicos que talvez soubessem dizer alguma coisa: filho de que pai, de que mãe, o cristão pelo menos que o tinha batizado e posto nele aquele nome de José de Arimatéia. (PALMÉRIO, 2006, p. 28).

A falta de uma família na infância e sua criação fria leva a um contexto de crise de tanto de memória quanto de identidade do personagem. Sabemos que muito desses dois aspectos se constroem na momento individual e coletiva dentro do contexto familiar, de acolhida, amor, suporte e apoio. Ao receber uma criação não de filho, mas de um mero trabalhador braçal, acontece a dificuldade de se reconhecer em si mesmo e no outro, tal qual explica a passagem a seguir:

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem em si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. Nessa construção da identidade – e aí recorro à literatura da psicologia social, e, em parte, da psicanálise, há três elementos essenciais. Há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo: há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico: finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. De tal modo isso é importante que, se houver forte ruptura desse sentimento de unidade ou de continuidade, podemos observar fenômenos patológicos. Podemos portanto dizer que *a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Se assimilamos aqui a identidade social à imagem de si, para si e para os outros, há um elemento dessas definições que necessariamente escapa ao indivíduo e, por extensão, ao grupo, e este elemento, obviamente, é o Outro. Ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio de negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devem ser compreendidos como essências de um pessoa ou

de um grupo. (POLLAK, 1992, p. 5).

Sabendo dos efeitos da falta de memória e identidade na personalidade de uma pessoa, bem podemos inferir que a desconhecida procedência e linhagem de José de Arimatéia muito colabora para o destino de se tornar jagunço: sem família, sem posses, sem terra, trabalhando muito desde muito jovem acaba à mercê dos mais poderosos que possam lhe oferecer algum alimento, trabalho, conforto e lugar para dormir e sobreviver.

Não tendo posses são reféns dos interesses de quem os emprega, fato que se manifesta na reversibilidade de sua atuação: ora empregados nas lides do campo, ora braços armados em disputas territoriais e políticas entre proprietários, cujas finalidades últimas sequer conhecem; sempre morando de favor em terra alheia, sempre submissos e sujeitos a serem dispensados. (CORPAS, 2006, p. 17).

Esse espaço do sertão, que abriga os jagunços e coronéis, esse Chapadão do Bugre, tão ermo, hostil e duro, terra de coronéis e jagunços é retratado por Joaquim Rubens Fontes, em sua dissertação de mestrado intitulada “Pelos caminhos e vilas do Chapadão” (FONTES, 2000), no trecho em que faz uma análise espacial do romance, nos apresenta o seguinte panorama:

Diferentemente de muitos dos romances regionalistas, a paisagem em Chapadão do Bugre não oferece a alegria nem a cor como fundo dos quadros descritos. O drama exige um cenário triste e hostil, para pessoas agressivas e solitárias. Aliás, uma das principais características do romance é a ausência de luz, de cor e de comunicação, mostrando a coerência do autor. O solo é pedregoso, cheio de atalhos alcoviteiros, de serras íngremes, onde o mau tempo agride as pessoas e os animais; o massapé carquento se transforma em feio lamaçal; o vento seco a “ressoprar tirano” queimando a face dos habitantes; o clima inconstante e imprevisível; tudo se juntando para constituir o quadro triste onde ocorrerão as ações dos homens, que se cruzam, se odeiam e se matam sem piedade. As noites são sempre escuras, sem lua e de poucas estrelas, dentro das quais cavaleiro e montada assumem aspectos de coisas fantásticas, trazendo, nas horas velhas de calada monotonia, a moldura para o quadro triste da fuga necessária de Arimatéia, um personagem sem saudades nem esperanças. (FONTES, 2000, p. 91).

O espaço hostil, tão bem descrito por Fontes, tem relação de identificação com os personagens do romance, também hostis, pouco amigos, traidores, capazes de matar, de trair, naturalmente corruptos, em completa contradição com seus nomes, com maioria de origem católica, religiosa. Tal qual José de Arimatéia, outro exemplo é também o personagem capitão Eucaristo, cujo nome remete à sua origem católica. O nome Eucaristo está relacionado à eucaristia, que é o ato de comungar, de receber a hóstia na igreja católica, em atitude de obediência, cumprimento às leis de Deus, pedido de perdão pelos pecados, em ato de contrição. Porém, completamente oposto ao seu nome é seu comportamento, já que o capitão não dá sinais de devoção, religiosidade e nem mesmo remorso ao torturar sem piedade cada um que fosse

empecilho nas suas investigações. Capitão Eucaristo aparece na história, enviado para a cidade de Santana do Boqueirão, cidade dominada por coronéis poderosos, para fazer cumprir a lei do estado, para tal, ele faz uso de tortura, humilhações e toda sorte de arbitrariedades contra, não apenas os coronéis aos quais deve combater, mas qualquer personagem humilde da cidade que possa atravessar seu caminho. Toda análise referente aos coronéis de Santana do Boqueirão e à chegada do poder público na região, representada pela figura do Capitão Eucaristo, será feita posteriormente neste trabalho.

1.2 A divisão do romance em quadros e as relações entre espaço e personagem

O paradoxo entre o José de Arimatéia jagunço e o José de Arimatéia cavaleiro é latente no romance. Se por um lado vemos um cavaleiro pacato, discreto, solitário, humilde, ingênuo, religioso e com uma nobreza típica dos clássicos romances de cavalaria, vemos também um José de Arimatéia passional, corajoso, irado, vingativo e rancoroso, esse lado mais “jagunço” do personagem. A forma como ele é retratado no romance depende de em qual “quadro” do romance ele está e por qual região do Chapadão do Burgre ele está passando. O romance tem uma narrativa com estrutura clássica, com planos paralelos, e é dividido em quadros, esses quadros são as cenas de lugares ou momentos da vida do protagonista José de Arimatéia. A divisão é feita da seguinte forma: Cavaleiro e Montada (1º quadro), Mata dos Mineiros (não é classificada em quadro), Santana do Boqueirão (1º quadro), Cavaleiro e Montada (2º quadro), Santana no Boqueirão (2º quadro) e Cavaleiro e Montada (3º quadro). A parte chamada de Cavaleiro e Montada aparece em três momentos, no começo, no meio e no fim da história, o 1º quadro mostra José de Arimatéia já maduro, completamente adaptado à sua vida discreta, sem amor, alimentando o desejo de uma vingança ainda não completamente concluída, discreto, recolhido, desesperançoso. Sempre nos quadros Cavaleiro e Montada, José de Arimatéia está se locomovendo de um lugar para outros, sozinho com sua mula Camurça ou de passagem por alguma região da Mata dos Mineiros.

O Segundo capítulo, Mata dos Mineiros, não é classificado em quadro, é a passagem mais importante da vida de José de Arimatéia, o trecho conta um pouco de sua história desde a infância, sua chegada à fazenda Capão do Cedro, o noivado com Do Carmo, o encanto pelos novos patrões, o início de seu relacionamento com a mula Camurça, sua verdadeira e fiel companheira, os preparativos para o casamento e, posteriormente, a reviravolta: a descoberta da traição de Do Carmo com Inacinho, filho do patrão, o assassinato de Inacinho, a tentativa frustrada de também assassinar Do Carmo, a fuga e a eterna revolta por ter se deixado enganar

por todos:

Num plano independente, denominado Mata dos Mineiros, que vai do capítulo II ao XVI, há um recuo no tempo, um flash-back, para a colocação espacial e a apresentação dos personagens, principalmente do protagonista, e das ocorrências que o transformaram no elemento que veio a ser. (FONTES, 2000, p. 82).

Como se este plano independente não formasse a junção dos “quadros” da história, mas sim um elemento à parte da sequência da história.

Em Santana do Boqueirão, 1º quadro, some o personagem José de Arimatéia e a fazenda Capão do Cedro, esse novo espaço do romance parece o início de uma outra história, no cenário na cidade, em que ainda não vemos relação com a primeira parte do livro. Neste quadro, Santana do Boqueirão nos é apresentada como uma cidade em que comandam o crime os coronéis e que um novo cenário do braço da lei alcançando a cidade.

Em Cavaleiro e Montada, 2º quadro, vemos novamente um José de Arimatéia, andarilho e solitário, na companhia de sua mula Camurça, o judeu-errante que se apresenta no início da história, sempre enfrentando as intempéries da natureza, discreto, sempre às escondidas, jurado de morte por ter matado o filho do ex-patrão, Seu Tonho Inácio.

Em Santana no Boqueirão, 2º quadro, a cidade já está configurada em uma nova perspectiva em que o estado começa a fazer com que as leis sejam cumpridas no município, com a perda de poder dos coronéis e episódios de torturas, assassinatos, perseguições, marcando a tensão do conflito entre grandes forças.

No último capítulo do livro, Cavaleiro e Montada, 3º quadro, é o retorno à solidão errante de José de Arimatéia e Camurça, que marca o fim da vida dele, é o momento em que José de Arimatéia é morto pelos enviados de Seu Tonho Inácio. A estrutura do romance retoma a clássica estrutura de fuga-perseguição comum aos romances policiais.

Essa divisão em quadros, como opção estilística do autor, nos remete também às narrativas ilustrativas, como às dos quadros da “Via Crucis”, comumente encontrados em igrejas católicas mostrando vida, crucificação, morte e ressurreição de Cristo. Esses quadros unem linguagem verbal e não-verbal em uma forma de representação o mais fiel possível da história mais importante de todos os tempos. E uma vez que a tradição católica é tão recorrente no romance não podemos deixar de pensar na relação entre os quadros religiosos e o quadros do romance, como trazendo recortes das partes mais importantes da vida do personagem José de Arimatéia. Fazendo, desse modo também, um sutil paralelo entre as artes plásticas e a literatura, tornando esta mais espacial:

A significância da forma espacial na literatura moderna se torna clara agora: é o complemento exato na literatura, no plano da forma estética, aos desenvolvimentos que tiveram lugar nas artes plásticas. (FRANK, 2003, p. 240).

A forma espacial do romance se assemelha em muitos momentos aos desenhos das artes plásticas, já que, ainda de acordo com Frank (2003), as artes plásticas são absolutamente espaciais quando comparadas com a literatura. O livro, com essa divisão feita em quadros e não em capítulos, nos retrata os passos da trajetória do protagonista, também sofredor, abandonado, injustiçado, perseguido, traído, tal qual Jesus Cristo.

O protagonista, em toda a história, alterna entre situações de acolhimento, abandono e traições. O início de sua vida parte do abandono por parte dos pais biológicos, que sequer conhecemos na história, seguido do acolhimento por parte dos dois homens, Joaquizão Carapina e seu Sinésio, que não lhe deram amor ou atenção, mas garantiram sua sobrevivência e lhe deram trabalho e sustento. Com a morte de seu Joaquinção, seu Sinésio vai embora levando o pouco que tinham. Ele é abandonado mais uma vez à própria sorte, vivendo assim de prestar serviços diversos de candeeiro, boieiro de lavoura, capinador. Foi caridosamente acolhido nessa situação pelo casal pelo qual tinha a maior estima: seu Valico Ribeiro e siá Domingas, que o tinham vestido, alimentado e zelado dele como a um filho. Seu Valico o aconselhou a, já mais velho, criar ambição e virar homem de verdade, deixar de prestar serviços gerais da fazenda para ir para a sede, depois, estudar para se tornar dentista prático e ir buscar um emprego melhor na fazenda de seu Tonho Inácio. Este também o acolheu prontamente e logo parecia ter se afeiçoado a ele, mas aquele movimento de acolhida escondia uma traição, seu Tonho Inácio queria que José de Arimatéia se casasse com a afilhada Maria do Carmo, mas apenas para tirá-la do caminho de seu filho Inacinho, com quem tinha um caso às escondidas. Só descobriu a tripla traição quando pegou o casal no flagra no paiol da casa de Do Carmo. No momento de ira assassinou Inacinho brutalmente.

Passou a viver em fuga, sempre se escondendo dos jagunços de seu Tonho Inácio, já que foi jurado de morte por ele. Mais uma vez foi acolhido por seu Valico e siá Domingas, mas por ser um local muito fácil de encontrá-lo fugiu para uma cidade mais distante, muito mais desenvolvida, em busca da proteção de um novo coronel, muito mais poderoso: seu Americão Barbosa. Coronel este para o qual ele serviu de forma obediente e discreta, aguardando calmamente pelo dia em que teria sua autorização para sair da fazenda Sassafrás e cumprir sua vingança, desejava matar Maria do Carmo, mas, mais ainda, desejava matar seu Tonho Inácio que, para se vingar dele, matou seu Valico, que era quase que como um pai para ele. Ainda em

sua história houve o amigo João da Preta, discreto, que sempre o acolhia em sua casa entre uma viagem e outra, mantinha-o escondido, mas acabou sendo ele o pior traidor de todos, entregou o “amigo” para ser morto por seu Tonho Inácio encerrando assim a vida de José de Arimatéia e o ciclo de abandonos, acolhimentos e traições pelo qual ele parece não ter nenhum controle e domínio e apenas vai sendo conduzido pelas circunstâncias. Nesse ciclo de relacionamento complicados, de interesses, acolhidas, traições, idas e vindas, apenas um personagem parece nunca passar, nunca abandonar, nunca trair, nunca mentir e esconder: a mula Camurça, a mais leal e “humana” de todas as personagens. Seus companheiros parecem ser apenas a mula e o chapadão.

Um indivíduo, que assim como José de Arimatéia, tem origem desconhecida e não encontra sua identidade no seio familiar pode estabelecer mais fortemente essa relação de identidade com o próprio espaço em que está inserido, que é o que lhe resta, muitas vezes. Embora para todos nós, mesmo quando não nos damos conta disso, nossa realidade geográfica forja muito da nossa identidade, assim como afirma Dardel (2015, p. 34):

A realidade geográfica exige uma adesão total do sujeito, através de sua vida afetiva, de seu corpo, de seus hábitos, que ele chega a esquecê-los, como pode esquecer sua própria vida orgânica. Ela está, contudo, oculta e pronta a se revelar. O afastamento, o exílio, a invasão tiram o ambiente do esquecimento e o fazem aparecer sob a forma de privação, de sofrimento e de ternura. A nostalgia faz o país aparecer com ausência, sobre o pano de fundo da expatriação, de uma discordância profunda. Conflito entre o espaço geográfico como interioridade, como passado, e do geográfico totalmente externalizado, como presente.

O espaço geográfico em que estamos inseridos não é apenas exterior, mas parte de muito do que está dentro de nós, nossos costumes, nossos corpos, nossa identidade. Assim José de Arimatéia se “endurece” como o chão batido do sertão, seco como a poeira, endurecido pelo sol escaldante do sertão, com hábitos e vida simples, de fala mansa e linguagem típica do homem que antes que pudesse ter acesso a uma escola, há muito já estava na lida do campo. Nossa relação com o espaço em que vivemos é, antes, nossa relação de identidade com o mundo exterior, nosso espaço é onde há nosso repouso, segurança, abrigo e descanso:

Em nossa relação primordial com o mundo, tal como se manifesta nesse gesto banal, ao nos abandonarmos assim “às virtudes protetoras do lugar”, firmamos nosso pacto secreto com a Terra, expressamos, por meio de nossa própria conduta, que nossa subjetividade de sujeito se encolha sobre a terra firme, se assente, ou melhor, “repouse”. É desse “lugar”, base de nossa existência, que despertando, tomamos consciência do mundo e saímos ao seu encontro, audaciosos ou circunspetos, para trabalhá-lo. Há, no lugar de onde a consciência se eleva para ficar de pé, frente aos seres e aos acontecimentos, qualquer coisa de mais primitivo que o “lar”, o país natal, o ponto de ligação, isto é, para os homens e os povos, o lugar onde eles dormem, a

casa, a cabana, a tenda, a aldeia. Habitar uma terra, isso é um primeiro lugar se confiar pelo sono àquilo que está, por assim dizer, abaixo de nós: base onde se aconchega nossa subjetividade. Existir é para nós partir de lá, do que é mais profundo em nossa consciência, do que é “fundamental” para destacar do mundo circundante “objetos” aos quais se reportarão nossos cuidados e nossos projetos. Elemento não abstrato ou conceitual, mas concreto. Antes de toda escolha, existe esse “lugar” que não podemos escolher, onde ocorre a “fundação” da nossa existência terrestre e de nossa condição humana. (DARDEL, 2015, p. 40-41).

Sob o aspecto trazido por Dardel (2015) sobre nossa relação com o espaço geográfico, pensamos em José de Arimatéia, um homem sem pais, como filho do sertão, seguro em sua terra, fruto de seu espaço, que encontra descanso e repouso não no seio de uma mãe ou esposa, mas da própria terra, que embora não ofereça do amor que se espera dessas figuras humanas, oferece fundação, apoio e segurança.

Ferido pela sociedade, decepcionado com a condescendência moral do século, o homem se volta para a natureza, para o exotismo, para encontrar uma resposta a suas inquietações, um complemento para sua incompletude. Porém, essa natureza exterior, próxima ou distante, ele a procura e a vê através da afetividade: prazer da solidão, sentimento de melancolia e de mistério, religiosidade à flor da pele. Nesse sentido, a geografia como “oxigênio da alma”, é uma das formas de humanismo. (DARDEL, 2015, p. 82).

O trecho de Dardel (2015) em **O homem e a Terra** parece um retrato da relação de José de Arimatéia com os seres humanos e com a terra, suas decepções, frustrações, seu refúgio no isolamento, na melancolia, na solidão e nos desejos de vingança.

1.3 O cavaleiro e sua mula

Uma evolução notável no romance gira em torno da coadjuvante, a mula Camurça: apresentada no início da história como um animal teimoso, desagradável, de difícil adestramento:

Mas, lhe dera trabalho, a Camurça! Ele, José de Arimatéia, estava ali, mas estava de vergão pelo corpo, as cadeiras em brasa, as costas como se houvesse levado uma roda mestra de pau. Dissera por dizer ao seu Osorião Feitor que tinha visto animais ainda mais rebeldes. Que o quê! Na hora daquele primeiro repasse, Camurça mais parecia um touruno amestiçado de nelore! O arreio novo, porém – um socadinho sul-de-minas, de barrigueira dupla e reforço na cabeça – havia mais que aprovado. Depois, de cavaleiro na besta, estava mas era ele, José de Arimatéia: nem arco de ferro em brasa encaixado a marreta em roda de carro e esfriado a água depois, para se agarrar assim como as pernas dele por bem debaixo de sovaco dela... A bichinha negava corpo, saltava que saltava de roda, furtava pulo que furtava, mas nem o gostinho de derrubar o chapéu do cavaleiro ela tinha tido! (PALMÉRIO, 2006, p. 26).

Com o passar do tempo e o adestramento insistente, ambos vão se transformando, a

mula vai ficando mais dócil e José de Arimatéia vai ficando mais forte. De animal indócil, a mula Camurça passa a fazer jus ao seu nome, que nos remete a conforto e maciez do pelo do animal, se torna dócil, obediente e uma boa companhia para José de Arimatéia:

Por meio da prosopopeia, a natureza se humaniza, ou, melhor dizendo, toma a vida de algo que, tendo características humanas, se mostra na verdade sobre-humano em seu caráter ameaçador, monstruoso e sardônico, diante do qual o homem, viajante ou nativo, sente-se desamparado. Mas, esta é apenas uma das conotações que a natureza toma para o homem, pois, embora quase sempre monumental e / ou ameaçadora, ela, por isso mesmo, se torna, em outros momentos, razão de desafio, de desejo de domínio e de conquista para o homem do campo. (MARTINS, 2013, p. 97).

Como o trecho menciona, Camurça, à medida em que passa a ter características humanas, se torna maior e melhor que os humanos, tão presos a suas próprias limitações e fraquezas, José de Arimatéia fica cada vez mais obcecado pelo seu desejo de vingança. O relacionamento homem/animal se aprofunda, eles ganham intimidade, confiança. Com a evolução dos acontecimentos, Camurça se torna destemida, valente e incansável diante de situações como o mau tempo, as longas caminhadas, as fugas, também compreensiva com a dor de seu dono, José de Arimatéia confia cada vez mais em seu galopar:

Os trilhos sumiam, abafados pela perfilha viçosa do provisório. Um chape-chape, molhado e fofo, por sobre a raizama do capim, o passo vaqueano de Camurça a achar caminho, apesar de enfiada até as ancas no tufo fechado da pastaria.” (PALMÉRIO, 2006, p. 49).

Passa também a ser objeto de cobiça, despertar amor e ódio. E sendo objeto de desejo dos inimigos de José de Arimatéia, se torna ainda mais valiosa para ele, assumindo, talvez, o lugar de um amor que não se concretizou. E, por mais que suas características marcantes possam atrapalhar sua fuga, ele se recusa a seguir sem ela:

Mas pode ser despeito de peão, pois levou um coice dela uma vez, me contou. Implicância sim, porque já o outro, o grandão de orelha cortada, o Aparecido, esse porém gavou a mula. Só acha mas é que ela vai prejudicar mais ainda seu Isé: animal facinho de se conhecer, douradilha, vistosa, chamadeira de atenção...” (PALMÉRIO, 2006, p. 73).

Enquanto José de Arimatéia fugia de seu Tonho Inácio, ainda na fazenda de seu Valico, tentaram convencê-lo a ir embora montado em algum outro animal para despistar os perseguidores, um animal que chamasse menos atenção, que não pudesse ser reconhecido tão facilmente. Ali vemos a fidelidade, o laço já formado entre humano e animal e a certeza de José de Arimatéia de que aquela, de fato, era sua única e verdadeira companheira:

O animal é a besta dele mesmo... não houve quem convencesse o Isé de destrocá-la a montaria.. Ainda 'tá meia desbarrigada, desmerecida... mas, o senhor não há de ver que a esgramadilha da mula não aguou?! (PALMÉRIO, 2006, p. 118).

A mula Camurça se fortalece a cada desafio de seu dono. Os dois formam um laço que se assemelha em muitos aspectos aos laços do menino Manuel Canho com seu cavalo, no romance regionalista **O gaúcho** (1870), de José de Alencar, ambos personagens solitários, acompanhados por seus animais, embriagados por um desejo irracional de vingança. Manuel, pela morte de seu pai; José de Arimatéia, pela traição de Maria do Carmo, enquanto Manuel galopa nos Pampas, José de Arimatéia, no sertão de Minas Gerais. É clássico na literatura o retrato das relações entre os homens e seus animais, tal qual Dom Quixote e tantos outros, é comum que os animais se tornem tão ou mais humanos que seus donos. Em Chapadão do Bugre fica claro como a mula Camurça parece ter uma visão mais clara, lúcida e sóbria de tudo que se passa. Enquanto José de Arimatéia vai parece ficar cada vez mais irracional e cego, Camurça vai se tornando cada vez mais humana:

A encruzilhada surgiu mais adiante, igual a um pé-de-galinha conforme seu Gumercindo mostrada com os três dedos da mão, ensinando o caminho para o seu Torquato – a estradinha da esquerda. Antes porém de puxar pela rédea, o cavaleiro estranhou, espantado, que Camurça já tomava, de per si, o trilho certo: e sem amaneirar a marcha, sem um trisco de dúvida no manejo das orelhas! Nem que a bestinha houvesse escutado a prosa de seu Gumercindo!... – foi o que perpassou pela cabeça ainda muito cheia de confusão de José de Arimatéia. (PALMÉRIO, 2006, p. 122).

Camurça começa a demonstrar uma percepção quase humana das conversas, dos fatos, do passado. Enquanto José de Arimatéia se mostra confuso, Camurça está segura do caminho a seguir. Embora ainda tenha mágoas, não se deixa embriagar por desejos de vingança. Camurça é resignada, sabe seguir em frente, amar, perdoar, ser grata:

Mas Camurça suportava com resignação àqueles sacrifícios. Era um animal agradecido: se acostumara com o dono, gostava dele, reconhecia a bondade, a estima dele para com ela. Se, às vezes, se lembrava dos primeiros e duros tempos de ensino – da apertada disciplina e até mesmo de uma ou outra judiação – Camurça não se esquecia porém dos agrados que recebia: depois dos primeiros acertos, o patrão vinha prostrar-se com ela, olhava-lhe os calos de sangue do freio, curava-lhe as dores do lombo e a queimação das virilhas. (PALMÉRIO, 2006, p. 273).

Com o passar da história as habilidades humanas vão se tornando mais desenvolvidas na mula, agora ela já é também capaz de pensar, refletir, se preocupar:

Camurça viajava, por sua vez, ocupada com muitos pensamentos. Mas, não despregava os olhos da escuridão, entesourando orelhas sem descanso, atenta aos imprevistos do caminho. Em noites sem ventania – e noites assim era difíceis no Chapadão do Bugre – davam de suceder mais novidades ao correr das viagens. (PALMÉRIO, 2006, p. 281).

Além de andar vigilante, Camurça desenvolveu a habilidade de se orientar no tempo e no espaço, o senso de direção, a habilidade de escolher, de tomar decisões e seguir caminhos, já era ela que guiava José de Arimatéia e não mais o contrário:

Camurça trotejava vigilante. Deixou que corresse mais um bom eito da noite, levantou então os olhos grandes, procurou as cinco estrelas do Cruzeiro. Lá estavam elas, à esquerda agora, descendo em regiro preguiçoso. Longe, muito longe, ainda os primeiros azuis da madrugada! Mas Camurça era um animal brioso. Soprou fora o desconsolo num suspiro fundo, e baixou de novo os olhos para o chão, voltando resignada à marcha viageira – penoso rompe-rompe pelos escuros daquela noite sem mais fim. (PALMÉRIO, 2006, p. 281).

A atitude de buscar orientação do alto, tanto através das estrelas quanto em busca de uma divindade também são atitudes intrinsecamente humanas, levantar os olhos para o alto nos momentos de cansaço, luta e dor tal qual Camurça. Mas, os requintes de humanidade de Camurça vão se aprimorando até que ela atinja algumas das maiores capacidades humanas, aquelas que nenhum animal consegue: acumular experiências de vida, cogitar, pensar hipoteticamente, imaginar como poderia ter sido e refletir sobre o que passou, como se se tornasse a consciência de seu dono, mantinham eles um constante e silencioso diálogo:

Sim, Camurça se instruíra: sabia agora distinguir pessoas – as verdadeiras das fingidas, os amigos leais dos invejosos. E ela avisava ao patrão, ele entendia. Somente ele, mais ninguém, capaz de perceber o maneiço empinado de cabeça, e o leve coriscar de orelhas quando algum duvidoso se abeirava. E seu Isé de Arimatéia nunca se punha à toa de resguardo, jogava sempre certo naqueles desconfiados... Ah, se pudesse ela voltar àqueles outros tempos, mas voltar com a sabedoria e a maldade que a vida lhe ensinara! (PALMÉRIO, 2006, p. 283).

Camurça, tal qual José de Arimatéia, também tinha sentimentos menos nobres como ódio e inveja:

Tivera ódio do patrão, tivera. Mas um ódio sem rancor, ligeiro, passageiro. Ah, de seu Persilva, porém! Não, nunca mais o vira, depois que haviam, o patrão e ela, saído da Fazenda do Capão do Cedro. Mas o ódio que ela, Camurça, guardava do malvado capataz, esse é que nunca, jamais, haveria de passar. (PALMÉRIO, 2006, p. 286).

A mula não havia sido capaz de perdoar o jagunço que era hoje o perseguidor de José de Arimatéia, jurado de vingança por seu Tonho Inácio. Por isso também estava sempre atenta

aos barulhos e movimentos estranhos pelo caminho:

De repente, porém, percebeu perigo – semover de folhas, ar de lua em aço bem polido, um vapor, talvez, de gente estranha – pressentiu desgraça oculta por entre os ramos e pedras, do começo da descida [...] Desta vez, porém, Camurça não teve tempo de fugir com o cavaleiro, desviar os tiros que foram três, e foram seis, e foram mais, e muito mais. (PALMÉRIO, 2006, p. 403).

Camurça, tal qual os humanos, tinha também pressentimentos. E aqui, muito mais ela que José de Arimatéia pressentiu o risco da morte iminente e morreu junto com seu dono em um desfecho de lealdade:

Mas Camurça não pode ouvir os tiros, a rajadinha derradeira, assistir ao fim. De súbito, sumiu-se a barra da manhã, e uma noite sem lua e sem estrelas – negra, terrivelmente – acabou por tudo apagar e emudecer. (PALMÉRIO, 2006, p. 404).

No fim do romance, como em uma cena de teatro, o pano preto da noite sem lua desce, assim como o pano que encerra o ato e chega ao fim a trajetória do anti-herói e sua mula. A evolução dessa mula, que vai adquirindo características humanas quanto mais seu dono se animaliza, nos leva a pensar até que ponto seria, de fato, bom para os animais se assemelhar aos humanos, em um dos questionamentos mais antigos do mundo de se o homem seria, em sua essência, bom ou mau:

Sendo a circunstância do regional e, em literatura, o conceito de regionalismo, fatos culturais e históricos antes que naturais, adstritos aos sertões podemos pensá-los a partir da virtualidade da proposição filosófica do estado de natureza elaborada por Jean-Jacques Rousseau. Em Rousseau, o homem nasce bom e vive em perfeita harmonia com a natureza e com os demais homens, em um mundo de plena visibilidade entre todos. Até que um deles cerca um pedaço de terra, privatiza o que é bem comum, e torna-se necessário instituir o estado para dirimir querelas e evitar o caos. O caos é haver luta incessante de todos contra todos, exatamente onde, para Hobbes, está a natureza ontológica do humano. Já em Rousseau, o homem é dotado de perfectibilidade, vontade permanente de melhoria pessoal e técnica. Assim, tem início o processo civilizatório. Nesse universo, o sertanejo, ainda que forte, não apresenta – na visão dos regionalistas do romantismo – a perfectibilidade proposta por Rousseau, de modo que se distancia do modo de ser dos cidadãos. O regionalismo, ao descrever o sertanejo como latente nacionalidade diante da influência colonialista, ganhou seu lugar. Quando essa questão política deixa de fazer sentido, a inação que caracteriza a personagem sertaneja, ao construir-se em oposição ao urbano em perfectibilidade inoxidável, alija sua representação literária do imaginário contemporâneo. Apresentá-lo universalista não elide origem nem *locus*; ter a narrativa regionalista como sem sentido não elimina que tais narrativas seguem existindo. (RODRIGUES; RODRIGUES, 2013, p. 287-288).

O próprio romance nos mostra como a teoria de Rousseau é utópica e ignora que a natureza má do homem não parte apenas da questão da propriedade privada, mas de todo um

comportamento vingativo, mau em sua essência, capaz de matar, trair, prejudicar o outro sem qualquer razão justificável, como vemos tantas vezes na história. E, ainda, estando o homem, longe do braço da lei, em locais em que ele dificilmente pode ser encontrado e punido, essa maldade ganha proporções ainda mais assustadoras. Deste modo, o homem precisa de leis e regras que o rege, que o controla, porque abandonado às suas próprias regras é vil, egoísta e capaz das piores atrocidades para defender seus próprios interesses.

1.4 O percurso espacial de José de Arimatéia e a mula Camurça

Lugares como a balsa de João da Preta, Barra Limpa, Três Cruzes, são locais por onde o cavaleiro José de Arimatéia passa ao longo de suas andanças. Não se fixa, eles apenas servem como descanso, alento, esconderijo, lugar para comer e dar de comer à mula. Em Barra Limpa, siá Tuta cozinhava como ninguém, era organizada e sempre pronta para servir, sua cozinha era o retrato de presteza e organização:

Enquanto falava, José de Arimatéia prestava atenção na cozinha, admirava o capricho de siá Tuta. O fogão de forno com as beiradas forradas de folha de lata, areadas ver um espelho; panelas, pratos, talheres – tudo relumiando também, alinhado em seus lugares, as prateleiras forradas de pano de saco branco, embainhado, uns até que com linha de bordar, de diversa cor. O chão de cupim socado, varrido, sem um sujinho sequer. As cabeças de palha, os sabugos – a lenha do dia seguinte já picada e empilhada, se secando ao calor do fogo. E a fartura: as latas de banha e farinha – as rapaduras; o balaio de ovo, toucinho e linguiça pendurados na corda de cima do fogão. Os cachos de banana. Pote d'água tampado, a caneca de folha de dente de piranha – a de tirar a água do pote -, a canequinha de beber, pendurada pela asa, de boca para baixo. (PALMÉRIO, 2006, p. 303).

Pela descrição do espaço da cozinha, deciframos as características da personagem, siá Tuta, mencionada na história apenas através desse apelido, desconhecemos seu nome verdadeiro, mas sabemos das suas inúmeras qualidades, que José de Arimatéia não cansava de se admirar e que as descrições de sua comida e, principalmente, de sua cozinha, não deixam dúvidas sobre o tipo de mulher que ela era.

O romance se inicia em Cavaleiro e Montada, 1º quadro, com José de Arimatéia já vivido, andarilho experiente, sozinho com sua mula, chegando na balsa. A balsa de João da Preta foi colocada naquele local pelo seu Americão Barbosa e era João da Preta quem conduzia os cavaleiros, seja que hora fosse, até o outro lado do barranco, a passagem obrigatória de todos era ali:

Sim, todos paravam no Paiol Queimado, somente ali é que atravessavam o rio. Desde

os tempos de passagem a nado, quando não havia ainda a balsa mandada colocar pelo seu Americão Barbosa, era ele, o João da Preta, quem conduzia os cavaleiros até o barranco do outro lado”. (PALMÉRIO, 2006, p. 16).

A balsa de João da Preta era um local seguro e aconchegante, com um casal discreto e acolhedor, acostumado a servir do bom e do melhor e a qualquer hora do dia ou da noite:

Era na meia-güinha do porto que os peões do Sassafrás costumavam se arrancar, vinham comer da comidinha da siá Preta, se demoravam horas conversando, abriam a alma com a velha e ele... – cansados de saber que os dois eram gente de fiança, colocados já de indústria ali na balsa pelo seu Americão. Podia andar hoje sem préstimo, a vista ruim, o coração inventando de acelerar justo na hora em que mais precisava do desempenho dele ...; mas camarada fiel, merecedor... – João da Preta se reconhecia. (PALMÉRIO, 2006, p. 16).

Ainda mais importante que a acolhida era a descrição do casal, por isso, considerados de grande valor para seu Americão e justamente por esse motivo, foram colocados na região da balsa. Sassafrás era a fazenda de seu Americão, na cidade de Santana do Boqueirão, onde a jagunçada se reunia para receber as ordens do coronel. Todos sabiam que somente ali, na balsa do João da Preta, que também era seu funcionário, eles poderiam atravessar o rio. O nome da fazenda, Sassafrás, faz referência a uma frondosa árvore, bastante comum no cerrado ainda hoje, cujo grande valor vem de sua boa sombra e de suas folhas usadas para fazer chás com propriedades antissépticas, anti-inflamatórias e antigripais. Em Cavaleiro e Montada, 2º quadro, José de Arimatéia atravessa a imensidão do chapadão no lombo de sua mula:

O Chapadão do Bugre. As marchas de escuro a escuro, e olhe que naquele rendoso passo cheio viajero – meio galope quase – um só batido de gemada... Camurça nem de olhar adiante precisava: os cascos não tropicavam mais em pedregulhos, nem se afundavam no fofo de certos trechos de mato. Chão sempre igual agora: tabatinga atijolada ao sol, ressaca pelo vento, a se chapar toda a vida por aqueles ermos fora. (PALMÉRIO, 2006, p. 274).

Pela descrição sentimos o cansaço, a monotonia, o lugar ermo, a sensação de infinitude, de nunca chegar, de um vagar infinito, seco, quente, inóspito. Mas, completamente habitual. Daquela longa caminhada atingiram Três Cruzes, local em que se manifesta um lado religioso ainda não demonstrado em José de Arimatéia. A história em torno do lugar era uma lenda de pai com seu filho doente, graças à lenda o lugar se tornou local de devoção, romaria e ofertas vindas de toda gente do Chapadão.

A história dizia de um pai, Cassiano, que vivia às voltas com seu filho muito doente, Cianim, que piorava a cada dia, quando soube de um curador famoso foi sozinho ter com ele, rompendo mais de uma légua e meia no lombo da mula Sabina, na esperança de encontrar um

remédio para a saúde de seu filho, qual foi sua surpresa ao se deparar com Severo, um curandeiro intransigente que não se dispôs a ajudar pai e filho em situação tão difícil:

Mas seu Severo somente receitava ali no pouso e não houve jeito de querer acompanhar a criatura: que trouxesse o doente...Seu Cassiano implorou rogou pelo amor de Deus: uma legüinha e pouco só... sobrava tanto animal descansando na comitiva... o derradeiro recurso era a caridade de um remédio... Que o quê! Até destratar o desgraçado, contava o Arcanjo que o seu Severo destratou. Isso, lá pelas tantas do dia, quase mais sem prazo para seu Cassiano voltar à taperinha, apanhar o Cianim e retornar. E lá se foi de novo a Sabina velha, manquitando, manquitando, aguada se mais préstimo. Tão sem serventia a coitadinha da égua que, quando chegaram ao rancho, a noite já tinha caído e o furacão-de-vento despencado. Seu Cassiano embrulhou mal-mal o Cianim, e riscou outra vez para o Barro Branco, nessa altura já decerto enfraquecido da idéia por completo, que nem direito mais a passo a Sabina caminhava, cisquinho à toa à mercê da ventania. (PALMÉRIO, 2006, p. 277).

Foi o pai, em profundo desespero, buscar o pobre filho doente, no frio e com as horas já bem adiantadas, movido apenas pelo desespero e tendo ainda como sua única esperança o cruel Severo. O nome Cassiano, de origem latina, significa aquele que é justo, que não faz distinção de pessoas, equitativo, justamente ele foi recebido com desprezo por Severo, nome este que significa sisudo, rígido, inflexível, tal qual o curandeiro que não pôde ceder para atender o pobre menino Cianim, que de tão pequeno, doente e mirrado era conhecido por todos pelo diminutivo do nome de seu pai, Cassiano. A salvação de ambos foi o vaqueiro da comitiva, Tereso, que deixa pai e filho em um cruzamento adiantado do caminho, mas com bastante vento e frio e acabam morrendo ali mesmo, pai, filho e mula:

Só no dia seguinte seu Cassiano foi encontrado por uns peões da comitiva que voltavam ao pouso com as reses alongadas. Abraçado ao tacuru, tal qual tamanduá, lá estava ele morto de antigo, já curtido pelo vento gelado do chapadão – as unhas no sabugo, esbagaçadas de tanto querer furar o maldito cupinzeiro. O Cianim, coitadinho, esse foi encontrado mais adiante, desenrolado dos fiapos da baeta, anunzinho por completo e azulzinho de tão roxo [...] (PALMÉRIO, 2006, p. 278).

Cassiano havia tentando a todo custo, mas sem sucesso, construir abrigo para o filho enfrentar o frio da noite, mas morreu tentando, nenhum dos três resistiu ao frio da madrugada no chapadão. Essa história comovia toda a região, desde o mais intransigente dos coronéis, seu Americão até toda a “peonada do Sassafrás” (PALMÉRIO, 2006, p. 278), todos acostumados a enfrentar o vento e o mau tempo em suas andanças, se identificavam com o sofrimento do pai, da criança e até da mula.

Pois, justamente, ali, no beco das Três Cruzes, local de devoção e comoção até para os mais duros de coração, vai ser o local que José de Arimatéia será traído pelo amigo, Arcanjo da Barra Limpa, cujo nome é dado aos mensageiros de Deus, foi a pessoa que ele mais se afeiçoou

depois da decepção com Maria do Carmo e todos do Capão do Cedro, ele e a esposa foram encurralados pelos assassinos e não tiveram opção senão delatar o amigo. Como se, por poucos instantes, José de Arimatéia acreditasse que poderia novamente confiar nas pessoas e refazer sua vida do outro lado do Bugre é justamente em Arcanjo e sua esposa que José de Arimatéia parece encontrar essa esperança. Justamente deles viria uma nova traição, a derradeira.

Se pegara de amizade com Arcanjo e com a mulher dele, a siá Tuta, abria o coração com eles. O outro lado do Bugre havia-se fechado para sempre – o rapaz reconhecia. E não se iludia mais: para o futuro continuaria a perseguição sem piedade, e, por lá, a única pessoa capaz de lhe fornecer socorro, seu Valico Ribeiro, morrera assassinado a mando de seu Tonho Inácio. (PALMÉRIO, 2006, p. 317).

José de Arimatéia foi encontrado e assassinado, não pelos jagunços de seu Tonho Inácio, como se poderia imaginar, mas pelos soldados da captura, a mando do juiz Damasceno. Este sonhava com José de Arimatéia morto para poder finalmente se casar com Do Carmo, por quem era completamente apaixonado, mas ela vivia escondida porque era jurada de morte pelo jagunço causa da traição:

Livre, livre Santana do Boqueirão do coronel Americão Barbosa e sua jagunçada, livre de José de Arimatéia! - como que declamava, a meia-voz, os braços estendidos, as mãos veementes. Livre a cidade, livre o caminho para que, finalmente, ela pudesse vir! Sim, morto José de Arimatéia, nada mais impediria que Maria do Carmo viesse para junto dele! (PALMÉRIO, 2006, p. 363).

O sonho do juiz Damasceno se concretiza no 3º quadro, em Cavaleiro e Montada, o desfecho da história, que se passa justamente quando José de Arimatéia está voltando a Santana do Boqueirão, depois de ter conseguido assassinar seu Tonho Inácio:

Cavalgavam em dois, silenciosos: José de Arimatéia e o preto Arcanjo da Barra Limpa. Bateado e largo, o furta-passo das montarias, donas do rumo conhecido e fácil. Caminho de casa, a volta ao Sassafrás, depois da fugida quase que sem descanso, serra acima e chapada afora – eram os pensamentos de José de Arimatéia. Atrás dele, certamente um batalhão de cavaleiros a bater-lhe os rastros, armar tocaias, pelo sem-fim de trilhos, pousos e aguadas, tentando fechar-lhe a escapada a todo custo. (PALMÉRIO, 2006, p. 389).

Quando os dois se aproximavam do Beco das Três Cruzes, mais uma vez aqui encontramos a importância da simbologia do número três para o romance, esse local, que era sagrado para José de Arimatéia, sagrado também para tantos outros:

O fim do Chapadão do Bugre, a porçãozinha de trilheiros que se abriam no capim orvalhado ali perto das Três Cruzes. A madrugada já floria de vermelho, tingindo as

grimpas do matagal que se estendia lá por baixo. Como que chupado pelo abismo, o vento se encanava, mudado de rumo, se despenhando das alturas”. (PALMÉRIO, 2006, p. 403).

A mudança dos ventos prenuncia o fim do clima tranquilo e monótono da cavalgada, assim que José de Arimatéia e Camurça avistam as cruzes, e ela pressente o perigo:

Camurça nada via além do chão batido e ralo de capim, os montes de pedra empilhada ao pé das cruzes, o céu fundo, de menos estrelas agora. Nada ouvia a não ser os assobios do vento que se precipitava pelas quebradas da serra, as próprias ferraduras e as do burro companheiro e pipocar na crosta socada do caminho. Faro nenhum, também – apenas o suor salgado dos baixeiros, o cheiro conhecido das botas e da capa do patrão, o recendor do chão e do capim molhado. De repente, porém, percebeu perigo – semover de folha, ar de lua em aço bem polido, um vapor, talvez, de gente estranha – pressentiu desgraça oculta por entre os ramos e pedras do começo da descida. Estacar de brusco, rodopiar nos pés, furtar o corpo, se arrancar... – tudo instantâneo, um corisco e endiabrada da Camurça! (PALMÉRIO, 2006, p. 403).

Ali no Beco das Cruzes, onde termina o Chapadão do Bugre, onde em meio a tanta dureza se encontrava um pouco de fé, lenda e espiritualidade, também o anti-herói, José de Arimatéia, se torna lenda.

CAPÍTULO 2 - CORONELISMO EM CHAPADÃO DO BUGRE

2.1 Coronelismo histórico no Brasil e sua representação na Literatura

Impossível refletir sobre jaguncismo, seja na história no Brasil, seja na literatura, sem pensar no coronelismo, por isso vamos abordar o tema neste capítulo. O coronel é condição para que o jagunço exista, já que, como vimos anteriormente, as tarefas de jagunço: seja de matar, assustar, perseguir, estão sempre relacionadas à prestação de serviço, é sempre pelo mando de alguém mais rico e poderoso, o coronel. O coronel representa o poder, em suas várias formas, nos locais mais ermos do Brasil, não apenas na região Nordeste, tal como diz o autor, mas em todas as regiões isoladas do país:

No Brasil, principalmente na região Nordeste, o coronel representou, durante décadas, a concentração de poderes da esfera social. O chefe local concentrava o poder econômico, político, cultural e de polícia. Nada escapava ao seu controle nos locais sob sua vigilância. Tal controle amparava-se numa estrutura formada pela combinação entre concentração fundiária – o que lhes conferia considerável acúmulo de riquezas – e influência política. (GALVÃO, 2018, p. 75).

Os coronéis alimentavam sua força também através de conchavos políticos e as figuras políticas também se beneficiavam do poder dos coronéis em suas respectivas regiões, ambos fortaleciam o poder do outro, quanto mais forte um ficava, mais o outro ficava também. Os políticos conseguiam seus votos através da influência dos coronéis, que enriqueciam com o acúmulo de terra, dinheiro e mais e mais poder local:

A política servia aos coronéis como forma de ampliar a rede de poderes que gravitava em torno deles. A acumulação de terras lhes conferia relativa estabilidade econômica e prestígio social, e a política reforçava essa condição, pois através dela o coronel se elegia ou a um correligionário, garantindo a satisfação de seus interesses, acumulando mais riquezas e ratificando a sua influência na região. Para tanto, o coronel fazia do seu agregado, funcionário ou protegido um eleitor sob seu inteiro controle, pronto para executar as ordens do seu senhor. (GALVÃO, 2018, p. 99).

Esse enorme poder de influência dos coronéis era visto com ganância pelos políticos que podiam garantir seus votos sem que precisassem fazer grandes esforços, para tanto, se dobravam também aos interesses dos coronéis, em um jogo de vontades em que todos os poderosos saíam ganhando:

O prestígio político do coronel fazia com que os governantes demonstrassem interesse em negociar, em propor acordos, pois sabiam que os chefes locais tinham enorme influência sobre as populações de sua região, além de terem boa articulação com os seus aliados, garantindo uma ampla rede de apoios. Por sua vez, aos coronéis interessava o jogo político, o que lhes rendia convenientes contrapartidas. (GALVÃO, 2018, p. 104).

Essa influência enorme dos coronéis sobre a população de modo geral, mas, especialmente, em suas escolhas eleitorais, deu origem à famosa expressão: “voto de cabresto”, que representava a situação em que os subordinados do coronel não tinham autonomia para fazer suas escolhas de voto, mas eram levados a fazer exatamente a escolha que o coronel ordenava:

É bom lembrar que nesta época, os alistamentos eleitorais eram verdadeiras artérias do processo político, e o controle dos eleitores qualificados era o caminho mais seguro para a vitória nas urnas. Não há incoerência, portanto, entre o uso de homens armados em ações de violência para controle dos alistamentos, e essa prática parece ter sido muito mais comum que se imagina. (GRILO, 2009, p. 50).

Os coronéis, conhecedores do jogo político, sabiam dos interesses políticos e também se curvavam a eles, sabendo dos tantos benefícios da contrapartida:

Embora olhassem com desconfiança as intenções do governo do Estado, os coronéis sabiam que, no jogo político, detinham muita força, decorrente da capacidade de produzir votos e eleger candidatos previamente selecionados, muitos deles não tendo jamais realizado qualquer visita aos distritos pelos quais eram eleitos. A contrapartida era o pouco interesse do Estado na apuração dos desmandos e perseguições dos chefes locais pelo temor de hostilizá-los, mesmo diante de denúncias de prejuízos materiais, resultantes de assaltos a cidades e fazendas. (FREITAS, 2005, p. 34).

Ainda hoje sabemos que esses acordos entre políticos e poderosos acontece. O poder político da figura do coronel é perceptível, mesmo que de uma forma diferente de outrora, essa influência ainda é discutida e estudada no Brasil, principalmente em períodos eleitorais, em que é possível perceber a influência dos homens mais poderosos sobre a decisão dos mais humildes e que precisam de favores e/ou emprego.

O coronelismo é um dos temas nacionais que costumam vir à discussão em ciclos. A cada ano eleitoral, pesquisas, reportagens, estudos apontam para o tema com uma das raízes da conduta política negativa dos candidatos da atualidade. Sempre associado à tirania, violência e jogatina política, o coronelismo, assim como tantos outros aspectos da história do país, costuma ser invocado para servir de explicação para situações que nem sempre se enquadram na perspectiva conjuntural do fenômeno. (GALVÃO, 2018, p. 15).

Esse coronelismo foi ganhando novos formatos e mudando sua forma de influência com o passar das décadas e com as mudanças que foram acontecendo no país: a industrialização, a chegada mais efetiva do poder público nos locais mais afastados dos litorais e dos grandes centros, mas, ainda hoje, principalmente em regiões interioranas, vivemos os resquícios de uma

herança tão forte na nossa cultura, mesmo que de uma forma muito mais velada e sutil, tal qual bem ilustra Barbosa Lima Sobrinho no prefácio do livro *Coronelismo, Enxada e Voto*:

O coronelismo, em 1975, não será a mesma coisa que o de 1949. Dia a dia o fenômeno social se transforma, numa evolução natural, em que há que considerar a expansão do urbanismo, que liberta massas rurais vindas do campo, além de modificações profundas dos meios de comunicação. A faixa de prestígio e da influência do “coronel” vai minguando, pela presença de outras forças, em tornos das quais se vão estruturando novas lideranças, em torno de profissões liberais, de indústrias ou de comércios venturosos. O que não quer dizer que tenha acabado o “coronelismo”. Foi, de fato, recuando e cedendo terrenos a essas novas lideranças. Mas, a do “coronel” continua, apoiada aos mesmos fatores que a criaram ou produziram. Que importa que o “coronel” tenha passado a doutor? Ou que a fazenda se tenha transformado em fábrica? Ou que os seus auxiliares tenham passado a assessores ou a técnicos? A realidade subjacente não se altera, nas áreas a que ficou confinada. O fenômeno do “coronelismo” persiste, até mesmo como reflexo de uma situação de distribuição de renda em que a condição econômica dos proletários mal chega a distinguir-se da miséria. O desamparo em que vive o cidadão, privado de todos os direitos e de todas as garantias, concorre com a continuação do “coronel”, arvorado em protetor ou defensor natural de um homem sem direitos. (LIMA SOBRINHO, 1976, p. XVI).

Interessante pensar como a perda (ou a transformação) do poder dos coronéis foi-se dando gradualmente com a chegada da tecnologia, tanto da comunicação quanto do transporte. A facilidade de acesso às pessoas das capitais e dos grandes centros, fosse por telégrafo, telefone, trem, carroças e carros foi dificultando a hegemonia dos coronéis que não mais estavam isolados com seu “povo” em uma região em que era dono e proprietário não só das terras, mas das opiniões, das decisões e de tudo de mais importante que havia nas redondezas. Não era por acaso que os coronéis eram importantes figuras políticas em suas respectivas regiões, eles traziam progresso, segurança, desenvolvimento e influenciavam não apenas seus funcionários diretos, mas toda uma população que precisava ou preferia se sujeitar aos desmandos dos coronéis do que buscar algum tipo de autonomia no pensar ou no agir. O poder desses coronéis não se limitava a questões políticas, mas influenciavam todo um comportamento social, cultural e comportamental em suas localidades, fossem elas fazendas ou pequenas cidades. É importante pensar que esse domínio tão implacável só se fazia possível graças ao isolamento dessas localidades:

Conquanto suas conseqüências se projetem sobre toda a vida política do país, o “coronelismo” atua no reduzido cenário do governo local. Seu habitat são os municípios rurais, ou predominantemente rurais; sua vitalidade é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, como sejam o comércio e a indústria. Consequentemente, o isolamento é fator importante na formação e manutenção do fenômeno. (LEAL, 1976, p. 251).

Os coronéis encontravam sua força em uma relação também contraditória com o poder público: ao mesmo tempo em que se fortaleciam na ausência dos governantes, policiais, também contavam com “amizades” com políticos, que davam aos coronéis o poder que precisavam em troca de votos a cada nova eleição. Estudo histórico mostra também que, muitas vezes, a autoridade dos coronéis em suas cidades e propriedades era bem maior do que o do poder público, tendo este que se submeter, como mostra o trecho a seguir:

Estes, e a maioria dos depoimentos, sugerem que as relações entre a polícia e as forças políticas lavouristas, que aparentavam certo equilíbrio, eram, na verdade, desproporcionais e tensas. O delegado especial só consegue a aquiescência dos “coronéis” em troca de alguma submissão: tem de procurá-los pessoalmente e obter o que pretende não como acatamento de ordem, mas como “favor pessoal”. Até certo ponto, o delegado não é autoridade para os “coronéis”. (GRILLO, 2009, p. 30).

A passagem se refere à chacina histórica que ocorreu na cidade de Passos e que foi a inspiração para Mário Palmério criar a chacina fictícia de coronéis que acontece no livro, sobre as quais vamos falar nas próximas páginas. Uma vez que Mario Palmério, autor da obra, viveu como garoto humilde na região do Alto Paranaíba e do Triângulo Mineiro, em Minas Gerais, região, na época, ainda bastante isolada dos grandes centros, e, posteriormente, ter sido também político, nos faz perceber como ele conhecia os dois lados desse conflito entre poder público e coronéis. Essa relação é responsável pelo caráter clientelista do coronel com o povo, ele se torna o benfeitor e o substituto dos políticos que estão ausentes buscando seus próprios interesses, fazendo o papel de prestador de serviços à população. Os coronéis muitas vezes eram figuras temidas e sempre eram figuras respeitadas em seus locais de domínio e até em regiões vizinhas em que não alcançava seu poder, mas sim sua fama entre aliados e inimigos:

Para manter o poder, porém, os coronéis usam da força como elemento principal. A atitude coercitiva, muito constante no contexto do coronelismo, representa uma declaração de poder: quanto mais corajoso, valente rude e até cruel, mais desperta em aliados e inimigos o respeito e principalmente o temor. (GALVÃO, 2018, p. 78).

Mas, se engana quem pensa que a relação coronel-povo se dava apenas pelo medo e dominação, para muitos o coronel era um verdadeiro líder, os mais generosos e carismáticos ganhavam a população também pelo coração:

Não bastava, de fato, ao chefe local, a posse de terras ou o bom relacionamento com os políticos das capitais. Mais que isso, os coronéis que mais se destacaram e que maior poder tiveram foram aqueles que conseguiram reunir todos esses ingredientes associados ao poder carismático, que lhes garantia a fidelidade de seus seguidores e

aliados, além da devoção de um povo sofrido e que não podia efetivamente contar com a dedicação dos governantes das capitais. (GALVÃO, 2018, p. 27).

Ou seja, o que faz de um coronel, um coronel, vai muito além de dinheiro, terra e poder. É preciso haver relações com políticos poderosos, é preciso haver a dominação de um povo e também aceitação por parte dele, formando assim uma tradição na qual muitos saem ganhando e os mais poderosos sempre ganhando muito mais.

O coronelismo como importante fenômeno político-social no Brasil é representado de diversas formas na literatura e em outras artes. O retrato estereotipado de um coronel truculento e intransigente povoou o imaginário popular até mesmo nas telenovelas brasileiras. Na literatura, acontece um entrecruzamento com a história, misturando no imaginário popular a ficção e a realidade:

Os caminhos da literatura e da história costumam se cruzar, e toda obra que tenha como ênfase o tratamento de um tema social aproxima-se ainda mais desse entrecruzamento, fruto das tensões entre os percursos da ficção e o registro da realidade. Toda obra de ficção, mesmo que explorando de forma ampla a imaginação e a capacidade criativa do seu autor; sempre que traz em suas linhas alguma referência a acontecimentos, políticos e sociais, esbarra no discurso histórico, nas suas indicações e referências. E, ao pensar na relação entre ficção e relato historiográfico, é necessário incluir o registro biográfico do autor, que constitui também a história. (GALVÃO, 2018, p. 53).

Sabe-se que a chacina fictícia de coronéis em Santana do Boqueirão, que acontece no fim do livro **Chapadão do Bugre**, foi inspirada em uma chacina real, ocorrida na cidade de Passos, em Minas Gerais. Deste modo, no livro encontramos esse entrecruzamento de história e literatura, que, sabemos, não são antagônicos, mas complementares, falaremos melhor sobre isso no tópico **Chacina de Coronéis**.

2.2 Santana do Boqueirão: reduto do coronelismo

Santana do Boqueirão é a cidade em que José de Arimatéia se estabelece após um longo período de fuga após cometer o assassinato de seu Inacinho. Esse lugar que José de Arimatéia chega para ficar é completamente diferente das regiões rurais em que viveu, é uma cidade cujo nome faz duas importantes referências que norteiam a história: “Santana”, ou Santa Ana, que era a avó de Jesus, mostra a origem cristã da cidade e o termo “Boqueirão”, que, de acordo com o **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa Aurélio** (FERREIRA, 2011), é uma bocarra ou uma abertura em costa de rio. Essa “grande boca” servia como um excelente esconderijo para

criminosos como José de Arimatéia e tanto outros, graças, principalmente, a uma boa polícia que fingia não ver os crimes que aconteciam continuamente dentro e fora da cidade:

Não que fosse completo paraíso para todos; mas, para certa espécie de gente, Santana do Boqueirão quase chegava a ser: o bicho funcionando livremente, as casas de jogo bancado e carteado abertas dia e noite, cabaré e pensão-de-mulher em quantidade. O que mais apreciavam, porém os santanhenses e arribadiços de vida airada, era o bom gênio da polícia – acomodada, desintrometida e pouca. (PALMÉRIO, 2006, p. 156).

A cidade de Santana do Boqueirão é uma cidade fictícia e representa muito dos municípios brasileiros de outrora, completamente dominados por coronéis poderosos, eles sim, eram os donos da lei em toda a região. A história do coronelismo se confunde com a do Brasil. Esse termo foi criado pelo jurista Victor Nunes Leal (1976), no livro “Coronelismo, enxada e voto”, onde ele diz que:

[...] concebemos o “coronelismo” como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. Por isso mesmo, o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil. (LEAL, 1976, p. 20).

O coronelismo também está diretamente relacionado ao conceito de território, os desbravadores das regiões eram também os donos das terras e das leis. Nesse sentido, a história do romance também se confunde com a história do sertão do Brasil. Território é propriedade, poder e domínio.

Em Santana do Boqueirão mandavam os Barbosas – família de tronco muito antigo, descendente do major Eustórgio, desbravador do Sertão do Bugre e fundador da cidade. Gente numerosa e de ricas posses, seu orgulho maior era, entretanto, o de não terem ainda perdido, em tempo algum, o domínio do lugar – tampouco a influência nas cidades vizinhas, resultado do difundido parentesco com as outras famílias da região. (PALMÉRIO, 2006, p. 156).

Nesse segundo espaço importante da história, existe também a relação de identidade com o personagem, agora já não mais um homem inocente quanto aquele que chegou em Capão do Cedro, mas um criminoso como tantos outros que trabalham, vivem e se escondem em Santana do Boqueirão com a bênção dos coronéis. Esse trecho exemplifica o caso de espaço que

transforma o personagem, José de Arimatéia vai ficando casa vez mais parecido com seu patrão e coronel da região. “José de Arimatéia, pessoa reservada por natureza, mais trancado se tornava à medida que crescia em convivência com seu Americão Barbosa, aprendendo com o patrão do Sassafrás a pensar muito, antes de dizer sim ou não. (PALMÉRIO, 2006, p. 326).

A tão admirada prosperidade da região se dava justamente graças às atividades ilegais e altamente lucrativas, “[...] essa imoralidade é fonte de renda para o comércio de Santana do Boqueirão!” (PALMÉRIO, 2006, p. 165) que aconteciam à luz do dia graças à inoperância dos agentes da lei e seus interesses pessoais, atendidos prontamente pelos mais ricos e poderosos da região.

Aqueles idiotas de Santana do Boqueirão! Acostumados a lidar com autoridades frouxas e vendidas, engazopando-as com elogios e agrados...O outro, o que se aposentara e abrira a vaga da comarca, o infeliz era uma lástima: comprado pela tutaméia do aluguel de casa e lugar de graça no colégio para a filharada. E o mantimento vindo do Sassafrás – ridicularias de arroz e feijão, banha, açúcar preto e café -, bandazinha de carne de porco hoje, sua duziuzinha de ovos, um queijo, um requeijãozinho amanhã...Contavam que o dr. Vasconcelos, o crápula do juiz, chegava a mandar avisar ao coronel Americão quando o estoque da despensa ia-se mingando...Por isso que durara tantos anos na comarca, e pudera comprar, com o dinheirinho ali ajuntado, a casinhola na capital, onde, hoje, apodrecia de verdade e desmoralizado. (PALMÉRIO, 2006, p. 362).

O retrato da imoralidade e da acomodação dos homens responsáveis pela manutenção da lei frente às benesses oferecidas pelos mais ricos e poderosos são um dos pontos mais importantes do romance. Qualquer brasileiro reconhece nessas passagens situações, ainda hoje, muito semelhantes na rotina de suas vidas. Os que moram no interior talvez reconheçam e até se recordem com clareza do poder que os coronéis tinham nas fazendas e nas pequenas cidades, sempre muito maior do que o do Estado. Na ocasião, juízes ainda mal remunerados, trocavam sentenças por pequenas quantias em dinheiro, favores e alimentos. Acontece que em dado momento da história, o braço da lei começa a alcançar Santana do Boqueirão. Um novo juiz chega à cidade, e um capitão destemido aterroriza a cidade fazendo a lei ser cumprida com mandos arbitrários, torturas e requintes de crueldade, dando fim também às principais e ilegais fontes de renda da cidade. Assim, o capitão Eucaristo mandou:

- Intimei os senhores – ele principiou a falar – para lhes avisar que, a partir de hoje, de agora, está terminantemente proibido o jogo nesta cidade. Nem bicho, nem jogo bancado de qualquer espécie. O carteadado pode continuar nos clubes e em recinto fechado, mas só com alvará assinado por mim. Enquanto eu não der licença, fica tudo suspenso também. (PALMÉRIO, 2006, p. 233).

O espaço de Santana do Boqueirão passa então a ser transformado pela chegada dos personagens que simbolizam o cumprimento da lei. O ambiente de jogo, prostituição, coronelismo passa a ser um lugar de medo, fuga, insegurança, desestabilizando uma estrutura já tão bem montada desse espaço sertanejo que serve também de esconderijo e fuga da lei.

O sertão é o “oco do mundo”, o breu que serve de guarida à “onça-pintada” e aos criminosos, seres selvagens, avessos às regras da civilização. Se, para abrigar-se da polícia, os bandidos dispõem do mato profundo, seu teatro de ação é a franja formada pelo encontro da mata com as regiões povoadas, que lhes permite, sucessivamente, atacar os moradores e refugiar-se da justiça”. (MARTINS, 2013, p. 80)

A descrição do sertão como oco do mundo faz lembrar a simbologia do nome da cidade, Santana do Boqueirão, bocarra que tudo esconde, em que tudo se abriga e onde se encontra proteção.

2.2.1 Espaços em Santana do Boqueirão

Como qualquer cidade pequena do interior, alguns espaços são pontos de encontro, fofoca, reunião dos moradores. Praça, comércio, igreja, prédios públicos e escola constituem os espaços pelos quais circulam as pessoas e onde a vida delas acontece à luz do dia. “Na praça é que se juntava muita gente – hora de depois do almoço, o pessoal do comércio voltando de casa, as moças da Escola Normal. O Largo das Mercês movimentava-se [...]” (PALMÉRIO, 2006, p. 158). O Largo das Mercês, ou como o próprio nome já diz, uma praça de bondades e graças, era a praça única e central de Santana do Boqueirão, em frente à Matriz, onde havia um coreto em que se apresentavam bandas de música, caramanchões, flores e onde em breve se instalaria também um cinema.

[...] aos sábados de noite e nas tardes de domingo, banda de música no Largo das Mercês, o coreto rodeado da sombra dos manacás e magnólias, os caramanchões de rosinha-trepadeira, jasmim-do-império e bogarim. Já se anunciava também o cinema – o barracão de zinco quase pronto, a máquina encomendada e por chegar. E mais: escola pública, de graça, e seminário para os meninos de devota inclinação. (PALMERIO, 2006, p. 155-156).

A descrição do espaço de Santana do Boqueirão reflete prosperidade (cinema), organização (escolas e seminários) e beleza (os diversos tipos de flores), mas também há os espaços menos familiares, como casa de jogos e prostituição, que ganham vida no contraturno e que também têm seu papel na vida dos moradores locais. Uns criticam, outros usufruem, mas

difícilmente alguém consegue impedir o surgimento e a prosperidade de locais como estes, já que também são a principal fonte de renda do comércio local.

Mão de obra muito cara, porém. Montava em tão avantajada despesa, que as porcentagens cobradas ao jogo do bicho, jogo bancado e carteado, cabarés e de até aos bordéis, que, dia a dia, mais aumentavam e prosperavam – [...]. E renda até que bem apreciável, pois Santana do Boqueirão era o maior centro de negócios da zona do Bugre – quiçá do interior do estado. Mercado comprador de boiadas magras, sertanejas, e vendedor do boi gordo, internado em suas furnas pretas e úmidas o ano todo, nas quais o pasto não secava nunca – verde e farto e sustancioso o ano inteiro. Centro boiadeiro, rico, onde o jogo precisava mesmo de ser franco; e com vida noturna movimentada, cabaré, mulher às pampas. (PALMÉRIO, 2006, p. 218).

Essa passagem que melhor descreve a cidade mostra os dois lados de um município que se torna referência em uma região, ganha espaço e notoriedade regional e estadual pelo comércio de gado, mas que verdadeiramente também se beneficia de negócios ilegais para tornar o progresso viável.

O hotel da siá Prudenciana era cuidado com todo esmero por ela mesma, lugar por onde passavam e em que se escondiam criminosos de diversas partes, mas também ali se hospedavam homens da lei, policiais e autoridades que vinham de perto e de longe. “Os hóspedes do hotel que se levantavam mais cedo – havia um trem que partia às cinco em ponto – já encontraram a sala de jantar de luz acendida, e siá Prudenciana, em pessoa, a servir o café-da-manhã [...]” (PALMÉRIO, 2006, p. 203). O hotel era referência na cidade por ser um lugar de limpeza e respeito e não foi no hotel da siá Prudenciana, mas no Hotel da Estação, que era ponto de esconderijo, de encontro e desencontro, local onde o protagonista José de Arimatéia é atingido por um tiro por um dos jagunços encomendados para vingar seu Inacinho:

Branco, parado, revólver intacto e frio mal pendurado por um dedo, José de Arimatéia somente acordou de estupor quando o seguravam para que não caísse. Foi então que sentiu a terrível dor no encontro do ombro, e viu o sangue a minar de dentro da manga do braço inutilizado, adormecido – e a pingotar, visgoso e morno, no assoalhado da sala. (PALMÉRIO, 2006, p. 314).

A cena quase cinematográfica descrita anteriormente guarda semelhança com o momento em que o próprio José de Arimatéia assassina Inacinho no paiol dos fundos da casa da siá Gorgota e também vê seu sangue visgoso se espalhar pelo chão. Agora, no Hotel da Estação, o sangue que se espalha é o seu próprio.

O nome da dona do hotel, Prudenciana, nos remete à qualidade da prudência, criando uma relação de semelhança com o espaço limpo, familiar e bem cuidado de seu hotel, já o Hotel da Estação, o nome nos remete à local de passagem, de ir e vir, de terra de ninguém, onde José

de Arimatéia é atingido por um tiro e sobreviverá ao primeiro ataque feito pelos mandantes de Seu Tonho Inácio. De acordo com Borges Filho (2007), a toponímia, que é o estudo dos nomes, sejam eles próprios ou não, dos espaços, e esses nomes “[...] estabelecem uma das três relações possíveis com o espaço: semelhança, contraste ou indiferença.” (BORGES FILHO, 2007, p. 149). No caso específico da síá Prudenciana, o nome da personagem reforça uma característica do espaço, da mesma forma, o Hotel da Estação nos remete à ideia de transição e passagem.

Também a Confeitaria do Cucute é um lugar importante da cidade, onde os moradores tomavam um cafezinho, local em que toda fofoca se espalhava, onde se apontava os dedos e se reconhecia os locais e os forasteiros:

Em Santana do Boqueirão, nenhum local mais indicado que a Confeitaria do Cucute. Ocupava ela o andar de baixo do Clube Eldorado, bem na esquina do Largo das Mercês com a rua do Comércio. Logo à entrada, o balcão dos cigarros, café em pé, aperitivos, comedoria miúda, salgada e doce; sala de muitas mesinhas onde de tudo se servia, nos fundos o bilhar. Entra-e-sai continuado, que, além do ponto tão central, era o Cucute excelente e estimadíssima pessoa. As mesas ocupadas sempre e sempre, o salão de bilhar repleto o dia todo”. (PALMÉRIO, 2006, p. 220).

Cucute era como chamavam o dono da confeitaria, não se sabe se Cucute era um nome ou um apelido, mas tem origem espanhola, o que pode ser um indício de sua origem familiar, que em nenhum momento é retratada no romance. A confeitaria oferecia de café a jogos e bebida, como tudo em Santana do Boqueirão, parecia misturar o ambiente familiar e os vícios. Esse espaço da cidade é palco do início dos conflitos a partir da chegada de um delegado que promete colocar ordem no município, lançando mão da tortura, assassinato, exposição em praça pública e outras medidas para transformar a cidade. Logo que o capitão Eucaristo Rosa chegou em Santana do Boqueirão disposto a fazer valer a lei em cada canto do município se inteirou de toda movimentação dos moradores, primeiro foi à delegacia, logo depois ao Largo das Mercês e, finalmente, à confeitaria, onde já havia mesa reservada para ele e onde pôde observar com bastante atenção os clientes, um, em especial, Joaquim Lopes, o Quincota, grande fofoqueiro da cidade, que já estava ali justamente para observar a movimentação do capitão. Capitão Eucaristo fica bastante irritado quando percebe nitidamente que Quincota não tira os olhos dele, que tenta descobrir sobre o que conversa, se aproximar, começar um assunto. E tão logo Quincota encontra um oportunidade para puxar uma conversa com o capitão e comentar sobre o calor, o capitão encontra a oportunidade não apenas de se ver livre de um fofoqueiro, mas, mais ainda, de mostrar para toda cidade quem ele era e do que era capaz, em um demonstração pública de intransigência e poder, mandou que o carroceiro que passava por ali com um barra

de gelo, que colocasse no meio da praça e seu Quincota, sem calças, sentado nela, para ser humilhado e escarnecido por toda a cidade, inclusive seu patrão Clodulfo:

Os praças fizeram questão e abrir caminho por entre as risadas dos moleques e do povilêu, passar com o guarda-livros bem próximo ao espetáculo, a fim de que o Clodulfo visse, se divertisse também: amarrado pela cintura ao pé da magnólia, pelado de calças e ceroulas, sentado na pedra de gelo, lá estava o Joaquim Lopes – o Quincota – perninhas encolhidas, sapiroquentas de friagem, tal e qual coxinhas de nhambu na muda. (PALMÉRIO, 2006, p. 231).

Quincota foi o bode expiatório e peça chave para mostrar aos coronéis, jagunços e todos os moradores de Santana do Boqueirão que o poder público havia definitivamente se instalado ali e que não haveria limites na sua atuação para tudo saísse exatamente como o previsto.

A Pensão da Carvalhosa também é um dos lugares mais importantes da cidade, também era uma das melhores casas, além de atender os clientes durante o dia, à noite encaminhava-os para o cabaré, que também era sua propriedade:

Frente ampla, com jardim, bela fechada de tijolinho vermelho, de platibanda. Avarandada, de muitas salas e quartos – dois banheiros, cozinha de espaçoso fogão com forno e serpentina de água quente. E quintal com cobertura para lenha, galinheiro fechado, horta de couve, tanque de lavar e chiqueirinho. Ventiladores pelo forro, cortinas nas janelas, luz de cor no jardim e até pelas árvores no quintal [...]. Comia-se bem, bebia-se do mais fino, dançava-se – divertia-se. E muito se jogava, desde depois do almoço até bem tarde, lá pelas onze horas, meia-noite, quando então desciam todos para o cabaré – também da Carvalhosa – que funcionava na esquina em frente à Câmara Municipal, no Largo das Mercês”. (PALMÉRIO, 2006, p. 241).

O espaço mostra um luxo e fartura que destoam de outros normalmente descritos nos espaços da cidade, o que comprova que a riqueza local estava mesmo muito mais nos negócios ilegais e que funcionavam, de fato, livremente à luz do dia. A delegacia local, por exemplo, é descrita como precária em seus meios e instalações, ou seja, vemos o dinheiro e o poder muito mais associado a crime do que à lei:

Os senhores são testemunhas de que minha primeira providência foi procurar a administração do município, dar conhecimento da irregularidade e pedir colaborasse com a disposição do presidente de sanear o estado, limpá-lo da corja de bandidos impronunciados, imunes e foragidos que infestam as cidades do interior... Infelizmente, porém, nada pôde ser feito até hoje, e reconheço que os meios atuais da delegacia de Santana do Boqueirão são muito precários, sobretudo no que se refere ao destacamento local... (PALMÉRIO, 2006, p. 162).

As ruas de comércio também são muito comuns em cidades pequenas de interior, à medida em que essas cidades crescem essas ruas acabam se tornando o centro da cidade, nas

idades pequenas seguem sendo o lugar em que se pode comprar aquilo que se procura, desde roupas, tecidos, calçados até ferramentas e alimentação. Em Santana do Boqueirão da Rua do Comércio tinha justamente este nome. “Plena rua do Comércio – clara, calçada, central. Os postes de luz, os postes do telégrafo [...]” (PALMÉRIO, 2006, p. 267). Acabam sendo também o lugar mais próspero da cidade, onde primeiro se instalam as tecnologias da época, como os postes de luz e de telégrafo. Importante lembrar que grande parte dessas tecnologias eram trazidas pelos coronéis, os “proprietários” da cidade, especialmente Américo Barbosa:

E Santana do Boqueirão tudo devia a ele! A casa nova da Câmara, os dois grupos escolares, o serviço de água, a reforma do Largo das Mercês...A parte central da cidade quase que toda calçada, o Centro de Saúde, telégrafo, a luz elétrica...Lá estava, no morro do Cemitério Novo, o colégio dos frades, o terreno – uma chácara! – dado de graça por ele, a lei da Câmara que mandava ajudar o colégio todo ano; e o outro pavilhão da Escola Nova, o serviço de esgoto tão adiantado... (PALMÉRIO, 2006, p. 186).

A relação dos coronéis no interior do Brasil se dava sempre de formas muito semelhantes, eles eram donos da cidade, mandavam na lei, nos habitantes, nos espaços e eram “bondosos” pelo que “devolviam” à cidade do muito que retiravam e comandavam. Os coronéis acabavam recebendo do Estado autonomia para fazer como bem entendessem, da população recebiam respeito e obediência porque todos deviam algum emprego, favor ou obrigação. E aquilo que eles faziam pela cidade acabava sendo visto como caridade e benevolência.

2.2.2 Chacina de Coronéis em Santana do Boqueirão

Além de seu Americão Barbosa, outros coronéis também comandavam a cidade de Santana do Boqueirão, Calixtrato Barbosa, Ludgero Alves, cada um com suas terras e domínios nos arredores da cidade, mandavam e desmandavam, não apenas em suas sedes, mas também nas regras da cidade. Acontece que a má fama de terra sem lei, de jogatina, prostituição e assassinatos no município correu o estado e a polícia resolveu colocar um pouco de ordem no local e, principalmente, da ligação dos coronéis Américo Barbosa e Valério Garcia com um desafeto do governador do estado:

O coronel Americão Barbosa era sabidamente pessoa do dr. Ataulfo Machado, caído em desgraça com o governo do estado, e o dr. Figueiredo de Mendonça não poupava adversário. A história de tal caderneta preta, onde o presidente costumava apontar as velhacadas e perfídias que se praticavam contra ele, a tão falada caderneta servia agora de bíblia de cabeceira do dr. Figueiredo; e – contavam os que privavam com o presidente – o nome mais anotado no tal livrinho de capa preta era o nome do dr. Ataulfo Machado. A derrubada da atual política de Santana do Boqueirão,

comprometida pela amizade com dr. Ataulfo, constituía, pois, assuntos do que mais podiam agradar ao dr. Figueiredo – voltara para sua comarca, assim convencido. O dr. Damasceno Soares. (PALMÉRIO, 2006, p. 166).

A providencial chegada do Capitão Eucaristo marca o enfraquecimento dos coronéis em Santana do Boqueirão, tão logo chegou já foi mostrando quem estava no comando. O capitão Eucaristo tinha o perfil ideal para ajustar as normas na cidade: corajoso, intransigente, arbitrário e sem nenhum remorso. Chegou aguçando a curiosidade e o medo dos moradores de Santana do Boqueirão, muito se especulava sobre qual seria sua função, mas não tardou para que ele logo mostrasse quem estava realmente no comando. Até aquele momento quem representava a lei na cidade era o juiz de direito Damasceno Soares, que, em vão, tentava moralizar a cidade, mas se vendia pelas regalias e presentes que os coronéis ofereciam diariamente, esses iam desde alimentos vindos das fazendas até hospedaria para se acomodar, situação que representava o fracasso e a corrupção do poder público.

Quando Capitão Eucaristo chegou o cenário se transformou, ele começou torturando, por puro masoquismo, o intrometido Quincota, depois começou a buscar por aqueles que poderiam trazer informações valiosas sobre os coronéis, encontrou seu Clodulfo, braço direito e homem de confiança de seu Americão, já que é muito mais fácil começar pelos mais fracos. Mas, através de seu Clodulfo os coronéis de Santana já bem entenderam o recado, ficaram de sobreaviso para aquele homem que chegou parecendo não entender (ou não aceitar) quem realmente mandava na cidade até então. A surpresa deixou o coronel Américo Barbosa reflexivo:

Tantos anos de domínio em Santana do Boqueirão, a vida inteira naquela luta sem parada, desde menino a brigar ao lado do pai e dos tios, a fim de poder sustentar a posição da família e dos amigos! E, agora, a reviravolta: a ameaça do desprestígio, a perda do mando político da cidade – a derrocada. (PALMÉRIO, 2006, p. 177).

Já não havia o que pudesse ser feito, Capitão Eucaristo mostrou sua autoridade fechando bancas de jogo e prostituição, assumindo a delegacia local, torturando informantes e planejando aquela que seria a maior chacina de poderosos que se tem notícia. Bastou marcar com os poderosos uma reunião logo cedo para discutir os problemas da cidade e todos foram executados a tiros, menos seu Valério Garcia que se salvou porque a bala atingiu seu relógio de algibeira e ele se jogou no chão e se fingiu de morto. Guardou como símbolo de sua vitória o relógio com a bala encravada para repetir sua versão da história, que ficou conhecida como a chacina de catorze de maio.

Como já dito anteriormente, a chacina retratada por Mário Palmério em **Chapadão do Bugre** é inspirada em uma chacina verídica ocorrida na cidade de Passos, Minas Gerais. O evento chocou não somente os moradores locais, mas ganhou as manchetes de diversos jornais mineiros e de grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro. O evento, que povoa o imaginário dos moradores de Passos até os dias de hoje, tem versões contadas boca a boca e versões oficiais um tanto quanto polêmicas e parciais. Um importante estudo histórico que existe sobre o acontecimento foi feito pelo historiador Antonio Theodoro Grilo, em sua tese de doutoramento: **Tocaia no Fórum: Violência e Modernidade** (2009) em que é possível encontrar informações oficiais sobre os acontecimentos históricos e, também, diversas correspondências com a ficção. Outro registro importante do acontecimento foi a obra **Contratadores da morte**, feito pelo jornalista Antonio Celestino, personagem do episódio, praticamente no calor dos acontecimentos, esta foi a obra que Mário Palmério usou para criar o romance.

A julgar pelos espaços e personagens retratados por Grilo (2009), percebemos que, embora o espaço do Chapadão do Bugre seja fictício, ele faz clara referência à região mineira de Sertões de Jacuhy, Sudoeste de Minas, região de rios e barragens, tal qual retratada no livro. Essa região favorecia a pecuária da invernada, de onde vinha o gado magro para regiões de engorda, também chamado de “caminho do chapadão” ou “picada da canastra”, interligava a região de Goiás, através do Triângulo Mineiro, às localidades pecuaristas da região paulista de Franca e do Sudoeste de Minas, cuja principal cidade era Passos. A fictícia Santana no Boqueirão corresponde à cidade de Passos, a descrição do espaço fictício se assemelha à do espaço real em muitos aspectos. No estudo histórico de Grilo (2009), consta o seguinte trecho com a descrição da cidade de Passos:

Ao episódio do dia 26 de setembro de 1909, domingo, quando uma inusitada “inquirição” de testemunhas, convocada pelo delegado de polícia para ouvir certas lideranças políticas, degenerou em violência, com discussões ácidas, troca de tiros e agressões e, no fim, o saldo de três mortes, uns poucos feridos, e evidente impacto sobre a população. Tudo isso, no espaço de uma esquina, a que liga ainda hoje o Largo da Matriz ao do Rosário da cidade de Passos; aí, em 1909, de um lado ficava o edifício da cadeia, onde funcionava no andar superior o Fórum e a Câmara, e do outro ficava o quartel e a delegacia de polícia. (GRILO, 2009, p. 27).

O Largo da Matriz de Passos se tornou o Largo das Mercês de Santana do Boqueirão. No livro, a descrição de Santana do Boqueirão é:

Os forasteiros que chegavam, atraídos pela fama de Santana do Boqueirão, concordavam de pronto em que a cidade realmente a merecia. A começar pela praça

principal, o Largo das Mercês: as palmeiras quase que tão altas como a torre da Matriz, os cobradores da Câmara e do Fórum – os mais sobrados e palacetes das famílias abastadas do lugar. Era, entretanto, muito acanhado ainda o largo para conter toda a importância de Santana do Boqueirão. A cidade crescia, transbordando do centro e subindo as ladeiras que levavam aos altos, descia de lá outra vez para ocupar, pouco a pouco, os terrenos vagos e esquecidos. (PALMÉRIO, 2006, p. 155).

As semelhanças não se limitam ao espaço, mas também aos personagens. O truculento Capitão Eucaristo representa a figura mais polêmica da história real: o Delegado Alferes Isidoro. Os coronéis de sobrenome Barbosa, chamados no romance de “Os Barbosas” são a representação de importante família lavourista da cidade de Passos: “Os Medeiros”. Já o personagem principal, José de Arimatéia, representa um dentista chamado Antenor Guimarães, que não se sabe bem o que ele fazia no local e parecia não estar diretamente envolvido na história, mas, diferentemente do romance, na vida real acabou sendo morto junto com os coronéis na ocasião da chacina. A ocasião da matança ocorreu historicamente no dia 26 de setembro de 1909, no livro foi retratada como a chacina de 14 de maio, de ano desconhecido.

O banditismo em Santana do Boqueirão também era comum na cidade Passos e encontrava sua causa principal justamente nos homens que carregavam o gado para a invernada e precisavam aguardar a engorda, nesse meio tempo não tinham nada a fazer a não ser esperar, o tempo ocioso fazia com que eles gastassem o tempo com jogos e prostituição enquanto toda a cidade trabalhava e mantinha sua rotina:

Em várias denúncias anteriores dos camaristas, viu-se que o banditismo aparecia atrelado ao sistema econômico pecuarista de invernada, como comportamento do camarada ocioso durante o tempo de engorda do gado. Na verdade, esses camaradas eram os homens de confiança dos invernistas para a busca de gado no sertão, responsáveis pela segurança da comitiva e da boiada e, por vezes, dos pagamentos e negócios. Parece, pois, correto afirmar, que se houve o propalado “jaguncismo” passense, só poderia ser entendido como o processo de re-direcionamento dessa camaradagem, ou dessa força, para a consecução dos objetivos políticos, mas sempre conotado a ações pontuais e não a algo como um “movimento político”. (GRILLO, 2009, p. 47).

Não acabam aí as semelhanças entre realidade e ficção, sabemos que Mário Palmério bebeu da fonte dos registros históricos que havia na imprensa local e regional e usou de um fato peculiar para criar um romance regionalista que narra não apenas uma chacina de coronéis, mas de toda a trajetória de um jagunço do qual não há registro histórico exato, mas certamente nasceu da criatividade do autor para humanizar a história da chacina.

2.3 Chapadão do Bugre: cada coronel em seu território e seus respectivos espaços de poder

José de Arimatéia circula pelo Chapadão do Bugre pelos domínios de diferentes coronéis. Embora tenha nascido em região desconhecida, logo que se entende por gente está sob a tutela do coronel Valico Ribeiro, no Curral de Esteio, depois de se tornar dentista prático vai para o Capão do Cedro, propriedade de seu Tonho Inácio e depois de assassinar seu Inacinho foge para Santana do Boqueirão onde consegue guarda de seu Americão Barbosa. Esses coronéis poderosos, cada um com sua parcela de terra e poder, às vezes se entendiam, às vezes não, e essas relações eram delicadas e melindrosas, podia haver troca de favores e respeito à propriedade de cada um, como também podia haver desentendimentos que iam desde problemas com funcionários até com animais e terras. No caso, o desentendimento entre os coronéis do Chapadão se deu por causa do protagonista José de Arimatéia que, aconselhado por seu Valico foi buscar melhorar de vida no Capão do Cedro, mas acabou assassinando o filho do coronel por causa da traição dele e da do Carmo. Quando José de Arimatéia cometeu o assassinato de seu Inacinho, fugiu para a fazenda de seu Valico, sabendo que seria ele a única pessoa no mundo capaz de protegê-lo da ira de seu Tonho Inácio, por lá se escondeu por uns dias antes de seguir para Santana no Boqueirão, mas não sem que seu Tonho Inácio descobrisse a façanha e jurasse vingança aos dois. Seu Valico, depois de despachar José de Arimatéia para que seguisse com sua fuga decidiu ficar longe da fazenda por uns dias para esperar os ânimos se acalmarem. Foi para a cidade de Sobradinho, região próxima à fazenda Curral de Esteio, também de domínio do seu Valico e onde acontecia a festa da padroeira do lugar:

Seu Valico Ribeiro encontrara a cidade de Sobradinho em plena animação. Vesprava a festa de Santa Bárbara, padroeira do lugar, e, além da arrumação das barraquinhas em frente à igreja e a coleta das prendas para o leilão do último dia, apressados preparativos anunciavam outro e importante acontecimento: a estréia do Grande Circo Cavaliére. (PALMÉRIO, 2006, p. 131).

Santa Bárbara, tida pelos católicos como protetora em ocasiões de raios, trovões e tempestades, é santa popular entre os cavaleiros, principalmente os de antigamente, quando sofriam com as intempéries da natureza. Também é padroeira de diversos municípios do Brasil. E, o que não parece ser uma coincidência, foi justamente uma grande tempestade que impediu José de Arimatéia chegar à fazenda de seu Valico dias antes e teve seu retorno abreviado e pegou a noiva em flagrante. Justamente a tempestade foi o início de todo conflito e desilusão, pois foi também justamente no dia de Santa Bárbara que seu Valico foi vítima da vingança de seu Tonho Inácio por ele ter ajudado José de Arimatéia a fugir.

No trecho citado, também, não podemos deixar de notar a linguagem, tão característica do romance, que traduz o linguajar sertanejo que ainda hoje existe e é comum nos confins do Brasil. O termo “vesprava” faz referência à palavra “véspera”, indicando que o dia seguinte seria, de fato, o dia da padroeira:

E a data se aproximava: dia quatro de dezembro, quinta, a sessão da estréia às nove horas, depois da procissão, barraquinhas e leilão da festa de santa Bárbara. Para a véspera, na quarta-feira às três horas da tarde, a entrada do Grande Circo em Sobradinho – a movimentada passeata dos artistas e dos bichos pelas ruas da cidade. (PALMÉRIO, 2006, p. 132).

A passeata dos artistas e dos bichos também foi movimentação comum na vida de pessoas que viviam no interior. Hoje se sabe que os animais são proibidos no circo no Brasil, mas qualquer adulto que cresceu no interior se lembra dos verdadeiros eventos que aconteciam nas pequenas cidades quando o circo chegava e fazia um desfile de apresentação, tal qual o documentado na história. Elefantes, macacos, palhaços e uma verdadeira parada na cidade para se preparar para o espetáculo. Não nos cabe aqui colocar questões relacionadas aos direitos dos animais, maus tratos e tantos outros pontos de fundamental importância, mas apenas colocar a passagem literária que remete a um marco na infância de tantas pessoas que viviam no interior. A proibição dos animais nos circos e a criação desse circo contemporâneo criou uma dicotomia e uma desvalorização do circo como um todo, tal qual mostra o trecho a seguir:

A referência ao circo contemporâneo e a ideia de que esse modo de fazer circo não se utilizaria de animais nas suas apresentações, são elementos presentes nos discursos de ambientalistas, argumentando a possibilidade de circos sem animais. Apesar de o circo contemporâneo não ter surgido para fazer alternativa aos circos com animais, a diversidade de experiências com a linguagem circense possibilita que sejam refutadas apresentações de animais em circos. Nesses discursos há um reforço as formas do “novo” circo e a colocação do circo tradicional em posição dicotômica, com conseqüente desvalorização das formas tradicionais circenses. (AGUIAR, 2018, p. 204).

O “novo” circo surge como menos força e perde a força e a tradição que permeava o imaginária das gerações mais antigas, com circos tais quais o do livro: a entrada com lona poeirenta, o chão sujo, os vendedores de doces, balões, como tão bem descreve Palmério, na ocasião da chegada de seu Valico Ribeiro, que se organiza para assistir ao evento sem saber que se prepara para a morte:

Inimigo de última hora e afobação, seu Valico Ribeiro chegou cedo, com a família, para a estréia do Grande Circo Cavaliére. Fora, no limpo fronteiro às bilheterias e ao portão de entrada, já se tinham armado os tabuleiros de quitanda e doce, cada um com

seu lampião de carbureto – chiadorzinho, vertendo espuma, catinguentozinho, mas de boa luz, forte de doer na vista. (PALMÉRIO, 2006, p. 140).

Na cena da chegada ao circo vemos a organização de seu Valico, que chega mais cedo e já tem o ingresso de toda a família previamente adquirido. Vemos também a dinâmica de iluminação do espetáculo noturno na falta da luz elétrica, aqueles que tinha melhores condições levavam seus lampiões, que chiavam, tinham mau cheiro, mas facilitavam a vida das pessoas. Também as comidas ambientam o leitor ao cenário de um circo tal qual era antigamente:

Mais e mais tabuleiros, fogueirinhas acesas dos vendedores de quentão, café e chocolate. A preta escarrapachada num pedaço de cobertor esticado no chão, as três latas de querosene furadas, a servir de fogareiro: amendoim torrado, amendoim de açúcar, amendoim com cravo – broas, biscoitos, pé- de-moleque, velas, puxa-puxa, rebuçados, cartuchos de amendoim. (PALMÉRIO, 2006, p. 141).

Essas cenas de festas de padroeiras locais são ainda hoje muito comuns no interior do Brasil, repetindo a cena tão bem descrita de barraquinhas próximas à igreja, nas praças principais da cidade, leilões, gente cozinhando, crianças brincando, e uma cena já não tão comum nos dias de hoje, mas muito comum em tempos antigos: o evento que significava a chegada de um circo nas pequenas cidades do interior: a mobilização de todos, a alegria, a expectativa, o evento familiar. Notável também a ausência dos recursos tecnológicos que posteriormente viriam encher o tempo ocioso das famílias: o cinema, o rádio, depois a televisão e, logo mais, a internet, transformando completamente esses momentos e deixando a descrição de cenas como essa com ares de nostalgia.

A banda de música, essa não parava, instalada em local adequado, no palanque que cobria o corredor da entrada. Tocava de instrumentos virados para fora do circo, a lona lateral, ali naquele ponto, preparada para funcionar de bem imagina cortina. Até ao toque do segundo sinal, permaneceria assim a banda, cortina de lona aberta, à vista, e a divertir o povo que se ia aglomerando na frente do circo, para assistir à chegada das famílias, ver as moças descerem dos carros de praça, cuidadosas com a barra do vestido e os sapatinhos, por causa do terreno ainda não bem apisoado e livre de poeira. Mais logo, minutos antes do espetáculo, é que se fechava a lona lateral, e os músicos destroçavam de posição, virados para o picadeiro. Mesmo agora, entretanto, cedo ainda, seu Valico Ribeiro já sabia que a estréia ia ser enchente. Bastava uma vista-d'olhos pelo interior do circo, pelo sortimento de colchas e toalhas – panos em quantidades, bordados e de toda cor, que se estendiam sobre os degraus das arquibancadas, cada um deles colocado ali para reserva de lugar. (PALMÉRIO, 2006, p. 140).

O circo, em todas as suas cores, músicas, comidas, palhaçadas e animais se apresenta como uma linguagem de alegria e exagero, momento de fruição e catarse para o homem simples

do campo, quase sem nenhuma fonte de entretenimento à época, consegue no circo um breve espaço de extravasamento:

O circo pode ser pensado em tal perspectiva, pois, como a música sertaneja, fez e faz uso de linguagens da cultura de massa em resposta aos anseios de seu público. O circo mantém uma relação imbricada com seu público, que orienta suas escolhas estéticas. A singularidade do circo reside muito nessa postura de constante interação com elementos culturais do cotidiano popular. Se o cotidiano popular é povoado por elementos fabricados pela mídia, pela indústria cultural, o circo também o é. Se nesse mesmo cotidiano, a linguagem do excesso se faz presente, no circo ela encontra ressonância. Os excessos no cotidiano popular são presentificados no picadeiro. É de se pensar por que hoje, nos poucos circos-teatro que circulam pelo país, domina a comédia. O palhaço no circo marcado pelo realismo grotesco é excessivo, extravasa, ultrapassa as barreiras das subjugações dos corpos sociais. (AGUIAR, 2018, p. 128).

E esse espaço de alegria e cores, de barracas, comidas, paradas e o cenário do circo ambientam o leitor em um clima festivo, alegre e harmonioso que se desloca da história de assassinato e perseguição que acontecia até aqui. Encontramos um cenário que estabelece uma relação de contraste com o acontecimento que vem a seguir, o assassinato de seu Valico Ribeiro durante o espetáculo principal do circo, “Amor e sangue”.

“Amor e sangue” é justamente o nome da apresentação que acontece no circo enquanto os assassinos se deslocam pelo espaço da lona encontrando o melhor lugar para acertar os tiros em seu Valico. Primeiramente, enquanto as pessoas estão chegando no circo, os assassinos apenas observam e se olham, notam quando seu Valico chega com a família. Depois que seu Valico já está sentado:

Lá estava seu Valico – num instante Zito localizou o fazendeiro. Na quinta tábua, a contar de baixo para cima, a costura da lona lateral descendo bem atrás das costas do seu Gumercindo da Chácara. Por enquanto bastava observar aquilo – o Zito do Adão deu-se por satisfeito, e foi procurar lugar no lado oposto das arquibancadas. (PALMÉRIO, 2006, p. 142).

Zito do Adão, até aquele momento, se posiciona no lado oposto das arquibancadas apenas para observar. Pouco a pouco, as cadeiras e arquibancadas vão sendo ocupadas, as famílias vão chegando, posicionando-se, com suas roupas novas, tapetes, comidas, até que se dá o último sinal, e a banda de música do circo finalmente começa a tocar, já com o apresentador e os aplausos do público.

Quando a peça da noite, “Amor e Sangue”, começa a ser apresentada, Zito do Adão já conhece toda a história. No dia anterior tratou de conhecer algum ator da peça que contasse a ele toda a trama, para que, desse modo, ele conseguisse encaixar seus planos de assassinato na narrativa da história:

Dirigiu-se para a outra metade das torrinhas, à esquerda da banda de música, onde se encontravam seu Valico Ribeiro, a família e os parentes. Mas não subiu: caminhou, vagaroso, para a ponta do fim das arquibancadas, junto à entrada dos artistas. Dalí, mal-mal se avistava a cena e, por isso mesmo, local vazio sempre – Zito do Adão já havia reparado, desde que começara o espetáculo. Sentou-se então, bem na ponta da primeira tábua – pequenino, despercebido. O irmão, o Miliano, esse ficara lá por fora, e o cabo da polícia no portão da entrada do circo, que essa era mesmo sua obrigação”. (PALMÉRIO, 2006, p. 144).

O lado esquerdo simboliza, em nossa cultura, quase sempre, o torto, o avesso, o errado, o contrário de tudo que é esperado e correto. Zito do Adão é frio, calculista, trabalha com a frieza e o detalhismo de um artesão. Como todo especialista, conhece cada detalhe de sua empreitada e conhece sempre o próximo passo. Os verbos na história mostram toda a movimentação dele enquanto trama o assassinato:

Zito do Adão viu quando seu Valico Ribeiro chegou, acompanhado da mulher e dos meninos, de seu Gumercindo da Chácara e outras pessoas da família. (...). Zito do Adão esperou que desse o segundo sinal – demorado e repicado tal qual o primeiro – para entrar também. (...). Por enquanto bastava observar aquilo – o Zito do Adão deu-se por satisfeito, e foi procurar lugar no lado oposto das arquibancadas. (PALMÉRIO, 2006, p. 141-142).

Primeiro ele viu quando seu Valico chegou, depois esperou pelo segundo sinal do circo para poder entrar também, depois que seu Valico se sentou ele deu-se por satisfeito e foi para o lado oposto do circo, de modo que pudesse enxergar melhor toda a movimentação do fazendeiro e da família. Quando chegou o momento esperado da apresentação, Zito do Adão trocou de lugar, caminhando vagarosamente para a ponta das arquibancadas, próxima à entrada dos artistas, sentou-se, já sabia toda a encenação de cor, acompanhava as cenas com paciência e sem perder nenhuma parte. Quando chegou o momento esperado, Zito do Adão deslizou-se, enfiou-se em um vazio, passou por debaixo das arquibancadas, levantou a garrucha e atirou. Todo o percurso espacial de Zito do Adão aconteceu enquanto ele acompanhava a história, que já era conhecida por ele, de modo a se preparar para o momento de atirar, que ele sabia perfeitamente qual seria, no exato momento em que acontecessem tiros na própria história que se passava dentro do circo:

Os tiros, saídos de todos os cantos do picadeiro; a catanga de pólvora seca, a gritaria dos artistas. Zito do Adão levantou a garrucha – pretona, enorme, de dois canos – armou um cão, armou o outro, encostou a boca gêmea, filipe, da ferramenta às costas de seu Valico, bem à alturinha dos rins. E puxou, de uma vezada só, os dois gatilhos. Um morteiro, que clareou o porão das torrinhas, a fumaceira. Ao mesmo tempo o ruído conhecido do pano rasgado, da lona aberta a faca pelo Miliano – um talho de mais de braça alto a baixo, desbeijando a lona, facilitando a escapada para o irmão. Continuavam os tiros, o entrevero – o pandemônio da cena final do drama *Amor e Sangue*. (PALMÉRIO, 2006, p. 150).

Nesta passagem o narrador une então os contextos que pareciam divergentes, espaço e acontecimento, com o assassinato se unindo à cena da apresentação do circo e com o título desse drama que veio a ser pano de fundo do assassinato brutal, à queima-roupa, de seu Valico por defender José de Arimatéia que era como um filho para ele.

Nessa parte específica da história, em que uma história se passa dentro da outra, em que no momento em que a peça “Amor e sangue” é encenada no circo, assassinos matam um homem por vingança por proteger um amigo que foi como um filho, vemos a presença da *mise en abyme*, termo usado na literatura para refletir sobre ela mesma. De acordo com o E-Dicionário de Termos Literários, de Carlos Ceia:

A mise en abyme consiste num processo de reflexividade literária, de duplicação especular. Tal auto-representação pode ser total ou parcial, mas também pode ser clara ou simbólica, indirecta. Na sua modalidade mais simples, mantém-se a nível do enunciado: uma narrativa vê-se sinteticamente representada num determinado ponto do seu curso. No romance vemos uma história espelhar a outra. [...] *A mise en abyme* favorece, assim, um fenómeno de encaixe na sintaxe narrativa, ou seja, de inscrição de uma micro-narrativa noutra englobante, a qual, normalmente, arrasta consigo o confronto entre níveis narrativos. Em qualquer das suas modalidades, *a mise en abyme* denuncia uma dimensão reflexiva do discurso, uma consciência estética activa ponderando a ficção, em geral, ou um aspecto dela, em particular, e evidenciando-a através de uma redundância textual que reforça a coerência e, com ela, a previsibilidades ficcionais. (RITA, 2010).

Durante todo a construção da cena do circo e do assassinato de seu Valico, vemos essa construção acontecer, em que a história maior é duplicada e representada por uma história menor, que serve como cenário e para que a outra se desenrole, uma refletindo a outra: ambas com amor, traição, perseguição, assassinato e morte. A pequena história também faz uma prolepse¹, antecipa acontecimentos do romance.

Todo o capítulo do assassinato de seu Valico é antitético na medida em que joga com os extremos e os opostos no desenrolar da história. Ali vemos o sagrado, representado pela festa de Santa Bárbara, ao mesmo tempo o profano no assassinato, a diversão de uns no circo e no trabalho de outros nos bastidores da apresentação, a alegria e a morte, o riso e o choro, amor e sangue.

Notável também a simbologia do número três em toda a obra, pensando no contexto de traição de Do Carmo, que forma um triângulo amoroso, também os três principais lugares em

¹ De acordo com o e-dicionário, uma prolepse é uma ocorrência precoce ou prematura de algo, antecipação, previsão de algo ainda não conhecido ou acontecido, antevisão, antecipação (TRILHO, 2009).

que José de Arimatéia viveu: a fazenda de seu Valico, a fazenda Capão do Cedro e, finalmente, Santana do Boqueirão onde foi se esconder depois de se tornar um assassino. Também nesse trecho da história vemos três mandantes arquitetando o assassinato de seu Valico, Zito do Adão, Miliano e o cabo da polícia; e os três sinais para iniciar a apresentação do circo e o Beco das Três Cruzes, local de devoção e do fim da vida de José de Arimatéia. O número três têm simbologias em várias religiões e culturas e remete à ideia de completude e totalidade:

O três é um número fundamental universalmente. Exprime uma ordem intelectual e espiritual, em Deus, no cosmo e no homem. Sintetiza a trindade do ser vivo ou resulta da conjunção de 1 e de 2, produzido, neste caso, da União do céu e da Terra. [...] O três designa, ainda, os níveis da vida humana: material, racional, espiritual ou divino, assim como as três fases da evolução mística: purgativa, iluminativa e unitiva (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2012, p. 900-902).

Dentro da estrutura do romance essa simbologia do número três dialoga com os principais acontecimentos do romance e a constante antítese do sagrado e do profano presente em toda a narrativa, em destaque principalmente nos nomes de origem religiosa dos personagens e lugares. Homens estes capazes de cometer assassinatos frios e brutais enquanto seguram seus crucifixos, crendo em uma redenção ou salvação futura, tal qual fez o próprio José de Arimatéia ao matar seu Tonho Inácio. Embora José de Arimatéia fosse o elo mais fraco dessa corrente, o único não-coronel, mas o elo que liga todos eles e suas propriedades e histórias, se faz grande para ser capaz de vingar o assassinato de seu Valico, o único homem que o tratou como filho.

2.4 Um jagunço contra um coronel: José de Arimatéia vinga o assassinato de seu valico

Depois de cinco anos vivendo escondido em Santana do Boqueirão, graças à proteção de seu Americão Barbosa, José de Arimatéia pede permissão a ele para voltar à fazenda do Capão do Cedro para vingar a morte de seu Valico, que foi assassinado por ter dado proteção a José de Arimatéia quando de sua fuga após o flagrante da traição e o assassinato de seu Inacinho. Seu Americão, com experiência de coronel, autoriza, mas adverte: “Tem um trem me contando, seu Isé, que ‘ocê’ tá caminhando mas é pra morte... O dono da sua vida porém não sou eu: que vá, já que ‘ocês’ tão teimando tanto... Mas, não me botem a culpa depois!...” (PALMÉRIO, 2006, p. 280). José de Arimatéia não temeu o alerta porque a sede de vingança era maior, seguindo rigorosamente as regras impostas pelo patrão, viajando sempre à noite, parando nos locais indicados por ele, acompanhado por Nego da Castorina, designado para fazer com ele o caminho da vingança, por ser discreto e conhecedor de toda a região.

Mas a regra era aquela mesmo – o Nego da Castorina sabia, empregado antigo que sempre fora de seu Americão. Batido de cangalha para burro entender... Se um dia alguém viesse especular, querer saber para onde tinha ido o José de Arimatéia naquela viagem, a resposta já ficava guardada de prontidão: o arraial do Carmo da Chapada, a umas boas cinquenta léguas ali do retiro da Barra Limpa. (PALMÉRIO, 2006, p. 290).

A lealdade de Nego da Castorina a seu Americão já durava anos. Do mesmo modo foi também leal a José de Arimatéia, por mais arriscado que fosse seu plano. Este plano era se aproveitar da breve saída de seu Tonho Inácio da fazenda Capão do Cedro para pegá-lo desprevenido e longe de seus jagunços. Seu Tonho Inácio estava na cidade de Campanário, que oferecia a José de Arimatéia um espaço perfeito para a vingança, cidade pacata, iluminação ruim, neblina, cenário fácil para se esconder e agir:

Campanário, cidade movimentada e de muito nome, não tinha entretanto, nem de longe, a vida noturna de Santana do Boqueirão. As ruas esvaziavam-se cedo, e o povo dado à pagodeira recanteava-se em um ponto só: o Alto do Lobo, zona do mulhério, onde apenas um cabaré com jogo funcionava. Talvez que o motivo de tal paradeiro à noite fosse a luz elétrica: pouca e ruim, mesmo no Largo do Cruzeiro e trechos de rua que compunham o centro. O resto, então, pior ainda: luz somente nas casas – acabada e vasqueira lampadazinha em um ou outro poste. Deficiências do motor a óleo, antiquado e mal previsto, instalado certamente em quadra de finança curta ou de pequena fé no futuro da cidade. Podia ser, também, o clima: lugar mais altaneiro descampado que Santana do Boqueirão, mais castigado das cordas do vento que se despejavam dos cumes da serra. E atacado de neblina, além de tudo – o rio logo perto”. (PALMÉRIO, 2006, p. 339).

A descrição espacial da cidade de Campanário ambienta o leitor em um cenário de fácil execução de um crime, deslocar-se sem ser visto, fugir sem ser notado. Segundo Bachelard: “O espaço convida à ação, e antes da ação a imaginação trabalha. Ela ceifa e lavra.” (BACHELARD, 1989, p. 32). A descrição espacial nos ajuda a formar em nossa mente uma cena quase cinematográfica, típica dos filmes de suspense pouco antes de algum acontecimento macabro ou, no mínimo, assustador.

Depois de fazer todo o percurso espacial do território inimigo, conhecer cada canto, ruazinha, analisar a casa, a iluminação, os hábitos dos moradores, José de Arimatéia consegue friamente executar o crime, sua tão sonhada vingança contra seu Tonho Inácio:

José de Arimatéia tirou uma baforada só, funda, forte, que quase o fez tossir, e jogou fora o meio cigarro. Pôs novamente a mão esquerda no bolso do paletó, onde já havia guardado o revólver grosso, retaco, de cano serrado. Apertou contra o coração o escapulário pendurado no pescoço, e se persignou em seguida, completo, com a mão direita – na testa, na boca e no peito. Nem parou junto ao portãozinho de grade de ferro. Tampouco vacilou um segundo ao atravessá-lo, subir a escada de degraus de ladrilho lustroso de tão lavado. Vazio, o alpendre. José de Arimatéia chegou à porta aberta da sala da frente, e viu, num golpe só de vista, a sala cheia: o padre, encostado a uma janela, com a xícara nas mãos; seu Eduardo conversando alto, mais gente

sentada, outros de pé; a empregada gorda, mulata, de avental e bandeja. Na cadeira de balanço, o velho barbado, de roupa preta: estava meio curvado, na hora de beber o café, a xícara em umas das mãos, o pires em outra. – Cachorro! – ganiu José de Arimatéia, enquanto fazia fogo, o cotovelo apertado à cintura, os olhos acesos fitos nos olhos espantados de seu Tonho Inácio. E a meia-volta para trás, a descida atropelada pela escada de ladrilhos, o tranco que não pode evitar de dar no portãozinho de ferro, a corrida pelo meio da rua, rua das Flores abaixo. (PALMÉRIO, 2006, p. 348-349).

O portãozinho de ferro, único obstáculo que José de Arimatéia teve que atravessar para chegar até seu Tonho Inácio mostra como conseguiu pegá-lo realmente desprevenido, não havia jagunços, homens armados, grandes portões, apenas uma descontraída conversa familiar, com o padre, a cozinheira e os amigos, bebendo café. Notamos também nessa passagem do assassinato, o contraste, tantas vezes encontrado no romance, sagrado e profano, um assassinato frio e cruel, olhando nos olhos da vítima completamente indefesa e desprevenida, em frente a um padre, apertando o escapulário, pedindo proteção divina. Aqui notamos a coordenada espacial alto x baixo, em que o personagem, ao se sentir fraco, incapaz, busca no alto, na divindade, na espiritualidade, forças maiores que ele próprio para o sucesso de sua empreitada. Notável também a ironia da atitude do personagem quando pede proteção e ajuda divina para fazer mal a uma outra pessoa, por puro desejo de vingança. Mais uma vez nos chama a atenção a antítese do sagrado e do profano, presente em diversos momentos do romance.

CAPÍTULO 3 - PODER PÚBLICO

Todo o crescimento e fortalecimento das figuras do coronel e do jagunço mostrados nos capítulos anteriores só se tornou possível graças à omissão, muitas vezes oportuna, do poder público. Nas regiões brasileiras onde a lei, a polícia e o estado não estiveram presentes, os coronéis mandaram. Nessas regiões mais afastadas, ermas e até, inicialmente, desinteressantes, o povo fez suas próprias regras, os mais poderosos mandavam, os mais humildes se sujeitavam e a vida seguia. No Brasil, país de proporções continentais, o braço da lei muito custou para alcançar cada pedaço de terra, cada povoado, cada vilarejo, enquanto isso, o que reinou foi a lei do mais forte:

Um traço permanece recorrente nos cenários pelos quais circulam os valentões, a despeito das perspectivas de autores distantes no tempo: a ordem social é, pelo menos inicialmente, marcada pela anomia, as instâncias do poder público são inexistentes ou extremamente frágeis, de modo que a ação violenta serve à manutenção da lei ou ao estabelecimento de alguma espécie de ordenação de convívio (...). A ordem pública se funda na autoridade dos proprietários (ou de seus mandatários), define-se de acordo com interesses privados que presidem à “organização da violência”, resultando em mandonismo e jaguncismo. (CORPAS, 2006, p. 68).

O termo “organização da violência”, de Candido (1970 apud CORPAS, 2006), utilizado pela autora, retoma questão apontada no capítulo primeiro deste estudo sobre a função do jagunço, o de exercer papel violento, não por raiva, ódio ou vingança, mas, principalmente, no cumprimento de seu dever. Também, conforme apontado no capítulo segundo, é sabido que a relação coronel/poder público era de interdependência e troca de favores e interesses:

É claro, portanto, que os dois aspectos – o prestígio próprio dos “coronéis” e o prestígio de empréstimo que o poder público lhes outorga – são mutuamente dependentes e funcionam ao mesmo tempo como determinantes e determinados. Sem a liderança do “coronel” – firmada na estrutura agrária do país -, o governo não se sentiria obrigado a um tratamento de reciprocidade, e sem essa reciprocidade a liderança do “coronel” ficaria sensivelmente diminuída. Muitos chefes municipais, mesmo quando participam da representação política estadual ou federal, costumam ser tributários de outros, que já galgaram, pelas relações de parentesco ou amizade, pelos dotes pessoais, pelos conchavos ou pelo simples acaso das circunstâncias, a posição de chefes de grupos ou concorrentes, no caminho da liderança estadual ou federal. Mas em todos esses graus da escala política impera, como não podia deixar de ser, o sistema de reciprocidade, e todo o edifício vai assentar na base, que é o “coronel” fortalecido pelo entendimento que existe entre ele e a situação política dominante em seu Estado, através dos chefes intermediários. (LEAL, 1976, p. 43).

Nessa simbiose, o coronel é figura chave que interliga as relações povo/poder, ele é o intermediário, o mediador das relações, o responsável por reconhecer a demanda pública e satisfazê-la quando necessário e, por outro lado, por fazer valer a vontade dos poderosos que não querem se deslocar para regiões distantes, mas precisam de votos a cada nova eleição. Os

coronéis, além de muitas terras, dinheiro e poder, tinham, muitas vezes, poder de polícia, porque ganhavam autonomia de um poder público que não estava interessado em se posicionar e atuar em determinadas regiões, principalmente as mais isoladas. Essa “omissão”, então, era a chave do poder de ambos: do poder público, que entregava a voz aos coronéis, mas cobrava com voto e dos coronéis que, além de terem o poder vindo do dinheiro e do território, tinham também o da polícia e o dos políticos.

A “vista grossa” que os governos estaduais sempre fizeram sobre a administração municipal, deixando de empregar sua influência política para moralizá-la, fazia parte do sistema de compromisso de “coronelismo”. Estava incluída na carta branca que recebia os chefes locais, em troca do seu incondicional apoio aos candidatos do governo nas eleições estaduais e federais. Ainda assim, ocorre perguntar: por que os governos estaduais pagavam tão elevado preço pelo apoio dos chefes locais, deixando que o esbanjamento ou a corrupção devastassem a administração dos municípios? A resposta não parece difícil: os cofres e os serviços municipais eram instrumentos eficazes de formação da maioria desejada dos governos dos Estados nas eleições estaduais e federais. Além disso, não lhes caberia qualquer direta responsabilidade pelas malversações, que corriam por conta e risco dos próprios chefes locais. O preço caro, pago pelo Estado em troca de apoio eleitoral dos chefes locais, era, portanto, uma condição *objetiva* para que esse apoio correspondesse aos fins visados pelo governo estadual. (LEAL, 1976, p. 52).

Essa estrutura apontada por Leal foi terreno fértil para o clientelismo, relação povo/coronel em que ele usava de seu dinheiro e poder, mas também da máquina pública para atender à demanda da população como se ele fosse um benfeitor, tal como explica a citação abaixo, que se refere especificamente ao nordeste, mas sabemos se tratar de um fenômeno que foi muito além dessa região:

Outro aspecto no âmbito da ideia de invenção, que ajuda a sustentar o imaginário do coronel como representação típica do Nordeste é o seu caráter clientelista. O coronel atua nesse sentido como o benfeitor do povo, substituindo os políticos das capitais na prestação de serviços às populações sertanejas. Auxilia os mais carentes em troca de submissão, do compromisso de apoio político e estratégico, quando das lutas contra cangaceiros ou adversários. Essa vertente de sua atuação reforça o seu caráter “bondoso”, em oposição ao chefe temível que a todos impõe respeito e também admiração. (GALVÃO, 2018, p. 30).

O romance **Chapadão do Bugre** retrata tanto o período em que os coronéis reinavam absolutos com o aval do poder público quanto mostra o momento em que essa “vista grossa” do poder público deixa de ser oportuna e passa a ser um problema em Santana do Boqueirão: quando os coronéis são aliados dos inimigos, da oposição, ou no momento em que um aliado se torna inimigo, havendo uma quebra no acordo velado entre eles. No livro e no capítulo

segundo desta dissertação vimos as formas que o poder público agia quando essa omissão deixa de ser interessante, já que:

A política servia aos coronéis como forma de ampliar a rede de poderes que gravitava e, torno deles. A acumulação de terras lhes conferia relativa estabilidade econômica e prestígio social, e a política reforçava essa condição, pois através dela o coronel se elegia ou a um correligionário, garantindo a satisfação de seus interesses, acumulando mais riquezas e ratificando a sua influência na região. (GALVÃO, 2018, p. 99).

Muitas vezes, a omissão do poder público não acontecia por acaso, mas poderia vir do crescimento de algum chefe local que já não se interessava mais por ficar em um lugar limitado e acabava indo para os grandes centros em busca de mais poder e dinheiro:

Outras vezes, o chefe municipal, depois de haver construído, herdado ou consolidado a liderança, já se tornou um absenteísta. Só volta ao feudo político de tempos em tempos, para descansar, visitar pessoas da família ou, mais frequentemente, para fins partidários. A fortuna política já o terá levado para uma deputação estadual ou federal, uma pasta de secretário, uma posição administrativa de relevo, ou mesmo um emprego rendoso na capital do Estado ou da República. O êxito nos negócios ou na profissão também pode contribuir para afastá-lo, embora conservando a chefia política do município, os lugares-tenentes, que ficam no interior, fazem-se então verdadeiros chefes locais, tributários do chefe maior que se ausentou. O absenteísmo é, aliás, uma situação cheia de riscos: quando o chefe ausente se indis põe com o governo não são raras as defecções dos seus subordinados. Outras vezes, é ele próprio quem aconselha essa atitude, operando, pessoalmente, uma retirada tática. (LEAL, 1976, p. 22-23).

Essa omissão era interessante ao poder público pelo menos enquanto tudo estivesse correndo conforme combinado com seus coronéis, conforme os votos estivessem saindo como prometido, conforme as alianças estivessem devidamente formadas e mantidas. Acontece que o poder dos coronéis não era absoluto, e as rivalidades normalmente surgiam, assim como também surgiam as incapacidades de manipulação e intervenção por parte dos coronéis, tal como mostra o trecho a seguir:

A primeira observação de quem estuda o “coronelismo” é, natural e acertadamente, atribuí-lo à hegemonia social do dono de terras. Mas é preciso entender essa hegemonia apenas em relação aos dependentes da sua propriedade, que constituem o seu maço de *votos de cabresto*. Não é possível compreender essa hegemonia em relação a todo o município. Um município divide-se em distritos: o distrito da sede – urbano – escapa à influência do “coronel” que não seja ao mesmo tempo chefe político municipal; e cada um dos distritos rurais se compõe de diversas fazendas. Essa fragmentação da hegemonia social no interior tende a prosseguir nas zonas de lavoura decadente, ou pouco produtiva, pelo empobrecimento dos proprietários, e ainda por efeito do nosso regime sucessório. (LEAL, 1976, p. 53).

Desse modo, o poder quase ilimitado dos coronéis em suas regiões não seria possível apenas por sua posse de terras, neste caso eles dominariam apenas seus empregados dentro

dessas terras. A questão do poder dos coronéis vai muito além de espaço e território graças ao poder outorgado a eles por parte do poder público. Mas, essa cessão de poder acontecia à custa de fidelidade e votos. Logo, quando havia falha, incompetência, traição ou novas alianças do coronel local com algum inimigo essa simbiose era quebrada. Em muitas regiões do sertão a chegada efetiva do poder público significou a decadência e a perda da hegemonia dos coronéis:

Mas o coronel, operador dessa economia, é também um ser profundamente político que interage com o Estado, servindo-o e dele se servindo, perdendo lentamente no processo sua hegemonia. No esquema analítico do autor entram fatores econômicos, políticos e sociais, além dos tradicionais aspectos jurídicos e financeiros. Entra ainda grande sensibilidade para a dimensão histórica, que o faz caracterizar o fenômeno do coronelismo como sistema restrito a um momento específico da nossa vida política. (CARVALHO, 2012, p. 3).

No romance **Chapadão do Bugre** essa situação histórica é ilustrada no momento em que capitão Eucaristo chega a Santana do Boqueirão, mostrando todo seu poder e deixando revoltados os coronéis que sempre mandaram, mas que também cuidaram da cidade durante todos os anos de ausência da polícia. O trecho mostra a revolta do coronel Americão depois de anos, comandando a cidade:

Tantos anos de domínio em Santana do Boqueirão, a vida inteira naquela luta sem parada, desde menino a brigar ao lado do pai e dos tios, a fim de poder sustentar a posição da família e dos amigos! E, agora, a reviravolta: a ameaça do desprestígio, a perda do mando político da cidade – a derrocada. (PALMÉRIO, 2006, p. 177).

O coronel Americão Barbosa, dono da cidade, acostumado a oferecer aos juízes moradia gratuita, ovos, leite e demais suprimentos da fazenda, tinha sempre o poder público, quando presente, completamente a seu favor até a fatídica chegada do capitão Eucaristo. A princípio, a ideia era fazer com ele como fazia com os outros, tal qual sugeria seu Clodulfo:

- E aqui, coronel, aqui em Santana, enquanto o Tancredinho estiver fora, é preciso ir amaciando o capitão, passando a mão de leve, coçando o fio do lombo dele... Como o senhor não ignora, esse povo ganha pouco, não enjeita agrado... Mas tem que ser bolada grossa, e dada por parcela, para ele ir se acostumando com a renda certa, e ficar preso com a gente, até que ajudando a botar mais fogo na jogatina. Podia ser assim uma espécie de porcentagem... (PALMÉRIO, 2006, p. 184).

Mas, logo capitão Eucaristo se mostrou não apenas incorruptível como também muito mais forte, intransigente e arbitrário que todos os coronéis de Santana. Além de não aceitar favores, impõe ordens:

- Intimei os senhores – ele principiou a falar – para lhes avisar que, a partir de hoje, de agora, está terminantemente proibido o jogo nesta cidade. Nem bicho, nem jogo bancado de qualquer espécie. O carteadado pode continuar nos clubes e em recinto fechado, mas só com alvará assinado por mim. Enquanto eu não der a licença, fica tudo suspenso também. E hoje não tem mais expediente; somente na segunda-feira, depois do meio-dia, é que os interessados podem me procurar... (PALMÉRIO, 2006, p. 233).

O jogo era importante fonte de renda da cidade e, assim como as casas de prostituição, havia sobrevivido ao longo dos anos às custas da “vista grossa” de cada juiz que passava por lá, cada qual, para isso, recebia seu quinhão. E a transformação trazida por capitão Eucaristo causou espanto na população:

Que sábado! Primeiro a cena do Quincota a morrer de frio e tanto espirro, amarrado ao pé de magnólia do Largo das Mercês, no do umbigo para baixo e sentado no gelo até que a pedra se derretesse por completo. A detenção, quase que ao mesmo tempo, do seu Clodulfo Guarda-Livros; logo em seguida, o fechamento do jogo do bicho e das bancas de roleta, campista e bacará, dovíspara, a suspensão, até nova ordem, do carteadado nos clubes e recintos reservados... – tanta novidade assim em tão reduzido prazo! E isso, em cidade de jogo franco, como sempre fora Santana do Boqueirão, desacostumada de policiamentos, sem nunca ter conhecido de perto um delegado especial militar, jamais ter visto além dos três ou quatro soldados de guarda na cadeia! (PALMÉRIO, 2006, p. 242-243).

O trecho fala de uma cidade que vivia sob as “leis” dos coronéis, que muito se beneficiavam dessa ausência do poder público, como o próprio texto diz, uma cidade “desacostumada de policiamentos”, sem entender, até aquele momento, como poderia agir o poder público, caso lá estivesse para realmente fazer cumprir a lei. Até aquele momento, apenas haviam chegado lá representantes da lei corruptos e frouxos:

Aqueles idiotas de Santana do Boqueirão! Acostumados a lidar com autoridades frouxas e vendidas, engazopando-as com elogios e agradãos... O outro, o que se aposentara e abrira a vaga da comarca, o infeliz era uma lástima: comprado pela tutaméia do aluguel de casa e lugar de graça no colégio para a filharada. E o mantimento vindo do Sassafrás – ridicularias de arroz e feijão, banha, açúcar, preto e café - , bandazinha de carne de porco hoje, sua duziázinha de ovos, um queijo, um requeijãozinho amanhã... Contavam que o dr. Vasconcelos, o crápula do juiz, chegava a mandar avisar ao coronel Americão quando o estoque da despensa ia-se mingando... Por isso que durara tantos anos na comarca, e pudera comprar, com o dinheirinho ali ajuntado, a casinhola na capital, onde, hoje, apodrecia de velho e desmoralizado. (PALMÉRIO, 2006, p. 362).

O retrato da ausência do poder público nos municípios do sertão do Brasil se mostrava muito mais pela corrupção de seus representantes que por sua ausência propriamente dita. Não é que não havia juízes, policiais, mas eles simplesmente não faziam cumprir a lei ou vendiam sua obrigação de fazê-la ser cumprida por benefícios pessoais e outros. A mistura de interesses

pessoais e interesses do Estado e, principalmente, daquilo que é interesse do bem comum sempre foram (e serão?) nebulosas no Brasil. O trecho anteriormente citado mostra como ocorria, mas sabemos bem que até hoje a ausência desses limites acontece em todas as instâncias do poder. Ter muito sempre foi sinônimo de poder e influência, poder auxiliar e ajudar aqueles que precisam, oferecer benefícios a todos, desde os grandes e poderosos até os pequenos é sempre uma forma de exercer influência sobre os demais. Desse modo, os coronéis, que muito tinham, se tornavam quase os representantes do poder público em suas regiões, graças, claro, à notável ausência deste:

Todo o poderio atribuído aos coronéis, como já foi dito antes, tem relação também com a política de distanciamento mantida pelos governantes em relação às regiões cujo controle cabia a esses chefes locais. Assim, fortaleciam seu poder regional, atuando muitas vezes como “representantes” desses políticos, que não precisavam, desse modo, frequentar lugares distantes aos quais só se chegava por estradas precárias ou por longas horas de viagem de barco ou trem. Apesar de serem vistos como protetores ou benfeitores pelos seguidores e aliados locais, os coronéis construíram uma história repleta de episódios de violência, truculência e concentração fundiária, estabelecendo constantes conflitos contra inimigos, governos e até contra a justiça para defender seus interesses. Esses episódios causaram a expulsão, agressão e até morte de muitos que de alguma maneira se opunham à ordem estabelecida por esses chefes. (GALVÃO, 2018, p. 75).

A forma arbitrária de exercer o poder é característica tanto do poder público quanto do privado, os coronéis, qualquer um que estivesse “no comando”, agia de acordo com seus próprios interesses, muitas vezes de forma violenta e ameaçadora com a população.

Pode-se pensar, teoricamente, que milícias mercenárias (jagunços) e milícias oficiais (polícia) tinham no fundo o mesmo perfil, diferindo apenas quanto ao mandante: um estava a serviço de particulares e em geral “contra a lei”, o outro a serviço da autoridade e, portanto, “a favor da lei”. Isto, no caso de Passos, deve ser lido como *lavourismo* e *governismo*, respectivamente. (GRILO, 2009, p. 51).

No romance **Chapadão do Bugre**, vemos isso através da atuação dos coronéis Tonho Inácio e Americão, mas também do poder público através do juiz Dr. Damasceno e do capitão Eucaristo e dos políticos poderosos que sequer aparecem expressamente no romance, mas que de suas capitais coordenam a movimentação política local através de seus representantes. Cada um deles mandando matar, fazendo mudanças na estrutura social, construindo, destruindo e modificando o que fosse necessário para que seus desejos acontecessem. A população era apenas peça mínima no tabuleiro de xadrez:

Chegava, na hora exata, nem cedo nem tarde, o telegrama do secretário. Nem cedo, porque ficaria ausente da cidade, enquanto o capitão praticava as suas barbaridades,

sem participação nenhuma dele, o juiz, em tais violências... Nem tarde, porque ainda haveria tempo de impedir qualquer afrouxamento do governo, pelo menos enquanto não liquidassem com o José de Arimatéia... Lá pela capital, o Tancredinho certamente que se mexera, acabando por assinar alguma declaração de rompimento com o dr. Ataulfo Machado e de adesão ao malandro do Azevedão... Os jornais publicariam... Concordaria, sem mais dúvidas, o coronel Américo Barbosa, em entregar à Captura os bandidos mais em evidência, esparramando com o restante... Em troca, bambeariam as correias: o presidente mandaria que ele, o juiz de direito, sustasse a pressão do fórum, pusesse uma pedra em cima dos processos... Sim, chegaria a tempo, porém, de evitar um perdão completo do dr, Figueiredo: todos podiam escapar, menos o José de Arimatéia. (PALMÉRIO, 2006, p. 372).

Nesse jogo de cartas marcadas, salvam-se sempre os mais poderosos e seus aliados, padecem os rivais, inimigos e, inevitavelmente, os mais fracos. José de Arimatéia, nesse contexto, ilustra figura do pobre diabo que vai sendo arrastado, em certa medida, pelas circunstâncias e, muito mais, pelas vontades dos poderosos que vão definindo seu destino a cada novo lugar em que ele se instala. Muitos Josés de Arimatéia anônimos existiram e construíram a história do Brasil sertanejo.

José de Arimatéia comprou brigas maiores do que poderia suportar ou até imaginar, a que não poderia suportar comprou quando assassinou o filho do coronel, infinitamente mais rico e poderoso que ele. A que não poderia imaginar entrou sem querer quando o juiz Dr. Damasceno calhou de se apaixonar justamente por Maria do Carmo, o pivô de todas as desgraças da vida de José de Arimatéia e jurada de morte por ele. O juiz já planejava sua vida feliz ao lado de Do Carmo, acobertados por siá Gorgota, sua mãe. O juiz havia deixado sua esposa legítima em outra cidade, mas vivia feliz e às escondidas em Santana do Boqueirão com sua amante:

De volta a Campanário, conversou com as duas. Fácil o arranjo – ele propusera. Siá Gorgota apareceria como empregada antiga, de toda confiança; ficariam, ela e a filha, morando com ele, cuidando da casa – da roupa, da comida... Foi, então, que elas lhe contaram ser em Santana do Boqueirão que vivia José de Arimatéia. Antes, Maria do Carmo já lhe havia explicado como se perdera – a história acontecida em Capão do Cedro, o sucedido com o filho do fazendeiro, o noivado com o dentista, a combinação da mãe com seu Tonho Inácio para evitarem as complicações, o crime... Tanto Maria do Carmo como siá Gorgota – a velha estava a par de tudo o que se dava entre ele a filha, era ela quem passara a trazer a moça, vigiando a casa e esperando pelos dois o tempo que quisessem... – sim, ambas tinham razão: impossível mudarem-se com ele para Santana, pelo menos enquanto vivesse por lá o antigo noivo, já então virado em bandido, e dos mais terríveis. (PALMÉRIO, 2006, p. 366).

O empecilho para esse sonho se concretizar era então, apenas José de Arimatéia, vivendo exatamente em Santana do Boqueirão. Portanto, era necessário, para que tudo desse certo, que, com essa ofensiva do poder público no município, José de Arimatéia não escapasse de forma nenhuma:

Mais algumas horas, e tudo se acabava. Das mãos do capitão Eucaristo é que José de Arimatéia jamais escaparia: já lá estavam, no Chapadão do Bugre, os cavalarianos da Captura, levados pelo pústula do Clodulfo. O capitão soubera escolher o judas: o guarda-livros traíra logo por atacado: do coronel Américo Barbosa – seu patrão e protetor – ao último do bando, aquadrilha inteirinha que o pulha, ele mesmo, havia organizado... O dr. Damasceno encheu de novo o copo e bebeu outra golada boa. Pouco depois, era ele próprio, a cama, o quarto – tudo rodava. Teve, porém, de erguer-se, apoiado ao travesseiro, para respirar melhor e livrar-se da ânsia que o atacava sempre que bebia assim deitado. Nessa nova posição, logo-logo o mal estar passou. Livre, livre Santana do Boqueirão do coronel Américo Barbosa e sua jagunçada, livre de José de Arimatéia! – como que declamava, a meia-voz, os braços estendidos, as mãos veementes. Livre a cidade, livre o caminho para que, finalmente, ela pudesse vir! Sim, morto José de Arimatéia, nada mais impediria que Maria do Carmo viesse para junto dele! (PALMÉRIO, 2006, p. 363).

Enquanto Santana do Boqueirão era tomada pelo poder do capitão Eucaristo e suas barbaridades, José de Arimatéia parte em busca de seu Tonho Inácio para concretizar seu plano de vingança por causa do assassinato de seu Valico. Como vimos no capítulo segundo, ele foi bem sucedido, matando seu Tonho Inácio dentro de sua própria casa. A notícia se espalhou tão rápido quanto possível, e capitão Eucaristo foi comunicado do acontecido através de um telegrama com o seguinte teor:

ACABAMOS RECEBER COMUNICADO BARBARO CRIME OCORRIDO CIDADE CAMPANARIO VG SENDO VITIMADO CORONEL ANTONIO JOSEH INACIO VG FORTE FAZENDEIRO CAPITALISTA AQUELE MUNICIPIO VG CHEFE NUMEROSA PRESTIGIOSA FAMILIA LOCAL PT ASSASSINO IDENTIFICADO COMO CONHECIDO FACINORA JOSEH ARIMATEIA QUE TOMOU DIRECAO CHHAPADAO BUGRE VGG TUDO INDICANDO OBJETIVO ALCANCAR SANTANA DO BOQUEIRAO ONDE SE HOMIZIA HABITUALMENTE PT GOVERNO ESTADO DETERMINA PROVIDENCIAS ENERGIICAS VOSSA SENHORIA PT SDS PT CORONEL CORIFEU AZEVEDO CHEFE POLICIA. (PALMÉRIO, 2006, p. 377, grifo do autor).

Capitão Eucaristo, que já havia chegado em Santana do Boqueirão com muita vontade de derrotar jagunços e coronéis, recebeu a notícia com surpresa e ódio. José de Arimatéia agora ia para o topo da lista negra do capitão, em que nela não constava apenas jagunços, mas também muitos coronéis. Esse cenário mostra claramente a instabilidade que se instalava na cidade e uma inversão nos poderes. Antes, o poder público servia aos coronéis, agora os coronéis precisavam se submeter a ele.

Sim. A coisa finalmente terminava. Lá estava, encurralado em seu palacete, o coronelão analfabeto e presunçoso, o tiranete do lugar. Justamente com ele, os outros gaudões de Santana: a cavalgada do coronel Calixtrato a exibir o estúpido bengalão encaroçado e a perna da ceroula amarrada junto ao botinão de elástico; o vigarista do Valério Garcia, metido a rábula, arvorado em conselheiro da comarca, compadre e íntimo de tudo o que era vendido de juiz que aparecia por ali...Não. Nunca vira gente

tão acovardada – se lembrava o dr. Damasceno da visita de véspera – tão humilhados e lamuriosos, que até davam nojo... (PALMÉRIO, 2006, p. 372).

A visita de véspera era a temida chegada do capitão Eucaristo, que submeteu todos a seus desmandos, abalou as estruturas sociais e de poder de Santana do Boqueirão e derrubou a hegemonia dos coronéis. E, muito embora na atualidade muito tenha mudado desde o tempo desse sertão tão distante e isolado, com a evolução dos meios de transporte e de comunicação, nenhum lugar continuou sendo tão isolado e inacessível. Com isso o poder público foi aos poucos tomando posse de todo o território brasileiro, mas a herança cultural desses tempos de coronéis e jagunços ainda perdura, principalmente nas regiões interioranas do país. Naquele tempo, de comunicação e transporte lentos, de telegramas e carroças, embora fosse uma evolução para a época, as informações simplesmente não acompanhavam os acontecimentos a contento:

Aquilo de permanecer funcionando, dia e noite, a fim de acompanhar o movimento dos trens pelas estações da linha, é que proporcionava ao telégrafo da estrada de ferro tal rapidez de serviço. Por isso que, não apenas o público, mas o próprio governo do estado preferia usar a estrada para seus despachos mais urgentes. Conforme as ordens dadas pelo delegado especial militar, cópia do que a estação recebia de importante, ou dirigido às pessoas relacionadas por ele, lhe era mandada incontinenti, fosse a hora que fosse. (PALMÉRIO, 2006, p. 354).

O que naquele tempo atendia às urgências é inimaginável diante dos segundos que precisamos hoje. A comunicação e o transporte evoluíram muito, transformaram nossa forma de dialogar, transmitir informações e de nos locomover. Mas, muita coisa não mudou tanto assim, ainda carregamos muitos resquícios dessa cultura. Hoje, os “coronéis” no interior ainda são os grandes proprietários de terra, não mandam em suas regiões como naqueles tempos, mas ainda exercem seu poder de diversas formas, fazendo uso de seu dinheiro e poder de empregabilidade para conseguir o que desejam dos mais pobres. A relação com o poder público também mudou, já que hoje em dia precisa ser mais amistosa e subserviente, mas ainda bastante próxima:

A rarefação do poder público em nosso país contribui muito para preservar a ascendência dos “coronéis”, já que, por esse motivo, estão em condições de exercer, extraoficialmente, grande número de funções do Estado em relação aos seus dependentes. Mas, essa ausência do poder público, que tem como consequência necessária a efetiva atuação do poder privado está agora muito reduzida com os novos meios de transporte e comunicação, que vão se generalizando. A polícia de hoje, salvo em raros Estados, poderá comparecer ao local de perturbação e atuar com relativa eficácia num período de tempo, que cada vez se torna mais curto. (...) Sabe, por isso, o “coronel” que a sua impertinência só lhe traria desvantagens: quando, ao contrário, são boas as relações entre o seu poder privado e o poder instituído, pode o “coronel”

desempenhar, indisputadamente, uma larga parcela de autoridade pública. E assim nos aparece este aspecto importantíssimo do “coronelismo”, que é o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os “coronéis”, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros: de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça. (LEAL, 1976, p. 42).

Nos dias de hoje, no Brasil, com um judiciário mais forte e uma polícia mais organizada e eficaz, os coronéis parecem ter ficado apenas na história do Brasil, mas a população que vive em zonas rurais e interioranas sabe que os costumes e o poder dos donos de terra sobre a população em geral ainda é bastante grande. Bastante grande também o interesse e a amizade e/ou rivalidade do poder público com esses coronéis, que ainda hoje são os grandes influenciadores do voto da população de baixa renda que precisa garantir seu emprego e ganho. Hoje o voto de cabresto tomou novas formas, tem outra cara, mas ainda guarda as tradições e semelhanças da Velha República. Sabemos também que os jagunços também ainda hoje existem, não só como “matadores de aluguel”, mas para prestar toda sorte de serviços ilegais para os poderosos que não querem se expor. Se hoje em dia o poder público ainda consegue agir de forma arbitrária e corrupta, interessante usar a literatura para entender, em partes, como acontecia naquela época.

Os caminhos da literatura e da história costumam se cruzar, e toda obra que tenha como ênfase o tratamento de um tema social aproxima-se ainda mais desse entrecruzamento, fruto das tensões entre os percursos da ficção e o registro da realidade. Toda obra de ficção, mesmo que explorando de forma ampla a imaginação e a capacidade criativa do seu autor, sempre que traz em suas linhas alguma referência a acontecimentos políticos e sociais, esbarra no discurso histórico, nas suas inclinações e referências. E, ao pensar na relação entre ficção e relato historiográfico, é necessário incluir o registro biográfico do autor, que constitui também a história. (GALVÃO, 2018, p. 53).

Conforme retratado no capítulo segundo, *Coronelismo*, Mário Palmério se inspirou em uma chacina real para criar o romance **Chapadão do Bugre**, guardando semelhanças e diferenças da versão histórica, mas criando um diálogo incessante entre história e literatura:

Literatura e história não se opõem como discursos antagônicos, conforme o senso comum pode acreditar. Pelo contrário, muitas vezes se utilizam dos mesmos mecanismos para construir seus discursos, utilizam estratégias similares de convencimento para sustentar suas narrativas e atribuir-lhes coerência ou pelo menos verossimilhança. A linguagem, enquanto elemento essencial a ambas contribui para aproximá-las ainda mais em seu formato e estrutura. (GALVÃO, 2018, p. 55).

Tal como escreveu Galvão (2018) sobre o romance **Os Cabras do Coronel**, de Wilson Lins (1964), compartilhamos do mesmo entendimento com relação ao **Chapadão do Bugre**:

Como foi dito anteriormente, por ser uma obra que aborda um contexto político e social de tanta relevância como o do coronelismo, não prescinde de recorrer a registros que de certa forma ajudam a sustentar o enredo e conferir-lhe maior legitimidade. A coincidência entre datas, fatos e personagens da obra ficcional com acontecimentos reais só reforça a tese de que, ao tratar de fenômenos sociais ainda tão vivos na conjuntura social, a ficção buscará referências também no registro historiográfico. (GALVÃO, 2018, p. 63).

Conforme visto no capítulo segundo, Mário Palmério buscou inspiração em uma chacina de coronéis que realmente aconteceu na cidade de Passos, Minas Gerais, mas, obviamente, se valeu muito mais de sua imaginação e de sua vasta experiência e vivência no sertão do Brasil para criar o protagonista, o Chapadão do Bugre e toda história que gira em torno deles. A chacina retratada no romance, que foi chamada de chacina de 14 de maio se deu a partir de uma reunião de coronéis, convocados por capitão Eucaristo para comparecer ao fórum, os moradores de Santana já em polvorosa com a notícia, ocupando todos os espaços públicos para melhor visualizar o acontecimento, mas ainda acreditando que o poder público desejava capturar apenas os mais fracos, os jagunços e incrédulos sobre quem ganharia essa disputa:

A notícia da reunião corra pela cidade, e começava a juntar mais gente na praça, nas portas das casas de comércio, nas janelas. Próximos ao fórum, na calçada, a porção de cavalariões do Destacamento de Capturas, armados e municiados fartamente – se via pelas cartucheiras estufadas, pendentes dos cinturões. Demonstração de força – era o comentário geral. Maneira d’o capitão Eucaristo obrigar o coronel Americão a ceder a tudo, sujeitar-se por completo às imposições entregar à Captura os jagunços que faltavam. (...) Não demoraria a ordem para que a Captura se retirasse de Santana do Boqueirão. E o capitão Eucaristo aproveitava o pouco tempo que lhe restava: iria embora, iria, mas depois de dobrar a arrogância do coronel Americão, deixar o chefe de Santana humilhado, desmoralizado por completo... Cederia o coronel? Afinaria frente ao aparato da Captura e as ameaças do capitão? – perguntavam, a si mesmos e uns aos outros, os santanhenses reunidos no Largo das Mercês, parados de curiosidade e expectativa. (PALMÉRIO, 2006, p. 385-386).

Os santanhenses curiosos e incrédulos observaram a chegada dos coronéis ao fórum com atenção, sem imaginar o susto que teriam em poucos minutos:

Não eram ainda as oito horas quando apontaram na esquina do alto da praça – certamente que vindos da casa do coronel Américo Barbosa, concentrados ali, primeiramente – os chefes do diretório convocados pelo capitão Eucaristo Rosa. Quase todos, ausente do grupo apenas seu Valério Garcia, o delegado municipal. Na frente, os principais: o coronel Americão e o coronel Calixtrato, este de bengala e

chapéu-panamá, emproadão e pedante como sempre. Atrás, os outros três: o major Hipólito, seu Josué Malaquias e o coronel Ludgero Alves. Desciam o largo pela calçada da Força e Luz, atravessaram-no junto ao ponto dos carros de praça, passaram pelos soldados espalhados nas imediações do fórum. Entraram no sobrado como se em um daqueles dias de eleição, na hora de encerrá-la, lavrarem atas e combinarem o foguetório, a passeata... – alguém se lembrou. Sim, apenas os chefes do diretório do coronel Américo Barbosa podiam, nessas ocasiões, entrar no edifício guardado pelos jagunços de carabina: a oposição que esperasse do lado de fora, se estrebuchando de raiva, ciente já do resultado... (PALMÉRIO, 2006, p. 386).

O cenário da chacina já estava montado. Dentro de poucos minutos, os barulhos de tiros e o desespero tomariam a cidade. Outro aspecto importante desse trecho tem a ver com a apuração tendenciosa das eleições nas pequenas cidades, a oposição era impedida de participar e aguardava pelo resultado do lado de fora, já ciente de qual seria.

Tão logo os coronéis chegaram ao local, foram tomando seus lugares e aguardando a chegada dos que faltavam:

Os cinco assentaram-se em torno da mesinha onde o juiz de direito costumava presidir às audiências e ouvir as testemunhas. O sargento apressou-se em vir avisar o capitão da chegada do coronel e companheiros. O delegado especial militar estava no gabinete reservado, do doutor juiz de direito – o sargento Hermenegildo explicara, antes de deixar o salão. Demorou-se, porém, muito pouco, voltando com a ordem do capitão Eucaristo: - O capitão comandante quer falar primeiro com o coronel Américo Barbosa... Em particular... Vazio o corredor, apenas mais outra sentinela – um praçazinho miúdo, preto tal qual o sargento Hermenegildo -, essa colocada junto à porta fechada do gabinete do juiz – o coronel Américo Barbosa observou, enquanto caminhava seguido da ordenança. O soldadinho entreabriu a porta, esperou que o coronel entrasse, espremido, por ela, e fechou-a novamente. O sargento voltou ao salão de júri. Correram alguns minutos. A sentinela foi então quem veio chamar: - É para ir também o coronel Calixtrato. (PALMÉRIO, 2006, p. 387).

Coronéis poderosos sendo chamados como estudantes de escola causou um desconforto generalizado em todos, mas levaram um tempo para perceber que a situação era bem mais complicada:

Foi quando o coronel Ludgero Alves viu então: debaixo da porta, infiltrando-se pela fresta rente ao assoalho, a coisa começava a escorrer sobre as tábuas – larga e grossa, e vermelha bicazinha...Sangue! – o velho, de instantâneo, tudo percebeu: o Americão! O Calixtrato!... num arranco inesperado para trás, conseguiu esgueirar-se por entre o sargento e a sentinela, e tropegar rumo à escadaria: - ‘tão matando a gente! ‘tão matando! – o coronel Ludgero disparou a gritar que nem um alucinado. Mas, não conseguiu alcançar nem o fim do primeiro lance de escada, lente de pernas, idoso demais para vencer os degraus estreitos e quase a pique. Alcançado pela linda pontaria do sargento Hermenegildo, caiu por ali mesmo, picado pela rajada seca dos terríveis tiros curtos, de aço, de pistola máuser. (PALMÉRIO, 2006, p. 388).

Os gritos do coronel Ludgero chamaram a atenção da população que já esperava curiosa pelo desfecho da reunião:

Logo ao primeiro grito do coronel Ludgero Alves, muitas portas, até então fechadas, se escancararam, ali dentro do casarão do fórum. Do gabinete reservado, onde haviam sido massacrados, os coronéis Americão e Calixtrato, saíram três cavalarianos, mascarados de sangue, machadinha em punho – um deles o cabo Salvador, o que, trepado na cadeira colocada atrás da porta fora incumbido de golpear, em primeiro e na cabeça, à medida que entravam os condenados ao abate, conduzidos um por um pelo sargento Hermenegildo. O capitão Eucaristo Rosa, esse rompeu, carabina engatilhada, do banheiro pegado ao quarto de dormir do juiz de direito, na outra ponta do corredor. Da saleta dos advogados, vizinha ao salão do júri, do cômodo ao lado da escadaria – depósito da papelada velha dos cartórios – das sentinas do andar de baixo, do café do seu Juca Meirinho... – de todos os cantos e desvãos saltaram os volantes da Captura, açulados mais ainda pelos tiros da pistola do ordenança. (PALMÉRIO, 2006, p. 388-389).

A movimentação pelos espaços do fórum revela o desespero de ambas as partes, uma que se surpreende com o desenrolar do que parecia uma simples reunião, e outra que percebe seu plano sendo descoberto antes de ser concluído. Esse trecho mostra também a ocupação da coisa pública como se privada fosse, juiz com sua casa instalada dentro do fórum, e até reunião e assassinato dentro do espaço público. O único coronel que se salvou foi seu Valério Garcia porque se atrasou:

Seu Valério Garcia tudo presenciou, parado no meio do largo, estupidificado, como que estuporado da cabeça aos pés. Somente se mexeu para cair, derrubado por um balanço vindo dos altos do fórum – um coice de burro, de veloz, certo e rijo – que o atingiu na boca do estômago, quase que no centro exato da cintura. Ocupar toda a praça fronteira ao fórum, guarnecer os cantos do jardim, as esquinas do largo, evacuar completamente as imediações do fórum, isso foi obra de instantes para o treinado e ágil Segundo Destacamento do capitão Eucaristo Rosa. Quando o oficial desceu o degrau de entrada do sobrado, acompanhado do sargento Hermenegildo, muitos santanhenses lograram vê-lo, uns através de frestas de janelas, outros por debaixo das mesas ou amoitados atrás do balcão da Confeitaria do Cucute. E ouvi-lo berrar para alguns volantes da Captura que se abeiravam dos corpos estendidos no paralelepípedo e lajes da calçada: - Se afastem! Entrem em forma! Os parentes que tomem conta! Muitos e muitos anos depois, e seu Valério Garcia ainda contava, para quem quisesse ouvir, como escapara à chacina de catorze de maio, em Santana do Boqueirão: - Foi seu Genésio, atacadista de pinga e rapadura, que me seguiu em casa, desde manhã cedo, fecha-não-fecha a compra da safra do Pinhé daquele ano. Se aproveitava, o velhaco, da minha pressa, mo' de a reunião... Me atrasou, acabou levando um vantajão no negócio, mas me salvou a vida, o seu Genésio... E também mostrava, para quem quisesse ver, o relógio de algibeira – um patacão de ouro, pateque, redondão e grosso – com a bala de carabina, de chumbo, encravada bem no centro: - Parece até milagre, mas o soldado chegou a me enfiar o pé por debaixo do pescoço... Eu ‘tava de bruço’, e ele ia começando a me desviar, no chão, a ponta de bota... Na horinha em que o capitão Eucaristo gritou aquela abençoada ordem! (PALMÉRIO, 2006, p. 389-390).

A sorte do coronel Valério Garcia se tornou lendária entre os santanhenses. Fora isso, romance não revela as consequências da chacina para a cidade fictícia de Santana do Boqueirão,

a sequência do romance já é o último quadro: **Cavaleiro e Montada**, 3º quadro, em que ocorre a perseguição e o assassinato de José de Arimatéia. Mas, no estudo histórico de Grilo (2009) sabemos a população da cidade de Passos, em que a chacina histórica aconteceu, ficou por muito vivendo assustadas, com portas das casas e comércios fechados e a rivalidade entre as famílias das gerações dos coronéis assassinados perdura, mas de forma diferente, até os dias de hoje:

A sociedade que vivenciou o episódio do Fórum é a que absorveu o impacto real na formação de emoções, de temor, de ódio ou celebração, de derrota ou de vitória. Impacto que repercutiu em toda a extensão da malha social, em cujos laços mais próximos ou distantes se prendiam as razões de tudo aquilo, embora nem sempre fossem visíveis ou conscientes. Isso só ela viveu *no seu presente*. Depois, tudo se tornou história à medida que foi reproduzido para e pelas gerações vindouras. Mas, a emoção não era a mesma, nem o temor e o ódio, nem os laços da tessitura social. O que era celebração de derrota ou de vitória foi se convertendo em casos, ilustrados de filigranas épicas, nas conversas das praças, dos serões, da pedagogia familiar, e nas limitadas possibilidades da imprensa da época. (GRILO, 2009, p. 35).

A apuração da chacina, conforme Grilo (2009) documentou, foi tremendamente tendenciosa de modo que a polícia não recebesse nenhuma punição pelo assassinato dos coronéis, muito embora esse momento de tensão e conflito tenha sido extremamente oportuno para punir jagunços e para que fossem usados como bodes expiatórios para os crimes na cidade de Passos:

No final, como dissemos, nenhum dos grandes líderes foi realmente punido, para contrabalançar a não punição dos milicianos. O mesmo não aconteceu em relação a outros criminosos, entre os quais estariam os alguns camaradas que certamente exerceram “funções de capanga” em outras situações. Estes foram presos, julgados e condenados. Embora as evidências são de que eram muito poucos, o fato é comum: a corda espreme sempre o pescoço dos fracos; ou dos pobres, o que dá na mesma. (GRILO, 2009, p. 78).

Embora o romance se refira a um caso extremo de matança, injustiça e arbitrariedade, sabemos que ele ilustra muito a realidade do sertão brasileiro daquela época e um pouco ainda dos dias de hoje. Não se pode dizer que essa realidade política está completamente descolada da que vivemos hoje, muito mudou, mas muito ainda do que vivemos hoje repousa nas tradições e costumes de outrora. Tal como vimos, o poder público oportunamente ausente, o coronelismo, o jaguncismo, o voto de cabresto são figuras e marcos importantes da nossa construção social e política e foram retratados de forma ficcional diversas vezes na literatura não apenas de Guimarães Rosa, Mário Palmério, mas também de tantos outros.

Enquanto a literatura se baseia na ficção, na capacidade de criação dos seus representantes e também na possibilidade de associação entre mundo imaginários e elemento reais, à história se atribui comumente o registro fiel dos fatos. O que se deve observar, outrossim, é que a imaginação também é um atributo do historiador, pois em contato com os fatos, registros, documentos, deve ele adaptar todas essas referências a uma linguagem que dê conta de transmitir esses conhecimentos. E ao organizar acontecimentos numa sequência inteligível e coerente, o historiador cria, também, uma estrutura narrativa, com enredo definido e carente de sentido. (GALVÃO, 2018, p. 54).

Deste modo, história e literatura, tal como endossa este trabalho, não precisam ser antagonistas, antes disso, juntas, contam a história, reproduzem culturas e costumes e ajudam a sedimentar a memória e a identidade de um povo.

CONCLUSÃO

Entender o romance **Chapadão do Bugre** a partir da perspectiva do espaço foi fundamental por dois motivos principais: o primeiro diz respeito ao destaque que o próprio autor dá ao espaço quando escolheu o nome de um lugar como título do livro. O Chapadão do Bugre é o macroespaço pelo qual se desloca o personagem principal, José de Arimatéia, ao longo do romance. Dentro deste macroespaço estão os microespaços: Cural de Esteio, Capão do Cedro, Santana do Boqueirão, os locais de passagem, as casas das pessoas, as fazendas e outros nos quais o personagem chega, sai, vive, sofre, sonha. O espaço/título do livro se refere a um lugar duro como seus personagens, imenso, interminável, de difícil deslocamento, inóspito, solitário, tal qual José de Arimatéia no lombo de sua mula.

O segundo aspecto importante com relação ao espaço foi justamente a questão do território sendo o grande responsável pela formação dos papéis sociais do coronel e do jagunço, os coronéis são sempre os donos de terra e os jagunços sempre aqueles que não as possuem. Todo coronel ou se fez dono de terra através da ocupação de algum local ou porque é filho de dono de terra e logo assumirá seu posto. O jagunço, por sua vez, não teve a mesma coragem ou a mesma sorte, logo, precisa, para sobreviver, se sujeitar a viver no espaço e sob as regras de algum coronel. Logo, ficaram claras as relações de espaço, território e poder.

A Topoanálise viabilizou o entendimento do romance a partir de seu espaço e os espaços em **Chapadão do Bugre** têm forte relação de identidade com o personagem principal, José de Arimatéia. Quando vive em Cural de Esteio, ainda no início de sua vida, um lugar pacato, propriedade de um coronel humano e bondoso, José de Arimatéia também é um homem tranquilo, sem grandes ambições, nem amores, traições ou desejo de vingança. É “empurrado” para fora de lá pelo mesmo coronel que o acolheu, seu Valico, que incentivou que ele estudasse para ser dentista prático e fosse buscar melhores condições de vida e trabalho em uma região mais próspera, Capão do Cedro. Quando chega em Capão do Cedro, lugar mais desenvolvido, José de Arimatéia já é também mais maduro, homem feito, em busca de se estabelecer na profissão, passa a se preparar para também evoluir na vida pessoal através do casamento com do Carmo, até que a traição rompe com os planos. Quando José de Arimatéia perambula pelos espaços ermos e desérticos do chapadão, em várias regiões que chamamos de “locais de passagem”, ele é um homem solitário com sua mula, ambos, espaço e personagem, são secos, duros, isolados. Já em Santana do Boqueirão, último local em que ele se estabelece, mais maduro, neste momento também um assassino, vingativo e com sede de ainda mais vingança,

está em um local de grande criminalidade, um jagunço em terra de jagunços, um criminoso procurado escondido em um local conhecido por sua criminalidade.

Ainda com relação aos espaços do romance, foi possível notar uma diferença clara entre os espaços externos e internos. Os espaços externos, tais como as estradas, fazendas, paisagens, currais aparecem sempre como mais “masculinos”, duros, inóspitos e firmes sem grandes belezas e enfeites. Por outro lado, os espaços internos, tais como as casas dos coronéis, da siá Gorgota ou de João da Preta bastante mais “femininos”, cuidados pelas mulheres, mais delicados, cheirosos, enfeitados, aconchegantes e limpos, com painéis arreadas, retratos de família, forros bordados sobre as mesas. Essa diferença revela muito dos costumes da época: o local das mulheres viverem e trabalharem e viverem suas vidas eram os locais internos, principalmente suas próprias casas e o local dos homens era o próprio mundo com todas as suas durezas e dificuldades.

Também é clara a diferença entre as casas dos coronéis, que eram ricos e a casa dos pobres. Enquanto na casa dos coronéis há luxo nos cômodos, varandas e portais, poltronas, móveis, fotografias de família, nos bordados, nas casas dos mais pobres o que admira é o asseio, a organização e o cuidado, mesmo que sem o luxo.

Também é notável o espaço do circo no livro, que tem uma relação direta com a questão do tempo, já que o circo é um espaço temporário, que se instala por um período e depois vai embora. Na época do romance, bem mais que nos dias de hoje, o circo era uma ocasião festiva, de extrema alegria, em que havia abundância de cores, comidas, pessoas bem vestidas e alegres, que configuravam juntos, espaço e tempo, um contexto fora do usual, uma ocasião atípica e fora da rotina, com o espaço completamente transformado para a ocasião.

O Beco das Três Cruzes, que aparece neste estudo como um “local de passagem” é também um lugar referência de fé para os moradores da região e também para José de Arimatéia, uma lenda triste em torno do local e as três cruzes representando a tragédia vai ser justamente o local do assassinato do próprio José de Arimatéia. Foi notável no estudo do livro que nos raros momentos em que o protagonista apresenta alguma manifestação de fé, ele está rodeado pela morte, seja quando consegue assassinar seu Tonho Inácio por vingança ou no Beco das Três Cruzes, quando ele próprio é assassinado.

As propriedades rurais, as cidades e o que chamamos neste estudo de “locais de passagem” são os espaços que nos permitiram fazer todo o percurso espacial junto com o protagonista José de Arimatéia e viver um pouco de cada uma de suas sensações e emoções: admiração, cansaço, decepção, ira, gratidão, sede de vingança, medo, esperança e fé. Também

o espaço nos permitiu compreender as estruturas de poder, em que território é sinônimo de poder, cada coronel manda em sua propriedade.

Também se justifica no espaço a questão da atuação do poder público em regiões mais afastadas do país, poder público este que muitas vezes não consegue atuar de forma efetiva e em outras não tem interesse, justamente por serem regiões muito afastados dos litorais e dos grandes centros, onde ele normalmente está instalado. Na verdade, grande parte do conflito apresentado no romance, que culmina na chacina dos coronéis é justamente esse deslocamento do poder público que passa, de uma hora para outra, mas não por acaso, a atuar na cidade de Santana do Boqueirão. Essa atuação não apenas assusta moradores comuns e criminosos da cidade, mas também provoca a perda do poder dos coronéis como seu Americão, que parecia inabalável.

Compreender parte do fenômeno do jaguncismo e do coronelismo a partir do espaço, então, foi compreender a formação do poder a partir de conquistas territoriais, de tomada de terra e poder, de omissão e/ou tolerância do poder público e da cultura de “fazer justiça com as próprias mãos” em locais em que a justiça pública não atuava efetivamente.

Ao focar no papel do jagunço, analisado no capítulo primeiro, o romance traz a jornada do anti-herói José de Arimatéia, o protagonista se afasta da figura do herói clássico porque não é o mais bonito, nem mais forte, é pobre, não é nobre nem nas origens, nem nos sentimentos, não tem berço de ouro e ainda alimenta um inabalável desejo de vingança. Ainda assim, o leitor se identifica com o personagem por ser ele tantas vezes injustiçado, solitário e vítima das circunstâncias. Também por possuir características heroicas como resiliência, coragem, força, hombridade e fidelidade.

Outro aspecto que muito chama a atenção durante a leitura do livro e pudemos citar, mesmo que de forma breve, neste estudo, foi a linguagem utilizada no livro. Ao reproduzir na forma escrita a linguagem típica da oralidade sertaneja mineira Mário Palmério deixa registrada e eternizada uma forma de comunicação que está se perdendo ao longo dos anos. Com a população cada vez mais alfabetizada, urbanizada, globalizada, com a invasão dos termos estrangeiros e dos meios de comunicação, esse “modo de falar” mineiro e roceiro só é visto, hoje em dia, por quem tem a oportunidade de conhecer raras pessoas que ainda vivem isoladas de toda essa mudança, que pouco ou nunca frequentaram a escola. Trazer o universo dessa linguagem para a literatura e, ainda, para o meio acadêmico é uma forma de entendermos nosso próprio idioma e seus dialetos.

A mula Camurça tem no romance o papel de ser a grande companheira do protagonista, embora seja um animal muitas vezes conhecido por ser teimoso e pouco inteligente, Camurça

muitas vezes pareceu ser mais perceptiva que seu próprio dono, além de extremamente leal e o único personagem em quem José de Arimatéia pode realmente confiar, a única disposta a percorrer com eles todas as dificuldades da trajetória, tanto das andanças quanto da vida, até seu último segundo.

Importante destacar como a abordagem de Mário Palmério desmistifica a figura do jagunço tal como normalmente o vemos representado nos romances, filmes e novelas brasileiras: truculento, intransigente, muitas vezes mal e impietoso. O jagunço José de Arimatéia aparece como um homem bom, trabalhador, que foi traído e enganado e não encontrou em si mesmo, nem religião, a capacidade do perdão e, por isso, cometeu crimes. Por outro lado, vemos que, no romance, em nenhum momento ele apresenta qualquer tipo de remorso pelos crimes que cometeu, ao contrário, se sente completamente seguro de que seus atos são justos e abençoados por Deus.

Os coronéis do romance aparecem também sempre ligados a seus territórios, por isso é impossível entender o coronel sem essa relação de espaço/território, seu Valico Ribeiro está para o Curral do Esteio assim como seu Tonho Inácio está para o Capão do Cedro e seu Americão para o Sassafrás e a cidade Santana do Boqueirão. Cada qual manda em seus domínios, vive com suas esposas, numerosas famílias, casarões, gado, plantações, jagunços e demais funcionários. São responsáveis por todos aqueles que vivem em seus domínios e a população não tem a quem recorrer senão a eles.

No universo dos coronéis cada um respeita o outro em seu território e um não atua no espaço do outro, tal como nos feudos europeus. No romance, o que rompe com esse respeito e divisão de poderes soberanos é a atitude de José de Arimatéia de matar o filho de seu Tonho Inácio e fugir para a propriedade de seu Valico. Este, por misericórdia acaba permitindo que José de Arimatéia se esconda por um tempo, como essa atitude o coronel Valico se torna inimigo do coronel vizinho, seu Tonho Inácio. Depois do pacto de cordialidade entre coronéis ser rompido, seu Tonho Inácio manda matar seu Valico justamente em um dia de festa e procissão, período de alegria e festividades em seu território, tornando todo o conflito mais alarmante.

De todos os coronéis do romance, o mais poderoso, sem dúvida, é seu Americão. Vemos no livro sua atuação na próspera cidade de Santana do Boqueirão, com luz elétrica, escola, asfalto, comércio e seu poder de comandar e coordenar o crime, o jogo e a prostituição local. Além disso, atendia a solicitação da população local e cuidava de “comprar” juízes e controlar a atuação do poder público no local e garantir sua hegemonia.

No fim do romance, todos os coronéis acabam mortos: seu Valico é assassinado pelos jagunços de seu Tonho Inácio para se vingar por ter acobertado o assassinato de seu Inacinho

por parte de José de Arimatéia. Seu Tonho Inácio é assassinado por José de Arimatéia para vingar o assassinato de seu Valico e, por fim, seu Americão, é assassinado pela polícia na chacina de coronéis de Santana do Boqueirão.

A chacina de coronéis é a razão da existência do livro, já que, conforme vimos neste estudo, o que motivou Mário Palmério a escrever o romance foi uma chacina real ocorrida na cidade de Passos, Minas Gerais. No romance são justamente as circunstâncias da chacina que interligam todos os acontecimentos e personagens mencionados anteriormente no romance. A circunstância da chacina mostra também a chegada e instalação definitiva do poder público em um local antes dominado por jagunços e coronéis. É possível imaginar em quantos municípios do Brasil isso deve ter, de fato, acontecido, com ou sem chacina, e como essa ruptura pode ser sido suave em alguns casos e completamente tensa em outros.

Entender o país a partir de suas regiões mais afastadas, seus costumes mais distantes, suas tradições menos retratadas e reconhecidas é uma forma extremamente legítima de reconhecer e entender a nós mesmos. Muito embora possa parecer que está extremamente distante dos nossos costumes modernos, nossas capitais lotadas, nossa “evolução”, sabemos que a tradição nos persegue durante toda a vida: quando nossos costumes, preconceitos, tradições são herdados e sucessivamente repassados às próximas gerações. Esta é a verdadeira identidade de um povo. Quando a literatura se propõe a ser o concreto na sedimentação dessa identidade coletiva, sempre vale a pena parar para observá-la.

Uma vez que as grandes universidades do país estão situadas nos grandes centros, também os grandes cinemas, os teatros e quase que a totalidade da vida acadêmica e cultural do país, as tradições regionalistas: sua linguagem, seus hábitos parecem não encontrar caminho para chegar ao intelecto e à vida cultural e acadêmica de seu povo. Povo este que é um só, mas com todas as suas diferenças e variações, de norte a sul, de leste a oeste, das grandes cidades e dos pequenos centros, seja urbana ou rural, do passado e do presente.

Aproveitando-me desse nicho, que ainda há tanto a ser explorado no meio acadêmico, debruicei-me sobre os escritos de Mário Palmério, meu quase conterrâneo, ilustre cidadão de cidade mineira vizinha à minha, para entender um pouco do modo de vida de meus avós e bisavós e me admirar sobre como **Chapadão do Bugre** se parece com as histórias que eles contavam, de como eram as cidades, os vilarejos, a vida rural, os costumes, a ausência do poder do estado e das leis, os coronéis de outrora. Muitos desses coronéis de outrora ainda têm netos e bisnetos que comandam grandes fazendas e empresas e muitos outros hoje são completamente falidos e arruinados.

Quando Mário Palmério nos traz o retrato do jangunço de outrora, aquele cidadão pobre e errante, sem terras e sem emprego, nos fala também do cidadão de hoje, que se sujeita a bicos, serviços ilegais, uso de drogas, em uma tentativa de sobrevivência. Quando ele nos fala do coronel, nos fala também dos grandes empresários e fazendeiros dos dias de hoje: que controlam, decidem, manipulam, convencem, usam de seu dinheiro, poder e influência para conseguir cada vez mais poder, dinheiro e influência. E, mais ainda, quando ele nos fala da ação do poder público, mostra a semente da política que temos hoje: da máquina pública que serve aos políticos e aos endinheirados e não àqueles que mais precisa: o cidadão pobre que ainda hoje precisa recorrer ao mais rico ou a favores políticos para conseguir algo que precisa.

Portanto, é impossível entender a história do Brasil e o modo de vida que temos hoje sem compreender fenômenos como jaguncismo e coronelismo. Importante também entender a forma como o poder público foi ocupando os espaços já previamente ocupados pelo povo, como foi impondo regras, leis, impostos e normas como que para “civilizar” seu povo. Impossível também entender a história de um país tão grande em território e rico em tradições sem fazer uso da literatura como instrumento de revelação, denúncia e transformação.

Compreender nosso passado, através da nossa memória coletiva, seja ela através de documentos históricos, imprensa, oralidade ou literatura, nos ajuda a compreender nosso presente e reconhecer nossa identidade para que, a partir desse reconhecimento, possamos repensar nosso futuro.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ana Rosa Camillo. **Sob (re) a lona: o circo como patrimônio cultural material?** 2018. 313f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/30361/1/Tese.%20Ana%20Rosa_circos.pdf Acesso em: 15 jun. 2022.

ALENCAR, José de. **O gaúcho**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970, v. IX.

ARAÚJO, Humberto Hermenegildo de. As literaturas locais como manifestações periféricas determinantes. In: SALES, Germana; SOUZA, Roberto Acízelo de (Orgs.). **Literatura Brasileira: região, nação, globalização**. Campinas: Pontes Editores, 2013.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BORGES FILHO, Ozíris. **Espaço e literatura: introdução à topoanálise**. Franca: Ribeirão Gráfica e Editora, 2007.

BOSI, Alfredo. Cultura brasileira e culturas brasileiras. In: _____. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 308-345.

BRANDÃO, Luis Alberto. **Grafias da identidade: literatura contemporânea e imaginário nacional**. Rio de Janeiro: Lamparina; Belo Horizonte: / Fale (UFMG), 2005.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 24, n. 9, p. 803-809, 1972.

_____. Jagunços Mineiros: de Cláudio e Guimarães Rosa. In: _____. **Vários escritos**. 2. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades. 1977. p. 133-160.

CARVALHO, José Murilo de. Prefácio à sétima edição. In: LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 3-9.

CHEVALIER, Jean ; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

CORPAS, Danielle dos Santos Corpas. **O jagunço somos nós: visões do Brasil na crítica de Grande Sertão Veredas**. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2006.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio Júnior: dicionário escolar da língua portuguesa**. 2. ed. Curitiba: Positivo, 2011.

FONTES, Joaquim Rubens. **Pelos caminhos e vilas do chapadão: leitura e análise dos romances de Mário Palmério**. 132f. 2000. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) - no Curso de Letras Vernáculas), Faculdade de Letras da UFRJ, Rio de Janeiro, 2000. Disponível

em: https://www.uniube.br/mariopalmerio/literatura/caminhos_vilas_chapadao.pdf Acesso em: 15 abr. 2022.

FORSTER, Ricardo. La ciudad como escritura. **Cuadernos Hispanoamericanos**, Madrid, n. 505-507, p. 507-523, jul./sept. 1992

FRANK, Joseph. A forma espacial na literatura moderna. **Revista USP**, São Paulo, n. 58, p. 225-241, jun./ago. 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33863> Acesso em: 25 jun. 2022.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. Literatura e História: o romance regional. **Politeia: História e Sociedade**, Vitória da Conquista: Edições Uesb, v. 5, n. 1, p. 13-44, 2005. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3901/3210> Acesso em: 20 abr. 2022.

GALVÃO, André Luis Machado. **O coronelismo na literatura: espaços de poder**. Cruz das Almas: UFRB, 2018.

GRILO, Antonio Theodoro. **Tocaia no Fórum: violência e modernidade**. Franca: UNESP, 2009.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. Prefácio à segunda edição. In: LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. p. XIII-XVII.

LINS, Osman. **Lima Barreto e o espaço romanesco**. São Paulo: Ática, 1976.

MARTINS, Eduardo Vieira. Contornos do Sertão. In: SALES, Germana; SOUZA, Roberto Acízelo de (Orgs.). **Literatura Brasileira: região, nação, globalização**. Campinas: Pontes Editores, 2013.

MURARI, Luciana. As artes da ficção: Oliveira Vianna e a imaginação literária regionalista de Godofredo Rangel e Afonso Arinos. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 27, n. 45: p. 289-315, jan./jun. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752011000100013> Disponível em: <http://old.scielo.br/pdf/vh/v27n45/v27n45a13.pdf> Acesso em: 20 maio 2022.

PALMÉRIO, Mário. **Chapadão do Bugre**. – 12. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2006.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: 10 jun. 2022.

RITA, Annabela. Mise en abyme. In: CEIA, Carlos. **E-Dicionário de Termos Literários – EDTL**. 20 jun. 2010. Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/mise-en-abyme> Acesso em: 15 jun. 2022.

RODRIGUES, Rauer Ribeiro; RODRIGUES, Kelcilene Grácia. Fortuna e infortúnios do regionalismo. In: SALES, Germana; SOUZA, Roberto Acízelo de (Orgs.). **Literatura**

Brasileira: região, nação, globalização. Campinas: Pontes Editores, 2013.

TALLY JÚNIOR, Robert T. Mapeando a literatura. **Revista TOPUS**, v. 4, n. 1, p. 02-15, jan./jun. 2018. Disponível em: http://revistatopus.com.br/edicao_.asp?cod=66&edicaoCod=7
Acesso Em: 15 abr. 2022.

TRILHO, Lurdes Aguiar. Prolepse. In: CEIA, Carlos. **E-Dicionário de Termos Literários – EDTL**. 29 dez. 2009. Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/?s=prolepse> Acesso em: 15 jun. 2022.

TURCHI, Maria Zaira. Jagunço e jaguncismo: história e mito no sertão brasileiro. **O público e o privado**, v. 4, n. 7, jan./jun. 2006.

VASCONCELOS, Sandra Guardini T. Homens provisórios. Coronelismo e Jagunçagem em Grande Sertão: Veredas. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 5, n. 10, p. 3211-333, mar. 2002. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/12410/9706>
Acesso em: 25 maio 2022.

YATSUDA, Enid. O capira e os outros. In: BOSI, Alfredo. **Cultura brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 2004. v. 1, p. 55-73.